

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – UFS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA – PPGS
DOUTORADO EM SOCIOLOGIA

ELTHON RANYERE OLIVEIRA ARAGÃO

Os donos do Maranhão:
Dominação política e grupos familiares em um Estado brasileiro

São Cristóvão – SE
2016

ELTHON RANYERE OLIVEIRA ARAGÃO

Os donos do Maranhão:

Dominação política e grupos familiares em um Estado brasileiro

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS), da Universidade Federal de Sergipe (UFS), como um dos pré-requisitos para obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Ernesto Seidl

São Cristóvão – SE
2016

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

Aragão, Elthon Ranyere Oliveira
A659d Os donos do Maranhão : dominação política e grupos familiares em um Estado brasileiro / Elthon Ranyere Oliveira Aragão ; orientador Ernesto Seidl. – São Cristóvão, 2016.
155 f. : il.

Dissertação (mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Sergipe, 2016.

1. Sociologia política. 2. Política - Maranhão. 3. Poder (Ciências sociais). 4. Política familiar. 5. Sarney, José, 1930-. I. Seidl, Ernesto, orient. II. Título.

CDU 316.334.3-027.553(812.1)

Resumo

O presente estudo analisa as condições de exercício de dominação política no Maranhão contemporâneo pelo ângulo de empreendimentos políticos centrados em grupos familiares. As condições históricas, sociais e culturais do sucesso na perpetuação do patrimônio político da família Sarney constitui o interesse central da pesquisa. A hipótese principal é que, após sua ascensão ao governo do estado em 1966, José Sarney articulou-se com políticos das mais diversas regiões e distribuiu gratificações por suas lealdades, sendo a mais importante delas, concessões de radiodifusão na época em que era presidente da república. Assim, mantém uma teia de relações pelo estado que o ajuda a eleger ao longo desse tempo governadores, senadores e deputados federais, além de manter sempre maioria na Assembleia Legislativa do Estado. Dessa forma, pouco participa de pleitos em nível municipal, delegando a influência a seus aliados em nível regional.

Palavras-chave: Elites políticas; Grupos familiares; Maranhão; José Sarney; Pinheiro.

Résumé

Cette étude analyse la domination politique des conditions de fonctionnement dans le Maranhão contemporaine sous l'angle des développements politiques centrées sur les groupes familiaux. Les conditions historiques, sociales et culturelles de succès dans la perpétuation de l'héritage politique de la famille Sarney est l'intérêt central de recherche. L'hypothèse principale est que, après son accession au gouvernement de l'État en 1966, José Sarney est liée à des politiciens de différentes régions et distribue des primes pour leur loyauté, le plus important de ce qui, de la radiodiffusion concessions à l'époque était président de république. Ainsi maintient un réseau de relations par l'État qui aide élire pendant ce temps gouverneurs, sénateurs et membres du Congrès, et de toujours garder la majorité à l'Assemblée législative de l'État. Ainsi, peu à participer à des élections au niveau municipal, en déléguant à influencer ses alliés au niveau régional.

Mots-clés: Elites; Groupes familiaux; Maranhão; José Sarney; Pinheiro.

Lista de siglas

ABL	- Academia Brasileira de Letras
AI	- Ato Institucional
AML	- Academia Maranhense de Letras
APLAC	- Academia Pinheirense de Letras, Artes e Ciências
ARENA	- Aliança Renovadora Nacional
CBF	- Confederação Brasileira de Futebol
CEMAR	- Companhia Energética do Maranhão
CF	- Constituição Federal
DNER	- Departamento Nacional de Estradas e Rodagem
DNOS	- Departamento Nacional de Obras de Saneamento
DEM	- Democratas
EBC	- Empresa Brasileira de Comunicação
FENAJ	- Federação Nacional de Jornalistas Profissionais
FM	- Frequência Modulada
HEG	- Horário Eleitoral Gratuito
IHGM	- Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão
IPEA	- Instituto de Planejamento Econômico e Social
JEM	- Jogos Escolares Maranhense
JEP	- Jogos Estudantis Pinheirense
LEEPOC	- Laboratório de Estudos sobre Elites Políticas e Culturais
LTDA	- Militada
MDB	- Movimento Democrático Brasileiro
OM	- Ondas Médias
PCdoB	- Partido Comunista do Brasil
PDC	- Partido Democrata Cristão
PFL	- Partido da Frente Liberal
PDS	- Partido Democrático Social
PDT	- Partido Democrático Trabalhista
PL	- Partido Libertador
PMDB	- Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PP	- Partido Progressista
PPB	- Partido Progressista Brasileiro
PPR	- Partido Progressista Renovador
PPS	- Partido Popular Socialista
PR	- Partido da República
PSC	- Partido Social Cristão
PSD	- Partido Social Democrático
PSP	- Partido Social Progressista
PT	- Partido dos Trabalhadores
PTB	- Partido Trabalhista Brasileiro
PUC	- Pontifícia Universidade Católica
PV	- Partido Verde
SBT	- Sistema Brasileiro de Televisão
SUDENE	- Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
TSE	- Tribunal Superior Eleitoral
TV	- Televisão
UDN	- União Democrática Nacional
UnB	- Universidade de Brasília
UEMA	- Universidade Estadual do Maranhão
UFMA	- Universidade Federal do Maranhão

Lista de tabelas e imagens

Tabelas

Tabela 01	Eleições no Maranhão após a eleição de José Sarney para governador do estado	72
Tabela 02	Deputados estaduais, federais e senadores eleitos pelo Maranhão..	73
Tabela 03	Concessões e permissões outorgadas entre os anos de 1985 e 1988 (Governo José Sarney)	85
Tabela 04	Concessões e permissões outorgadas no período de out/87 a out/88	85
Tabela 05	Concessões e outorgas no Maranhão no período do mandato de José Sarney como presidente até a promulgação da Constituição Federal (1985-1988)	86
Tabela 06	Concessões de radiodifusão do Grupo Luiz Rocha de Comunicação por natureza e cidade	91
Tabela 07	Concessões de radiodifusão do Sistema Difusora de Comunicação por natureza e cidade	91
Tabela 08	Concessões de radiodifusão do Sistema Mirante por natureza e cidade	92
Tabela 09	Mandatos e cargos de Manoel Paiva	101
Tabela 10	Mandatos e cargos de Dedeco Mendes	102
Tabela 11	Votação da família Mendes em eleições	106
Tabela 12	Candidatos e vereador em Pinheiro em 2012 com ascendentes políticos	122
Tabela 13	Características sociais de candidatos a vereador	132
Tabela 14	Votação da família Genésio em eleições	138
Tabela 15	Votação da família Leite	140

Imagens

Imagem 01	Documentário <i>Maranhão 66</i> , posse de José Sarney	97
Imagem 02	Documentário <i>O Milagre do Maranhão</i>	98
Imagem 03	Divulgação da passagem de José Jorge por Pinheiro	112
Imagem 04	Campanha em apoio de José Jorge como candidato e prefeito	113

Sumário

	Introdução	8
	Capítulo 1: Esquema analítico e conceitos na pesquisa	20
1.1	Notas sobre o esquema analítico adotado	20
1.1.1	Violência simbólica e política	24
1.2	Eleições, voto e liderança	32
1.3	Rede, quase-grupo e facção: suporte conceitual na construção do objeto	39
1.4	Debate sobre a relação centro-periferia: o poder local	42
1.5	Família e patrimônio político familiar	47
	Capítulo 2: política brasileira e maranhense em meados do século XX	55
2.1	Notas sobre a política brasileira pós golpe de 1964	55
2.2	A construção de espaços sociais: a política maranhense	60
2.3	O “sarneysismo” e a consolidação como um líder de expressão nacional: de governador a presidente	65
2.3.1	Consagrando os filhos: Sarney Filho e Roseana Sarney	68
2.3.2	A terceira geração e a transmissão do legado ao neto: Adriano Sarney	80
	Capítulo 3: A distribuição de concessões de radiodifusão como estratégia de manutenção e reprodução de poder político e a intervenção em pleitos municipais	84
3.1	Meios de comunicação no Maranhão: um “coronelismo eletrônico”?	88
3.1.2	Sarney e sua relação com os meios de comunicação	96
3.2	Intervenção em eleição municipal e a delegação de poder aos aliados locais: o caso de Pinheiro	98
3.2.1	O jogo político pinheirense	99
3.3	As eleições de 1988 e 2008	108
3.4	A herança em outros níveis: recursos eleitorais e eleições municipais	121
3.4.1	Eleições para vereador em Pinheiro em 2012	131
3.4.1.1	Quando o patrimônio pesa a favor	134
3.4.1.2	Quando o patrimônio pesa contra	136
	Conclusão	142
	Referências bibliográficas	147

Introdução

A partir da década de 1970, uma família passou a deter a hegemonia política do Maranhão, liderada por José Sarney, que delegou que as principais funções de mando a poucas pessoas, basicamente parentes e aliados. Eleito em 1965 para o executivo estadual, José Sarney manteve desde aquela época até pouco tempo atrás o controle político local, mesmo que pese breves momentos em que não tinha o domínio dos principais postos políticos locais. Em 2014, seu candidato foi derrotado na disputa para o executivo estadual. Normalmente, a literatura especializada sobre política maranhense e os estudos sobre política restringem-se em sua grande maioria à capital, São Luís. Dessa forma, perde-se sobremaneira a possibilidade de estudos inter-relacionais (ELIAS, 1999), ou seja, a análise da política estadual em suas mais amplas esferas, tanto em nível nacional como em nível municipal. Dentre os trabalhos produzidos no Maranhão que estudam a estrutura política enfatizando a capital, São Luís, destaca-se José de Ribamar Caldeira (1981) em trabalho sobre as interventorias na década de 1930; Benedito Buzar que expõe situações da política local, mais destacadamente os bastidores (1989) e o período em que Victorino Freire detinha o comando político do Estado (2014); Rossini Corrêa (1993), ao abordar fatos políticos dentre as diversas esferas que compõem a sociedade maranhense; Maria de Fátima Gonçalves que abordou a chegada ao poder executivo maranhense de José Sarney (2000) e a ascensão política de sua filha, Roseana Sarney (2008), realçando o poder de influência dos dois na política local; Alan Pachêco Filho que estudou a construção midiática de José Sarney e sua relação com os meios de comunicação (2001); Wagner Costa, que analisou a instabilidade política local entre as décadas de 40 e 70 do século passado (2004) e o período entre os governos de Victorino Freire e a eleição ao governo estadual de José Sarney, destacando a greve de 51 e suas consequências, tanto em âmbito político-social como o imagético ludovicense (2006); e Flávio Reis, com seu estudo sobre a estrutura oligárquica maranhense nos séculos XIX e XX (2007). Esses são aqueles com maior ressonância no meio acadêmico maranhense. Dentre os que pincelaram a estrutura de poder levando em conta o local, cita-se Arleth Borges, que estudou a história do Partido dos Trabalhadores (PT) no Maranhão entre os anos de 1978 e 2010, destacando os primeiros sucessos eleitorais do partido no Estado, fato ocorrido no ano de 1992 com a vitória de seus candidatos nos municípios de Alcântara e Santa Quitéria (2008).

Recentemente, pesquisadores ligados ao Laboratório de Estudos sobre Elites Políticas e Culturais (LEEPOC), vinculado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão, produziram trabalhos no intuito de evidenciar quem constitui a elite política maranhense em suas diferentes dimensões, onde alguns pesquisadores abordaram tal questão em municípios do interior do Maranhão, tais como José Barros Filho (2007), Dayana Costa (2009), João Lima (2009) e Elthon Aragão (2010). Em ambos, famílias políticas utilizavam patrimônios políticos em disputas eleitorais, e em grande parte dos casos, tal trunfo era crucial para o sucesso nos pleitos.

Neste trabalho, então, estudam-se as formas de domínio exercidas por José Sarney para manter o controle dos principais postos políticos do Maranhão nas últimas quatro décadas e meia. A hipótese levantada é que o mesmo, após sua eleição em 1965, articula-se com políticos de nível hierarquicamente mais baixos (prefeitos, deputados federais e estaduais) para adquirir e manter a hegemonia política no Maranhão, principalmente no interior do Estado, onde está a maioria dos eleitores. Isto é verificado nas concessões de meios de radiodifusão distribuídas a aliados durante o período em que José Sarney foi presidente da república na segunda metade da década de 1980, bem como analisando um caso onde se estuda a influência do político em eleições municipais no Maranhão, em uma determinada cidade.

Ainda se percebe um poder de atração muito forte de políticos do interior do estado para a zona de influência da família Sarney, onde políticos de cidades menores vinculam-se a ela, muito por conta do receio de ir contra o governador e perderem recursos que os mantinha no controle político municipal e/ou regional. Assim, há uma ajuda mútua, onde os políticos dos diferentes níveis auxiliam os outros nas eleições, sejam municipais ou estaduais. Dessa forma, vão surgindo líderes em nível regional, que são os representantes da família Sarney em diversas regiões do Maranhão e são esses aliados que mantêm as principais ações políticas regionais através de diversas benesses, seja apoio a candidatura para prefeito de grandes cidade, para deputado estadual ou federal, nomeação em altos postos da administração pública em caso de derrota em pleitos, etc.

Com a eleição de José Sarney à vice-presidência da República em meados da década de 1980 e a morte do titular, Tancredo Neves, o maranhense assume o principal posto político do país. É nessa época que há a explosão das concessões de meios de comunicação no Brasil e o Maranhão foi um dos Estados mais agraciados nesse sentido.

Dessa forma, a política do Maranhão teve a seguinte dinâmica: troca de favores e ajuda entre políticos de diferentes níveis a partir da década de 1970, auxiliada a partir da década de 1980 com a concessão de meios de comunicação a aliados (a maioria políticos) enquanto José Sarney exercia o cargo de presidente da república. Observar como se dão essas relações em âmbito municipal é fundamental para pensar as formas de domínio e a reprodução do mesmo pela família Sarney no Maranhão como um todo, abrindo o leque de possibilidades para o interior do estado e não apenas na capital.

O trabalho inscreve-se em uma tradição de estudo que visa entender a formação de elites no âmbito das Ciências Sociais, seguindo a linha que diversos autores buscaram para explicar a constituição das elites políticas em diferentes universos sociais, tais como a França, destacando-se Phellippe Garraud (1992), Daniel Gaxie e Patrick Lehin-gue (1984), Marc Abélès (1992), Christian Le Bart (1992), etc., e o Brasil, casos de Odaci Coradini (1998), Irllys Barreira (2006), Igor Grill (1999; 2008a), Ana Cláudia Viegas (1997), Karina Kuschnir (2000), entre outros.

Por uma série de motivos, muitos deles abordados por Michel Pinçon e Monique Pinçon-Charlot (2007), não é comum estudar elites no âmbito das Ciências Sociais. Dentre eles, os autores citam a relação do pesquisador com o pesquisado, uma vez que ao estudar elites, a relação entre eles é de assimetria, sendo o pesquisado aquele que detém uma posição social acima do pesquisador, o que não acontece quando o objeto de estudo são manifestações populares, pobreza, etc., temas mais comuns na academia; o acesso aos dados também é um problema que foge muitas vezes ao alcance do pesquisador, uma vez que os alvos dos estudos buscam descrição absoluta das informações que os pesquisadores estão buscando, como volume do patrimônio, participação em certos círculos restritos, entre outros.

Em *Estudar os poderosos: a sociologia do poder e das elites* (2013), Ernesto Seidl aborda a renovação dos estudos sobre elites, destacando que o termo, bem como poder, não devem ser usados no singular, como se fossem algo único, sendo os mesmos compostos por diversas nuances, sendo a multidimensionalidade uma de suas principais características. Dessa forma, “o que se tem são diversos grupos de agentes sociais que ocupam posições dominantes em uma ou mais esferas do mundo social, como as elites políticas, jurídicas, religiosas, econômicas, culturais, burocráticas” (p. 183). Ainda para o autor, pensar determinados recursos que as elites detêm de forma isolada é pouco frutífero, uma vez que há uma combinação de trunfos por parte daqueles que exercem funções de mando nos diferentes espaços sociais.

Após citar a contribuição dada pelos *pais fundadores* da teoria das elites (Mosca, Pareto e Michels), as discussões entre elitistas e pluralistas, bem como a da sociologia histórica ou do Estado, Seidl destaca a contribuição de Pierre Bourdieu no que concerne aos estudos sobre elites e a esfera política. O sociólogo francês propõe a homologia entre os campos e as posições dos agentes no espaço de poder. Uma das explicações para tal seria a origem social¹, destacando o peso das escolas no itinerário das pessoas “dentro de um novo modo de reprodução que historicamente impõe-se nas sociedades contemporâneas” e que

ao contrário do que pregam a ideologia da ‘escola libertadora’ e demais mitos republicanos, as pesquisas revelaram o quanto as chances de se ter um bom desempenho escolar, em instituições de maior reputação, e, por essa via, disputar carreiras, cargos e funções de maior reconhecimento, dependam diretamente da posição social de origem do indivíduo e do conjunto de recursos de que ele e sua família dispõem (dinheiro e bens, cultura, reconhecimento, relações). Isto é, a reprodução escolar das diferenças sociais desfruta de um efeito de legitimação que leva chancela do Estado, principal distribuidor legítimo de privilégios (p. 185-186).

Assim, o presente trabalho analisa as condições que possibilitaram que José Sarney liderasse uma família e exercesse a hegemonia política no Maranhão por quase cinquenta anos. Como dito, a questão central é entender como o processo foi possível, uma vez que está dado na literatura acadêmica sobre política maranhense que o estado é dominado pelo ex-presidente da república e seus aliados. Dentro dessa perspectiva, fez-se um estudo no sentido de entender como se estruturou todo o poderio político em torno da família Sarney², composta por membros consanguíneos e simbólicos, além de evi-

¹ Ao trabalhar as chances que os filhos de diferentes tipos de profissionais têm de acesso a determinados espaços, como as universidades, Bourdieu diz que uns, os filhos daqueles com maior volume de capital econômico e cultural, por exemplo, tem mais chances que os demais, tornando o jogo desigual, mesmo que em certas situações exista o discurso que todos tem a mesma chance se tiverem acesso aos mesmos instrumentos: “os estudantes são apenas *formalmente* iguais na aquisição da cultura erudita. Na verdade, eles são separados, não por divergências que distinguiriam cada vez categorias estatísticas diferenciadas sob uma relação diferente e por razões diferentes, mas por sistemas de traços culturais que partilham, ainda que não reconheçam, com sua classe de origem [...] Crer que são dadas a todos oportunidades iguais de acesso ao ensino mais elevado e à cultura mais alta quando se garantem os mesmos meios econômicos aos que têm os ‘dons’ indispensáveis é ficar no meio do caminho na análise dos obstáculos e ignorar que as aptidões medidas pelo critério escolar têm, mais do que ‘dons’ naturais (que permanecem hipotéticos tanto que se pode imputar a outras causas as desigualdades escolares), uma maior ou menor afinidade entre os hábitos culturais de uma classe e as exigências do sistema de ensino ou os critérios que para ele definem o sucesso” (BOURDIEU, 2014, p. 38-39).

² André Marengo (2013) afirma que as instituições políticas, neste caso, uma família política, precisam ser pensadas “de modo mais sensível ao reconstituir-se estratégias, trajetórias e *background* dos indivíduos que as dirigem” (p. 33), que “provavelmente, as instituições adquirem estabilidade sob condições de funcionamento centrípeto, no qual o núcleo dirigente controla a distribuição dos recursos estratégicos que constituem a vida organizacional, impondo integração vertical e lealdade interna” (p. 34), além de asseverar que “desvendar a natureza dos meios que dispõem os homens políticos permite entender os vínculos

denciar sua influência em eleições municipais em cidades do Maranhão, mais destacadamente uma.

Diversas possibilidades foram apresentadas, porém, fez-se aqui a escolha por explicar tal estruturação através de duas: a relação de José Sarney como os meios de comunicação, principalmente a partir de meados da década de 1980, quando o mesmo foi presidente da república e o poder delegado por ele a políticos de nível regional, que, fiéis ao mandatário, dominavam as cidades com seu aval. Outras variáveis eram possíveis, como o controle do poder judiciário através da indicação dos desembargadores do estado, porém, as duas primeiras fundamentam a ideia central aqui apresentada.

O texto está dividido em três capítulos. No primeiro, uma revisão bibliográfica dos principais conceitos trabalhados durante a tese, bem como o esquema analítico adotado para construção do objeto e desenvolvimento do estudo. O segundo apresenta um panorama do Brasil durante a época em que José Sarney é o principal líder político do Maranhão, bem como traços da história política do Maranhão no período, expondo sua trajetória momentos antes de ser eleito governador do estado e características de alguns membros de sua família. O terceiro divide-se em duas partes: na primeira, a distribuição das concessões de radiodifusão durante o governo de José Sarney como presidente a políticos do Maranhão e as concessões pertencentes até o presente momento, levando em conta as cidades onde se encontram, o tamanho das mesmas, seus proprietários e suas relações com a política; em um segundo momento, eleições na cidade de Pinheiro, terra natal de José Sarney, tencionando saber se o mesmo atua de forma ativa ou não nos pleitos locais. Escolhe-se duas eleições, a de 1988 e 2008, por serem diferentes das demais, mas com características semelhantes entre elas, sendo que a primeira era o momento em que um “filho da terra” exercia o maior cargo político do país. Ainda dentro dessa parte, expõe-se políticos que possuem patrimônio político a passar para algum herdeiro e seus desempenhos em eleições.

* * *

Para a confecção do trabalho, vários expedientes foram necessários, desde a revisão bibliográfica, até a pesquisa em jornais, tanto dos maiores do Maranhão, como o *O Dia* e *O Estado do Maranhão* até entrevistas com políticos, que renderam fértil mate-

que constituem a relação de representação e as oportunidades oferecidas a uma carreira política aos portadores de certos recursos ou atributos socialmente valorizados” (p. 43).

rial empírico. Além destes, para obter informações acerca dos meios de comunicação do Maranhão, usou-se dados do Ministério das Comunicações, informações prestada por candidatos e resultados de eleições presentes no site do Tribunal Superior Eleitoral, além do site *Donos da Mídia*, que cataloga todas as concessões de radiodifusão do território brasileiro.

Nessa primeira parte da pesquisa, a maior dificuldade foi obter informações sobre a família Sarney. Em que pese a mesma ser pública, as informações obtidas são aquelas disponíveis em livros publicados por pessoas próximas a eles, como *A presença do Maranhão na Câmara dos Deputados 1826-2006* (2007), de Milson Coutinho, desembargador, amigo de longa data dos Sarney, que na obra expõe um breve perfil de todos os que exerceram o cargo de deputado federal nos últimos dois séculos pelo Maranhão e *O vitorinismo: lutas políticas no Maranhão de 1945 a 1965* (2014), do supracitado Benedito Buzar, autor de diversas obras sobre a política maranhense, nenhuma, porém, de cunho acadêmico, todas versando sobre o cotidiano da política, destacando situações pitorescas, causalidades, etc. Os jornais pesquisados era de propriedade do próprio José Sarney, onde foram obtidas valiosas informações sobre sua relação com outros políticos. O matutino era o canal de veiculação de ideias e propostas dos membros da família em época de eleição.

Disponíveis na internet, as informações prestadas pelos próprios políticos ao Tribunal Superior Eleitoral foram importantes até certo ponto, uma vez que o órgão pede dados mínimos sobre os candidatos. Se Almeida, Moschkovich e Polaz (2012) tiveram dificuldade com a Plataforma Lattes em sua pesquisa, principalmente renda e posse dos pesquisados, esta pesquisa esbarrou em semelhante problema com relação ao TSE, uma vez que as informações exigidas são apenas do candidato. É comum políticos terem bens em nomes de filhos, do cônjuge ou de outras pessoas próximas, os chamados “laranjas”. Assim, uma forma viável de obter tais informações era através de entrevistas em profundidade com os mesmos, porém, apesar de insistentes tentativas com José Sarney Filho e Adriano Sarney (deputado estadual e neto de José Sarney), não foi possível nenhum documento onde a fonte principal fosse algum membro da própria família no que tange a patrimônio, relações matrimoniais, cônjuges, etc. Nesse sentido, a questão aproximou-se daquela exposta por Pinçon e Pinçon-Charlot (2007), onde afirmam que

Se a alta burguesia aprecia a discrição sobre seus modos de vida, cultiva ainda mais o sigilo sobre seu patrimônio, tanto financeiro quanto de gozo, sobre suas carteiras de valores mobiliários, suas propriedades imobiliárias, suas

fontes de renda não-salariais. Da mesma forma, é sempre muito discreta sobre o inventário das obras de arte e objetos de valor que mobíliam suas inúmeras residências (apartamento parisiense, castelo, mansão à beira-mar, etc.). As fontes fiscais, que poderiam ser de grande utilidade, são tão protegidas quanto um segredo militar. Assim se dá com as declarações de sucessão, que fornecem inventários do patrimônio após falecimento, mas são incomunicáveis aos pesquisadores. O mesmo acontece com o imposto de solidariedade sobre a fortuna, fonte preciosa de informações se a publicação dos dados assim coletados não fosse reduzida a alguns dados muito gerais, diluídos pelo efeito de média entre as grandes fortunas e as que se situam no nível mínimo desse imposto (p. 30).

Destaca-se ainda que os autores afirmam que a riqueza dos poderosos é multidimensional e propõe a noção de “capital patrimonial” para se referir ao conjunto de recursos que as elites possuem, em muitos casos, bens de valor incalculável, como “objetos de arte, quadros, livros antigos, móveis, residências que têm alto valor econômico”, etc., e que os mesmos são “uma parte da memória familiar e da notoriedade do nome” (p. 31).

Sobre Pinheiro, precisou-se lançar mão de uma série de fontes, porém, aquelas acessadas estavam “soltas”, sendo preciso montar um quebra-cabeça com tudo que foi coletado buscando entender melhor a forma como o jogo político em Pinheiro foi se construindo e continua a se desenrolar. Agrupam-se aqui dois tipos de fontes: um constituído por textos que compõem a historiografia pinheirense, jornais locais e entrevistas com agentes e outro composto por conversas informais com pessoas da cidade, materiais de campanha (santinhos, cartazes, jingles, horário eleitoral gratuito, etc.), informações fornecidas pelos candidatos ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) na internet e observações participantes. O primeiro conjunto de fontes tem por objetivo (re)construir o espaço social pinheirense em diversos momentos, buscando entender o jogo político local em diferentes momentos; o segundo tentando preencher lacunas que porventura tenham ficado, a construção do perfil social dos políticos locais, além da observação dos políticos em campanha, acionando os mais diferentes recursos disponíveis a cada um.

Alguns livros são importantes para o trabalho, haja vista a necessidade de se resgatar parte da história do município para entender o espaço social em que transitavam e transitam diversos personagens do jogo político local. Os livros que compõem parte da historiografia pinheirense são: *Coisas de Antanho* (2006), de Josias Abreu, escrito por um ex-prefeito da cidade. O mesmo foi composto sob a forma de crônicas que versam sobre diversos aspectos do município; *Quadros da vida pinheirense* (2006), de Jerô-

nimo de Viveiros³, que nos vários capítulos que compõem o mesmo aborda diferentes temáticas: política, sociedade, meios de comunicação e/ou de transporte, cultura, economia, etc. *A priori* seria lançado em 1956 em comemoração ao centenário da cidade, porém, foi lançado 50 anos depois, ficando até então disponível no jornal *Cidade de Pinheiro*, sendo publicado um capítulo por edição entre os anos de 1954 e 1956; *Lugar das águas* (2006), de José Jorge Leite Soares⁴, tenta contar a história do município desde os primórdios até a data de seu lançamento. As fontes usadas são relatos de pessoas da cidade, entrevistas com locais, o supracitado jornal *Cidade de Pinheiro*, bem como textos sobre a cidade escritos em meios de comunicação da capital, São Luís; *Da povoação do Pinheiro à Princesa da Baixada* (2003), de Douglas Furtado Filho, que busca contar a história do município de forma cronológica, destacando alguns personagens, tais como alguns prefeito que tiveram mais de um mandato e José Sarney.

Essas publicações, apesar de uma tentativa de valorização da cidade ao mostrar imagens de espaços e do destaque a alguns personagens, são importantes na medida em que dão importantes pistas sobre diversos aspectos da história local, sendo um ponto de partida para a busca de mais informações em outros meios, tais como jornais, documentos em órgãos públicos, entrevistas com alguns dos personagens citados nos livros, etc.

Dada a escassez de textos sobre a cidade de Pinheiro e sua história, uma das fontes usadas para a construção do espaço social onde se movem os personagens políticos locais foi o jornal *Cidade de Pinheiro*. Fundado em 1921, o periódico até hoje é mantido, sendo lançado mensalmente. A maior parte de sua coleção pode ser consultada na Academia Pinheirense de Letras, Artes e Ciências (APLAC). Dividido em anos, existem algumas lacunas, como por exemplo, alguns exemplares das décadas de 1920 e 1930. A fonte foi importante na busca por informações como o eleitorado local através dos anos, a votação dos pleitos⁵, peças publicitárias de campanha, visões políticas de seus mantenedores, etc.⁶. Pelo pesquisado no jornal, em toda a sua existência, as pessoas que o administraram mantiveram-se vinculados às famílias com mais representatividade em

³ Historiador consagrado pela historiografia maranhense, autor de *História do Comércio do Maranhão* (1992) e *Quadros da vida maranhense* (1978). Este último serviu de inspiração para o mesmo construir a obra sobre Pinheiro.

⁴ O mesmo foi o organizador dos livros *Coisas de Antanho* e *Quadros da vida pinheirense*, que encontravam-se até seus lançamentos divididos em capítulos publicados no jornal *Cidade de Pinheiro*. Ressalte-se que tais livros, além do de autoria do próprio José Jorge, foram lançados em 2006, ano que a cidade completava 150 anos. Os lançamentos fizeram parte da agenda das festividades.

⁵ O site do Tribunal Superior Eleitoral disponibiliza em sua plataforma na internet números relativos a eleições a partir da década de 1990.

⁶ Algumas imagens extraídas do referido jornal estão no anexo deste trabalho.

várias esferas, mais destacadamente a política. A exceção foi a década de 1990, quando José Genésio assume a prefeitura municipal, época do periódico em que o mesmo serviu como o representante da mídia imprensa local da então oposição àquele momento.

Já as entrevistas são fundamentais em trabalhos onde as fontes escritas são escassas. Nesse caso, elas são parte importante do processo de reconstrução da história do local. Como muitos dos agentes entrevistados exerceram cargos públicos (eletivos e/ou administrativos), as informações coletadas ajudaram sobremaneira a mapear o espaço social em diferentes momentos, como por exemplos as palavras de José Jorge, ex-deputado, candidato derrotado em pleito municipal para prefeito em 1992, que evidenciou as mudanças pelas quais a cidade passou a partir da eleição de José Sarney para o governo do Maranhão em 1965.

As entrevistas serviram também para perceber como foi o processo de preparação dos herdeiros⁷ no contexto de Pinheiro. Aqueles que tiveram a chance de herdar a tradição de sua família, mais especificamente a política, afirmaram que receberam um tipo de instrução para tal, sem que a mesma fosse intencional, sendo, segundo os mesmos, algo natural, pois desde a infância estiveram inseridos em meios que o fizeram crescer aprendendo os meandros da política.

Weber e Beaud (2007) alertam que as entrevistas não podem ser entendidas de forma isolada, uma vez que as mesmas precisam ser percebidas dentro de um espectro mais amplo: "não pode interpretar isoladamente uma entrevista. Ela não 'fala' a partir de si mesma. Ela 'fala' sempre dentro de um contexto: ao mesmo tempo, particular, da relação de entrevista, e aquele mais amplo da pesquisa etnográfica" (p. 164)

Livros, jornais e entrevista foram fundamentais para o acúmulo de informações acerca do universo pesquisado, porém, ainda assim lacunas ficaram a ser preenchidas. Outras formas de obtenção de informação foram encontradas para tentar minimamente resolver tal questão, como conversas informais travadas com pessoas que não apenas poderiam ajudar na elucidação de alguns pontos nebulosos, bem como que estivessem dispostas a isso. Importante ressaltar que em todos os diálogos foi necessário ter a sensibilidade de perceber de que lado do jogo político local tais personagens estavam, uma vez que a maioria das pessoas possuidoras de informações privilegiadas são ligadas por diferentes vínculos com políticos da cidade. Foi nessa modalidade de acesso à informa-

⁷ Dentre os autores que estudam a questão da transmissão de tradições familiares, estão Muxel-Douaire (1987), Canêdo (1991), Abélès (1992), Briquet (1992), Le Bart (1992), Viegas (1997), Kuschnir (2000) e Grill (2008).

ção que obtive informações de políticos que não tinham tanta visibilidade em meios de comunicação da cidade controlado por pessoas ligadas a seus adversários, como José Genésio. Reforça-se aqui o processo de filtragem necessário pelo qual tal fonte precisa passar, uma vez que os simpatizantes de um político tendem a consagrar seus candidatos, exaltando sua performance política e a desqualificação dos feitos dos adversários.

Para a construção de um perfil dos candidatos em Pinheiro, lançou-se mão de informações que os mesmos deram ao Tribunal Superior Eleitoral, tais como sexo, idade, formação, patrimônio, escolaridade, etc. Tal exercício foi feito nas eleições de 2008 e 2012⁸ tanto no que tange o cargo de prefeito como o de vereador. Sem muitas mudanças entre os dois pleitos, dentre as principais características deste corpo de agentes que se lança no universo da política, 85% são nascidos na cidade, 66% dos candidatos são do sexo masculino (87% entre os eleitos), 77% possuem no mínimo o Ensino Médio Completo (87% entre os eleitos) e 85% declararam possuir no máximo R\$ 100 mil⁹ (55% afirmaram não possuir bens de qualquer natureza¹⁰). As profissões mais citadas nas informações dadas ao TSE foram as de comerciantes/comerciários, professores, empresários e servidores públicos.

As peças publicitárias usadas em campanha são importantes na medida em que percebemos como os candidatos fazem referência (ou não) à família nas campanhas. A questão política e mídia pode ser pensada dentro do contexto proposto por Antonio Rubim, que no texto *Novas configurações das eleições na idade mídia* (2001), faz uma relação entre as eleições e a mídia. O autor afirma, citando os comícios, que os mesmos começam a sair da rua para a televisão. Aqueles não deixam de existir, mas que a campanha passa a ser mais televisiva a partir dessa época. Rubim conceitua a *Idade Mídia* como o período de “sociabilidade estruturada e ambientada pela comunicação, especialmente em sua versão midiaticizada” (RUBIM, 2001, p. 174). Assim, completa que o deslocamento acima citado não pressupõe uma submissão da política com relação à mídia, tampouco a descaracterização da política. Conclui que a política agora é pensada outra lógica, regida pelo universo da comunicação.

Sobre os comícios, se antes os comícios eram tratados como o início do período eleitoral, agora, perderam bastante significado por conta da impossibilidade legal de fazer associações entre eventos políticos e atrações culturais (mais destacadamente os

⁸ A eleição de 1988, ponto chave do texto, não possui informações como estas no site do TSE.

⁹ A média do patrimônio declarado entre os eleitos é de R\$ 193 mil.

¹⁰ Vale lembrar que o TSE exige que apenas o candidato declare os bens, não estendendo a prática a familiares próximos como cônjuge e/ou filhos.

“showmícios”). Antes do fim dos “showmícios”, boa parte da população prestigiava o evento por conta da associação do acontecimento político com o cultural. A lei 9.504/07 do código eleitoral afirma que “é proibida a realização de 'showmício' e de evento assemelhado para promoção de candidatos, bem como a apresentação, remunerada ou não, de artistas com a finalidade de animar comício e reunião eleitoral”. Moacir Palmeira & Beatriz Heredia afirmam que os comícios sinalizavam o início do período eleitoral. Segundo os autores, “antes do primeiro comício, as pessoas dizem: a campanha está começando, mas de fato ela não começou; ela começa mesmo com os comícios” (PALMEIRA & HEREDIA, 1996, p. 35).

Fazendo um comparativo entre as eleições de 2008 e 2012, percebe-se que os trunfos usados foram diferentes, uma vez que na penúltima eleição os meios de comunicação foram usados em uma disputa de título, no qual a partícula “Dr” usada antes do nome teve papel de destaque, uma vez que o candidato Leonaldson Castro, doutor em Medicina, faz sempre referência a tal condição em suas peças, fossem cartazes, santinhos, horários eleitoral gratuito, jingles, etc. O candidato Luciano Genésio fez uso do mesmo artifício, porém, sem o título do rival, tendo concluído o curso de Direito. O terceiro candidato, José Arlindo, trabalhou sua ascensão social. Seu material de campanha foi confeccionado como “Zé Arlindo”, que segundo o candidato, ele seria um “Zé”¹¹ entre os outros. Esse embate não aconteceu em 2012, uma vez que Leonaldson Castro não se candidatou. Naquele ano, nenhum dos três candidatos inseriu a partícula “Dr” em materiais de campanha.

Outro exemplo de como a mídia política foi usada pode ser representado no caso de Luciano Genésio. Em pleitos de nível estadual, o mesmo apresenta-se como “Luciano Genésio”, enquanto em eleições de nível municipal o sobrenome “Genésio” não é usado. O não uso do nome da família pode ser explicada pelo processo de cassação de mandato que seu pai sofreu em 2000. Desse momento até o momento, nenhum membro da família obteve êxito em pleitos de qualquer natureza.

Já com as observações participantes em eventos das mais diversas naturezas foi possível perceber como os agentes se comportam em diferentes momentos, seja em eleição ou período que não esteja se disputando nada. Atentando para as palavras de Beaud e Weber (2007), que afirmam que existem “três contextos úteis para a análise dos

¹¹ Em 1992, José Jorge também usou o mesmo artifício, confeccionando seu material de campanha como “Zé” Jorge, buscando reafirmar seu pertencimento à terra, após longa ausência da cidade por motivos acadêmicos e posteriormente profissionais.

dados etnográficos: 1) contexto imediato da situação; 2) contexto da pesquisa completa; e 3) o contexto social" (p. 168-169), onde no primeiro caso, leva-se em conta o momento específico de uma entrevista ou uma observação participante, no segundo a pesquisa completa refere-se ao contexto do trabalho como um todo, percebendo os diferentes momentos, como uma eleição, por exemplo, e por fim, o contexto social diz respeito ao espectro em que os personagens envolvidos transitam, a inserção "por dentro" de uma facção política permite perceber nuances que dificilmente seriam notadas sem acessos privilegiados a determinados espaços e momentos.

Capítulo 1: Esquema analítico e conceitos usados na pesquisa

1.1. Notas sobre o esquema analítico adotado

O sociólogo francês Pierre Bourdieu desenvolveu um esquema analítico em que o mundo social é percebido através das relações entre os agentes, onde suas propriedades objetivas são levadas em conta, tais como os capitais, recursos que os agentes detêm e fazem com quem os mesmos participem de espaços que o volume dos mesmos lhes possa proporcionar. Dessa forma, tenta-se aqui entender a política maranhense através das relações instauradas e mantidas ao longo do tempo entre os políticos que fazem parte dessa esfera, os capitais dos envolvidos neste jogo político, o que vai dar em boa medida um panorama mais claro de como o mesmo está estruturado.

Em *Estratégias de reprodução e modos de dominação* (1994), Pierre Bourdieu discorre sobre a relação entre princípios dinâmicos em que repousa a sociedade, a saber: as estruturas de distribuição de capitais, ou seja, os recursos que cada um detém e com eles se movem no espaço social e nas disposições que permitem a reprodução de tais recursos. Algumas transformações pelas quais as sociedades capitalistas passaram foram decisivas para o aumento do peso de algumas estratégias de reprodução nos mais diferentes espaços sociais, tal como as estratégias matrimoniais das sociedades camponesas e as mudanças propiciadas pela valorização do sistema escolar na sociedade. Assim, o autor classifica as estratégias de reprodução de capitais em três classes: estratégias de investimento biológico, econômico e simbólico. A primeira visa garantir o patrimônio material da família sem desperdício, dentro do aceitável tendo em vista os costumes e a jurisdição. Através dos títulos escolares, a família, a longo prazo, reproduz seus bens materiais e/ou simbólicos, não de forma racional, calculada. É parte de algo mais amplo, que levará esses herdeiros a continuar o legado da família em suas diferentes formas; as estratégias de investimento econômico visam garantir o que já se tem e acumular cada vez mais os bens em jogo nas relações sociais. Os casamentos são parte decisiva desse tipo de estratégia, uma vez que, para que não haja ameaça de perda de qualquer natureza, o matrimônio é realizado entre famílias de mesma classe. No caso do acúmulo, o enlace é realizado com alguém de classe de poder superior, sempre objetivando o aumento ou, no mínimo, a manutenção do capital social familiar; por fim, nas estratégias simbólicas, pretende-se conservar e/ou aumentar o capital de reconhecimento da família

naturalizando o mesmo, ou seja, buscando a legitimidade da dominação e de seu fundamento.

Como dito no caso das estratégias de investimento biológico, tais processos não são calculados de forma racional, mas dispõem de um *habitus* e que tendem a se reproduzir de forma espontânea, não havendo o interesse cínico na manutenção ou acúmulo dos bens materiais ou simbólicos:

Na verdade, elas dependem das condições sociais cujo *habitus* é produto, quer dizer, em diferentes sociedades, de volume e estrutura de capital possuído pela família (e de sua evolução no tempo), elas tendem a perpetuar sua identidade, que é a diferença, mantendo as diferenças, as distâncias, as relações de ordem e contribuindo assim, na prática, para a reprodução de todo o sistema de diferenças constitutivas da ordem social (BOURDIEU, 1994, p. 6).

Importante salientar que as estratégias influenciam também na posição dos agentes no espaço social. Em período de mudança, de crise, um tipo de capital pode ser reconvertido visando a manutenção de seu *status quo* na estrutura social em que os transitem. Dessa forma, as estratégias também podem mudar para que essa reconversão seja feita de forma satisfatória e sem perda aos seus detentores.

Percebe-se que uma instituição social tem papel fundamental nos trabalhos de Bourdieu, a família. As estratégias expostas acima levam em conta a manutenção e o acúmulo de recursos que buscam fortalecer os recursos das famílias, entendida como uma “ficção social” pelo autor, transformada em “ficção jurídica” pelas convenções, que dota cada um de seus membros de um “espírito de família”, ou seja, “a crença no valor dessa unidade e de sua integração” (BOURDIEU, 1994, p. 11).

Pensado dessa forma, as estratégias familiares são articuladas segundo os ganhos e lucros da família e não de seus membros isolados. Cada um dos partícipes de uma família tem suas obrigações para com a instituição¹², uma vez que os capitais detidos por cada um não pode ser entendido senão se levar em conta a “história das relações de força entre os diferentes agentes e suas estratégias” e que também é necessário saber que as posições ocupadas por cada membro dentro da estrutura familiar é que vai orientar as estratégias adotadas pela família para cada um deles.

¹² Segundo Bourdieu, cada família busca a reprodução de suas posições nos diferentes espaços em que circulam e que a mesma possui um *conatus*, que é entendido como uma combinação de disposições e interesses associados a uma classe particular de posições sociais que inclinam os agentes a se esforçar a reproduzir, manter ou aumentar, sem mesmo ter a necessidade de o saber nem de querer, as propriedades constitutivas de sua identidade social (p. 230) (BOURDIEU, Pierre. **Homo academicus**. Editions de Minuit, Paris, 1984).

Na obra de Pierre Bourdieu, a instituição “família” é fundamental para pensar como algumas relações são estabelecidas e/ou mantidas nos mais diferentes espaços sociais ou campos de poder. Um dos pontos que chama atenção é o fato que pouco leva-se em conta que a família é uma construção social e que somos levados a pensá-la como algo natural: “Nada parece mais natural do que a família: essa construção social arbitrária parece situar-se no pólo do natural e do universal” (BOURDIEU, 1996b, p. 128). Sua concepção de família é definida como “uma realidade que transcende seus membros, uma personagem transpessoal dotada de uma vida e de um espírito coletivos e de uma visão específica do mundo” (BOURDIEU, 1996b, p. 125). É nesse sentido que o autor afirma que os discursos da família sobre a própria família consideram-na como um indivíduo, tendo suas vontades, desejos, sensações, ou seja, um membro ativo dos processos sociais e que, dentro desses processos, a família é, por excelência, caracterizado pela confiança e doação, diferente de outras esferas, como o mundo da economia, por exemplo.

Se a família é uma construção social, tal processo demandou um grande esforço, que buscou, e ainda assim o faz, tenta dotar os membros de casa conjunto familiar, além de uma ideia de pertencimento à mesma, de sentimentos que possibilitem integrar todos naquele seio, buscando também eliminar os individualismos que porventura persistam em alguns. Alguns métodos podem ser observados quando dessas tentativas de dotar um espírito de unidade à família, tais como a imposição do nome da família, matrimônios, entre outros. São o que Bourdieu chama de “afeições obrigatórias” e “obrigações afetivas do sentimento familiar”, tais como o sentimento de amor de um membro para com os outros: entre irmãos, de pai para filho e vice-versa, conjugal, etc. Assim, o “espírito de família” é uma criação fruto de um trabalho simbólico e prático:

Para compreender como a família passa de uma ficção nominal a grupo real, cujos membros estão unidos por intensos laços afetivos, é preciso levar em conta todo o trabalho simbólico e prático que tende a transformar a obrigação de amar em disposição amorosa e a dotar cada um dos membros da família de um "espírito de família" gerador de devotamentos, de generosidades, de solidariedades (p. 129).

Pensando nas estratégias expostas acima, a família tem um papel fundamental nos processos que serão adotados visando a manutenção e o acúmulo de capitais nos espaços sociais em que estão situadas, bem como na manutenção da ordem social estabelecida. As estratégias de reprodução são pensadas levando em conta a família como

unidade e não seus membros de forma isolada. Num enlace matrimonial, por exemplo, o nome da família é o bem mais valioso. Levando em conta aspectos econômicos ou políticos, tal ideia fica clara, uma vez que em muitas eleições todos os membros da família participam de alguma forma do processo, sempre pensando na unidade e não apenas em si. Como normalmente as famílias dominadoras são numerosas, espalhando-se em diferentes áreas sociais para diversificação de seu poder e possível reconversão de capitais em momentos de crise, elas unem-se não por razões meramente econômicas, mas principalmente para manutenção e acúmulo de capital social:

Uma das particularidades dos dominantes é a de possuírem famílias extensas (os grandes tem famílias grandes) e fortemente integradas, já que unidas não apenas pela afinidade dos *habitus*, mas também pela solidariedade dos interesses, isto é, tanto pelo capital quanto para o capital, o capital econômico, evidentemente, mas também o capital simbólico (o nome) e sobretudo, talvez, o capital social (que sabemos ser a condição e o efeito de uma gestão bem-sucedida do capital coletivo dos membros da unidade doméstica) [...] é preciso deixar de apreender a família como um dado imediato da realidade social, para ver nela um instrumento de construção dessa realidade (p. 132-133).

Ainda sobre a questão familiar, um ponto que é de fundamental importância é a sucessão, a herança. Em *As contradições da herança* (2007b), Bourdieu afirma que, mesmo que haja um esforço dos membros da família para que a unidade seja mantida, tensões e contradições são geradas dentro da instituição familiar e que a linha sucessória dependerá muitas vezes do desempenho dos herdeiros das famílias nas instituições de ensino que, segundo ele, “funcionam como um princípio da realidade brutal e potente, responsável, em razão da intensificação da concorrência, por muitos fracassos e decepções (BOURDIEU, 2007b, p. 231)”. Sendo herdeiro não apenas dos bens materiais, bem como do *conatus*, os filhos buscam continuar os projetos idealizados pelos pais, projetos esses que, por vezes, são idealizados pelos pais para que os filhos realizem. Percebe-se assim um desacerto entre a projeção dos pais nos filhos e os desejos individuais desses:

O pai é o sujeito e o instrumento de um “projeto” (ou, melhor, de um *conatus*) que, estando inscrito em suas disposições herdadas, é transmitido inconscientemente, em e por sua maneira de ser, e também, explicitamente, por ações educativas orientadas para a perpetuação da linhagem. Herdar é transmitir essas disposições imanentes, perpetuar esse *conatus*, aceitar tornar-se instrumentos dócil desse “projeto” de reprodução (BOURDIEU, 2007b, p. 232).

Ainda sobre as contradições que permeiam a herança, Bourdieu mostra que a relação entre pai e filho pode ser extremamente violenta para o herdeiro, uma vez que haverá o conflito entre ser alguém diferente do pai, por vezes negando-o, mesmo dentro da lógica que a família é una e não um conglomerado de pessoas e continuar o projeto familiar anulando-se enquanto indivíduo.

1.1.1. Violência simbólica e política

O autor trabalha a questão da violência simbólica, ou seja, aquela em que o dominado não percebe o domínio que lhe é imposto e por vezes perceber benefícios na relação de domínio na qual está inserido. Segundo Bourdieu, existem as formas elementares da dominação, onde a dominação é direta, de pessoa para pessoa. O ideal para os dominantes seria um sistema onde o processo de dominação se desse sem custo. Porém, quando há tal impossibilidade, a dominação tem de ser direta:

enquanto não for constituído o sistema dos mecanismos que, por seu próprio movimento, venham assegurar a reprodução da ordem estabelecida, não bastará que os dominantes deixem *funcionar displicentemente o sistema* dominado por eles para que se exerça de forma duradoura sua dominação; pelo contrário, terão necessidade de trabalhar de forma direta, cotidiana e pessoal para produzirem e reproduzirem as condições sempre incertas da dominação (BOURDIEU, 2002, p. 202).

Duas formas são expostas de como o dominador pode manter o domínio sobre o dominado de forma duradoura, senão para sempre, a saber: a dívida ou a dádiva. No primeiro caso, a assimetria de poder é tão grande que o dominado nunca irá conseguir pagar de forma satisfatória os benefícios materiais adquiridos na relação¹³; já na segunda, entra em questão deveres que levam em conta obrigações para com o dominador de ordem moral, onde a honra está envolvida no jogo. Levando em conta que a relação muitas vezes, senão em todas as ocasiões, a economia faz parte desse processo, é muito mais vantajoso ao dominador trabalhar a relação em um jogo de ganha e perde (onde ele ganha muito mais do que perde) que partir para a coerção física, latente. Ressalte-se que uma das características do domínio simbólico é a crença que a relação é proveitosa para

¹³ “Na falta de qualquer garantia jurídica e de toda força de coação externa, uma das únicas maneiras de ‘segurar alguém’ de forma duradoura consiste em fazer durar uma relação assimétrica, tal como a dívida; porque a única posse reconhecida, legítima, é aquela de que nos assenhoreamos ao nos desapossarmos dela, isto é, a obrigação, o reconhecimento, o prestígio ou a fidelidade pessoal” (BOURDIEU, 2002, p. 210).

ambos os lados. Mesmo que o dominado não perceba o domínio, a relação ainda é vista como uma série de vantagens. Assim,

A violência aberta, a do agiota ou do fazendeiro sem compaixão, continuará esbarrando na reprovação coletiva e correndo o risco de suscitar, seja uma resposta violenta, seja a fuga da vítima, isto é, nos dois casos - por *falta de qualquer recurso* - o aniquilamento da própria relação que, em princípio, deveria ser explorada; por sua vez, a violência simbólica, violência branda, invisível, desconhecida como tal, tanto escolhida quanto suportada, a da confiança, da dívida, da fidelidade pessoal, da hospitalidade, da dádiva, da dívida, do reconhecimento, da compaixão, de todas as virtudes às quais, em uma palavra, presta homenagem a moral da honra, impõe-se como o modo de dominação mais econômico por ser mais adaptado à economia do sistema (BOURDIEU, 2002, p. 206).

Porém, ao exercer um domínio mais brando, refinado, ou seja, o domínio simbólico, o dominador impõe sua força por meio de mecanismos como códigos de honra, fidelidade pessoal, etc. Tal esforço “impõe-se como o modo de dominação mais econômico por ser mais adaptado à economia do sistema” (BOURDIEU, 2002, 206). Importante salientar que a violência simbólica não é feita sem custos para os dominantes que, além de cumprirem com seus deveres, devem dedicar tempo e sacrifício para o bem estar da relação.

Com o passar do tempo e com o desenvolvimento de instituições de grande amplitude, o trabalho dos dominantes foi facilitado, haja vista que o domínio dá-se através de tais estabelecimentos, cabendo a esses o papel de eufemizador da dominação:

se for verdade que a violência simbólica é a forma branda e enrustida assumida pela violência quando esta não pode manifestar-se abertamente, compreende-se que as formas simbólicas da dominação tenham-se deteriorado progressivamente à medida que se constituíam os mecanismos objetivos que, tornando inútil o trabalho de eufemização, tendiam a produzir as disposições desencantadas exigidas por seu desenvolvimento (BOURDIEU, 2002, p. 213)

Uma das instituições as quais Bourdieu faz referência é a escola. Até um determinado momento da história da humanidade, os ensinamentos do que era necessário aos herdeiros eram passados pelos pais aos filhos de forma direta. Porém, instituições de ensino tinham e tem várias vantagens sobre forma de transmissão não apenas de conhecimento cultural, mas de modos de vida. Pierre Bourdieu compara o capital cultural com o econômico, associando o diploma escolar com a moeda. Assim, o sistema de ensino refenda os detentores de diplomas a um mesmo patamar, onde seus detentores podem reconverter o capital cultural em outros, como o social, econômico, etc. Dessa forma,

“as relações de poder e dependências deixam de se estabelecer diretamente entre pessoas, mas instauram-se, na própria objetividade, entre instituições, isto é, entre diplomas e cargos” (BOURDIEU, 2002, p. 199).

Os personagens envolvidos nas relações de dominação eram diferenciados entre aqueles que detinham o monopólio e aqueles que obedeciam por conta dos capitais a disposição de cada um no jogo. O volume e a composição desses recursos eram decisivos para que determinado participante estivesse na condição de dominante ou de dominado. Bourdieu (1994, p. 8), todavia, afirma que aqueles que comandam as ações precisam manter sua posição de destaque no espaço e, para isso, reconvertem um tipo de capital em outro, mais rentável e legítimo para a reprodução de seu domínio.

Dessa forma, um dos principais tipos de capital é o cultural, onde se necessita, entre outros recursos, dos títulos escolares para diferenciar-se dos demais que fazem parte dos jogos que ele participa. Sem determinadas instituições como as escolas, a dominação precisa ser direta. Tal situação causava um grande desgaste para os dominantes, tanto de recursos financeiros como de tempo. Diz Bourdieu que as sociedades pré e protocapitalistas não davam condições para que o domínio fosse de forma impessoal, ou seja, através de “mecanismos objetivo de violência oculta”, um intermediário como as instituições escolares. Porém, o desenvolvimento de um sistema econômico cada vez mais complexo faz com que a seleção de pessoas para cargos seja não através de seus recursos financeiros, mas sim pela detenção de bens simbólicos específicos, como diplomas:

A medida que um campo econômico dotado de suas próprias leis de desenvolvimento se constitui e que nele se instauram mecanismos que asseguram a reprodução durável de sua estrutura e cujo Estado contribui para garantir a constância (como aqueles que são ligados à existência da moeda e que baseiam a confiança necessária para render possíveis investimentos transgeracionais), o poder direto e pessoal sobre as pessoas tende a ceder cada vez mais ao poder em mecanismos oferecidos pelo capital econômico ou capital cultural (títulos escolares) (1994, p. 9).

Atente-se, todavia, para o fato que o domínio cultural não é uma simples evolução da dominação econômica, mas sim, outra forma de continuar com a violência sobre os que possuem um volume menor de capitais.

Todo esse conjunto de instrumentos de análise pode ser operado para estudar o universo da política. Os agentes que dele fazem parte também estão na mesma lógica de outras esferas, onde existem os dominantes (políticos) e os dominados (eleitores). A

elite política é aquela que representa a massas. Segundo Bourdieu (2004), existe uma relação cíclica, onde o representado só existe na medida em que representa o grupo representado, fazendo assim o mesmo existir e fazendo existir o próprio representante. Nas palavras do próprio autor, o representado “é a causa do que produz o seu poder, já que o grupo que o investe de poderes não existiria – ou, em todo caso, não existiria plenamente, enquanto grupo representado – se ele não estivesse ali para encarná-lo” (p. 189). Por essa lógica, muitas vezes, os representados não tem alternativa, a não ser delegar poder a outrem em seu lugar ou não participar do jogo político: “os constrangimentos do mercado estão em primeiro lugar sobre os membros das classes dominadas que não têm outra escolha a não ser a demissão ou a entrega de si ao partido” (BOURDIEU, 2007a, p. 166). É nesse sentido que os mandantes passam um “cheque em branco” ao mandatário, por não possuírem os recursos necessários para fazer parte de um complexo jogo como o da política. Assim, quanto mais despossuídos dos recursos que os políticos detém, mais necessário é para esses agentes delegar poder a outrem: “os indivíduos em condição isolada, silenciosos, sem palavra, sem ter nem a capacidade nem o poder de se fazerem ouvir, de se fazem entender, estão diante da alternativa de calar ou de ser falados” (BOURDIEU, 2004, p. 191-192).

Importante ressaltar que tal delegação é uma relação onde o representante representa o representado com seu aval e sem uso de força, uma vez que a violência operada aqui é simbólica, ou seja, dissimulada, porém, onde ambos acreditam que estão em consonância com seu papel na relação, onde há um reconhecimento tácito e cúmplice em que ambos se beneficiarão da mesma. Entretanto, é importante frisar que o representante precisa criar a necessidade de tal representação: “para se autoconsagrar como intérprete, o intermediário deve produzir a necessidade de seu próprio produto” (BOURDIEU, 2004, p. 195).

Sendo o mandatário a “causa do que produz o seu poder”, o mesmo é autoconsagrado, ação essa que não se faz sem a conivência dos representados, ocorrendo assim a violência simbólica. Tal processo não é feito pelo representante de forma inescrupulosa, cínica, onde o representado não seja o fim último da atividade do político: “os interesses do mandatário e os interesses dos mandantes coincidem em grande parte, de modo que o mandatário pode acreditar e fazer com que acreditem que ele não possui interesses à margem dos interesses de seus mandantes” (BOURDIEU, 2004, p. 200).

Se em outros espaços os agentes estão vinculados a regras internas de funcionamento¹⁴, na política, há a necessidade de mobilização de forças que vem de fora de seu espaço tradicional, ou seja, precisa da legitimidade que os profanos lhe concedem através de plebiscitos e que esses lhes permitam fazer ser representados e que os eleitos falem em nome deles. Bourdieu em *O poder simbólico* assim assevera sobre tal domínio: “a força das idéias que ele [político] propõe mede-se, não como no terreno da ciência, pelo seu valor de verdade [...] mas sim pela força de mobilização que eles encerram. [...] É o que faz com que o campo da política [...] oscile sempre entre dois critérios de validação, a ciência e o plebiscito” (BOURDIEU, 2007a, p. 185).

Nesse espaço de concorrência em que os agentes políticos transitam, os políticos estão em um extremo e os eleitores, os profanos, em outro. Os primeiros, com as questões que levantam durante o período de referendo, apresentam-se sob diversas formas, porém, dentro de uma lógica que se assemelha a um mercado, onde eles e seus programas, propostas, etc., são produtos e os eleitores restringem-se a consumidores. Quanto mais afastados esses últimos estão do “lugar de produção”, maior a chance de equívoco entre a ideia que se passa a aquela que se consome. Assim, o campo político é um espaço altamente restritivo, uma vez que existe uma falsa ideia de que todos podem participar do processo democrático. O volume e variedade de capitais que o agente possui serão determinantes para que ele participe do processo nas mais diferentes condições:

Dado que os produtos oferecidos pelo campo político são instrumentos de percepção e de expressão do mundo social (ou, se assim se quiser, princípios de di-visão) a distribuição das opiniões numa população determinada depende do estado dos instrumentos de percepção e de expressão disponíveis e do acesso que os diferentes grupos têm a esses instrumentos [...] o campo político exerce de facto um efeito de censura ao limitar o universo do discurso político (BOURDIEU, 2007a, p. 165).

O jogo político faz com que os profanos, despossuídos das ferramentas necessárias para participar do mesmo em uma condição mais privilegiada, tenham como única alternativa delegar sua representação a outrem seja um candidato, um partido, etc., ou

¹⁴ Diferente do campo político, onde os representantes precisam de tempos em tempos passar por processos eleitorais para continuar suas atividades naquele espaço, em outros, porém, o reconhecimento das produções dá-se também de forma endógena. Alerta Bourdieu (1996a) que o campo cultural, por exemplo, é dominado no campo do poder mais amplo, mas que “por mais livres que possam estar das sujeições e das solicitações externas, são atravessados pela necessidade dos campos englobantes, a do lucro, econômico ou político” (p. 246). Tal campo é regido por dois princípios de hierarquização, interno e externo. No primeiro, os agentes têm suas obras analisadas e consagradas pelos seus próprios pares; no segundo, o grande público avalia a obra, cujo sucesso é medido mais pela quantidade vendida que pela qualidade da mesma. Por conta dessa relação dissintonia entre sucesso interno e externo, diz Bourdieu que é muito difícil que haja um campo, a não ser o próprio campo do poder (1996a, p. 247).

seja, alguém em condições de falar por ele. Para tanto, aquele que irá representar precisa adquirir um código de conduta, de regras, uma crença no jogo que lhe permita exercer bem o papel que sua condição exige. O *habitus* político é um conjunto de saberes que o agente adquire ao longo de toda sua existência, que vai desde o dom da oratória até o domínio de um conjunto de relações. Além disso, note-se que participantes do campo político são por vezes recompensados por seu devotamento ao jogo, tanto de tempo, como recursos financeiros, etc.

Sobre o campo político, reforça-se a diferença para os demais campos, onde os participantes do mesmo precisam do aval dos profanos, mobilizados através do voto de tempos em tempos. Assim sua força não é medida por seus pares. Dessa forma, necessita-se um trabalho contínuo de preservação do crédito para com os profanos:

O campo político é pois o lugar de uma concorrência pelo poder que se faz por intermédio de uma concorrência pelos profanos ou, melhor, pelo monopólio do direito de falar e de agir em nome de uma parte ou da totalidade dos profanos. O porta-voz apropria-se não só da palavra do grupo dos profanos, quer dizer, na maioria dos casos, do seu silêncio (BOURDIEU, 2007a, p. 185).

Para o estudo, é feita uma sociografia dos principais agentes envolvidos no jogo local¹⁵, traçando suas trajetórias sociais e políticas. Para tal tarefa, precisa-se primeiro perceber o espaço social nos quais estão inseridos, bem como as posições que foram ocupadas por eles ao longo de suas vidas. Esse espaço social seria

construído na base de princípios de diferenciação ou de distribuição constituídos pelo conjunto de propriedades que actuam no universo social considerado, quer dizer, apropriadas a conferir, ao detentor delas, força ou poder neste universo. Os agentes e grupos de agentes são assim definidos pelas suas *posições relativas* neste espaço. Cada um deles está acantonado numa posição ou numa classe precisa de posições vizinhas, quer dizer, numa região determinada do espaço, e não se pode ocupar realmente duas regiões opostas do espaço – mesmo que tal seja concebível (BOURDIEU, 2007a, p. 133-4).

¹⁵ As fontes que servem de base para o estudo são fontes de cunho bibliográficos, como monografias, dissertações e obras que versam sobre o poder local, tanto em nível nacional como em nível regional. Dada a escassez de obras sobre o município de Pinheiro, faz-se necessário uso de entrevistas em profundidade com os agentes políticos, bem como pesquisas em jornais locais e estaduais, visando apreender as posições ocupadas por eles naquele espaço social ao longo do tempo. Além dessas, outras foram incorporadas ao trabalho, como materiais de campanha usados pelos candidatos, tentando perceber como a “família” esteve ou está presente nos pleitos também através de *jingles*, santinhos, panfletos, etc.

Importante ressaltar que tal espaço está em constante transformação. Os acontecimentos transcorridos no espaço são algumas das variáveis responsáveis por essas constantes transformações ou reordenações.

A construção do espaço de relações é importante para observarmos as posições ocupadas pelos agentes ao longo do tempo, em que condições, por quanto tempo, entre outras variantes. Assim, podemos verificar a trajetória de tal agente. Bourdieu conceitua trajetória¹⁶ como uma “série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes transformações” (1998a, p. 189).

A ideia de trajetória trabalhada por Bourdieu pode ser, por vezes, confundida com a de biografia. Nesse caso, transforma-se a vida de uma pessoa em um conjunto de fatos sequenciados sem levar em conta uma série de fatores, tais como suas relações, espaço social, tempo, etc. Nesse caso, o nome tem papel importante nesse processo biográfico, uma vez que é o “suporte” de um “conjunto de propriedades” que as instituições reúnem sob efeito jurídico, tais como certidões de nascimento, estado civil, etc. Assim, o “nome próprio” é um “designador rígido” do agente e é “a forma por excelência da imposição arbitrária que operam os ritos de instituição” (BOURDIEU, 1998a, p. 187). Pensado dessa forma, o nome próprio reduz a posições fixas e esse agente tem como característica a mobilidade pelo espaço social variando de acordo com o volume de capitais que tem a sua disposição.

É nesse sentido que Bourdieu critica sua “retirada” do conjunto de relações ao qual está imerso:

Tentar compreender uma vida como uma série única e por si suficiente de acontecimentos sucessivos, sem outro vínculo que não a associação a um ‘sujeito’ cuja constância certamente não é senão aquela de um nome próprio, é quase tão absurdo quanto tentar explicar a razão de um trajeto no metrô sem levar em conta a estrutura da rede, isto é, a matriz das relações objetivas entre as diferentes estações [...] não podemos compreender uma trajetória (isto é, o

¹⁶ Convém destacara a diferença entre trajetória e biografia, uma vez que algumas informações são colhidas em textos biográficos. Segundo Bourdieu, a “ilusão biográfica” é a retirada do indivíduo de suas relações sociais, não levando em conta o espaço social no qual está inserido: “tentar compreender uma vida como uma série única e por si suficiente de acontecimentos sucessivos, sem outro vínculo que não a associação a um “sujeito” cuja constância certamente não é senão aquela de um nome próprio, é quase tão absurdo quanto tentar explicar a razão de um trajeto no metrô sem levar em conta a estrutura da rede, isto é, a matriz das relações objetivas entre as diferentes estações [...] não podemos compreender uma trajetória (isto é, o envelhecimento social que, embora o acompanhe de forma inevitável, é independente do envelhecimento biológico) sem que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou e, logo, o conjunto das relações objetivas que uniram o agente considerado – pelo menos em certo número de estados pertinentes – ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontados com o mesmo espaço dos possíveis” (1998a, p. 189-90).

envelhecimento social que, embora o acompanhe de forma inevitável, é independente do envelhecimento biológico) sem que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou e, logo, o conjunto das relações objetivas que uniram o agente considerado – pelo menos em certo número de estados pertinentes – ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontados com o mesmo espaço dos possíveis (p. 189-190).

Uma vez que a política é permeada de relações sociais e pessoais, a noção de capital social é importante para pensar o caso da política maranhense. Bourdieu trabalha atentando para o inter-reconhecimento entre os agentes (ou grupos de agentes) em seu esquema de análise, considera-se que o volume do capital social dos agentes não depende exclusivamente dele, mas também da extensão de sua rede de relações e dos capitais que detêm os agentes que compõem tal estrutura. Tais propriedades necessitam assim do reconhecimento dos outros, conferindo-lhe capital simbólico.

Enquanto capital social, Bourdieu afirma que

é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados a posse de uma *rede durável de relações* mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à *vinculação a um grupo*, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por *ligações* permanentes e úteis (BOURDIEU, 1998b, p. 67).

O autor assevera que “o volume do capital social que um agente individual possui depende então da extensão da rede de relações que ele pode efetivamente mobilizar e do volume do capital (econômico, cultural ou simbólico) que é posse exclusiva de cada um daqueles a quem está ligado” (p. 67) e completa afirmando que relações instauradas e/ou mantidas nada tem de natural, sendo

produto do trabalho de instauração e de manutenção que é necessário para produzir e reproduzir relações duráveis e úteis, aptas a proporcionar lucros materiais ou simbólicos. Em outras palavras, a rede de ligações é o produto de estratégias de investimento social consciente ou inconscientemente orientadas para a instituição ou a reprodução de relações sociais diretamente utilizáveis a curto ou longo prazo (1998b, p. 68).

1.2. Eleições, voto e liderança

Alguns conceitos são importantes para pensar os universos políticos que estão sendo analisados. Além do esquema analítico, eles serão fundamentais para entender as lógicas que estruturam as relações entre os agentes que transitam no espaço político maranhense. Em um primeiro momento, eleições, voto e liderança serão abordados. Posteriormente, rede, quase-grupo e facção.

Sobre eleições, Annie Collovald, Frédéric Sawicki e Jean-Philippe Heurtin em *A propósito de eleições municipais: a definição de uma eleição* (1989), abordam o poder local em seu estudo analisando como alguns personagens, mais destacadamente os políticos e imprensa francesa perceberam os resultados das eleições municipais de 1989. Os autores ilustram com recortes de diversos jornais de abrangência nacional que o resultado de tal pleito serviu como uma lição para diversos personagens envolvidos na política, porém, sem levar em conta as especificidades inerentes à política local, onde o peso da pessoalidade é destacado apenas para explicar o apartidarismo e o desapego a ideologias como características das eleições em nível municipal.

Sobre campanhas eleitorais, Jacques Gerstlé destaca a relevância que os meios de comunicação assumiram a partir da década de 60 nas eleições, sendo tal personagem um importante participante dos jogos políticos desde então. Em *A renovação de estudos sobre as campanhas eleitorais* (1989), o autor afirma que as eleições não são mais o que elas eram, entre outros motivos, por que elas acompanham o processo de midiaticização da sociedade, além da mudança de comportamento dos eleitores, decorrente do enfraquecimento das identificações partidárias por parte dos eleitores.

Tal como Patrick Champagne¹⁷, destaca não apenas os meios de comunicação, mas também o papel das pesquisas durante o período de campanha, onde as mesmas constroem diversos tipos de agendas que serão discutidas na eleição.

¹⁷ Patrick Champagne em *Formar a opinião: o novo jogo político* (1996) trabalha a utilização de meios de comunicação em pleitos, destacando o papel dos institutos de sondagem de opinião durante as campanhas. Ao estudar o caso da França, aponta ele que a política tende a se organizar e se estruturar tendo como eixo central a opinião pública, nos quais os institutos de sondagem tem papel importante, buscando a conquista da opinião de forma científica. O capital necessário aos envolvidos, mais destacadamente os candidatos é o político, feito de "crédito e confiança, isto é, uma combinação variável de crença em sua competência e moralidade" (CHAMPAGNE, 1996, p. 29). Tal recurso é avaliado, mais recentemente não apenas pelo eleitorado de tempos em tempos, mas também pela mídia, através de sondagens de opinião pública. Esse novo personagem inserido na política é formado por uma gama de profissionais, tais como jornalistas, especialistas em marketing, cientistas políticos, etc. Essa opinião formada por intermédio de tais profissionais cria o chamado "efeito da crença", ou seja, "uma crença coletiva no valor dessa 'razão estatística' que ressalta das pesquisas de opinião e no interesse desse jogo que se organiza e se estrutura

Especificamente sobre estudos políticos que levam em conta o local no Brasil, algumas publicações tentaram dar conta dessa questão, bem como vinculá-la aos estudos de política de uma forma mais ampla, dentre os quais, podemos citar *As ciências sociais e a política no Brasil* (2013), organizado por Igor Grill e Ernesto Seidl. Na perspectiva adotada na obra, a dimensão política não se reduz a atividades, espaços ou atores normalmente associados com a atividade política, dando destaque para recursos sociais dos agentes em diferentes momentos de suas trajetórias levando em conta os espaços sociais onde os mesmos estavam inseridos nesses momentos. Redes das quais os agentes fazem parte também são alvo dos estudos contidos na obra, onde os mesmos podem ser originários dos laços de parentesco (sanguíneo ou simbólico), amizade, classe social ou profissional, etc. Outro ponto presente nos artigos é a importância da sociologia histórica e da sócio-história do político, haja vista o resgate de dinâmicas que dão sentido e coerência à vida política nos diferentes contextos abordados pelos autores, que pretendem ir além da perspectiva que aponta para uma 'redução' de fenômenos como atrasos, tais como patronagem e clientelismo, ausência de modernidade ou como situações presentes apenas em um passado distante, tentando ir além da dicotomia moderno e atraso no que tangem a espaços políticos. Dentre as temáticas contidas nos artigos, foram contemplados estudos sobre os poderosos, política e saberes profissionais, militância e engajamento político, especialização política, etc.

Moacir Palmeira no texto *Eleição municipal, política e cidadania* (2006) aborda a questão da relação entre política e cidadania, focando nas eleições municipais que, segundo ele, não tem a mesma importância na academia como tem no cotidiano da população. Seria a eleição municipal associada à política local, caracterizada como exótica, paroquial, sendo, de certa forma, um contraponto das eleições de nível nacional, vista como algo externo, associada ao governo propriamente dito, feito por autoridade, homens importantes, etc. Porém, Palmeira afirma que as eleições municipais são matrizes para as outras.

O autor aciona autores da antropologia política como Carl Landé e Frederick Bailey para expor que nas eleições municipais (mais destacadamente), as relações pes-

em torno das sondagens" (1996, p. 120). Dessa forma, percebe-se que a crença só existe na medida em que há os interesses dos mais diversos personagens envolvidos no jogo de participar do processo, sendo tal crença compartilhada coletivamente. Assim, apreende-se que as pesquisas de opinião pública "não têm como objeto o conhecimento das opiniões dos cidadãos, mas visam essencialmente reafirmar o poder próprio da imprensa em face do poder político ao procurarem desestabilizar seus agentes. Sob o pretexto de consultar cientificamente 'o povo', os jornalistas injuriam assim ritualmente os políticos e acabam por chamá-los à ordem. Em última análise, o povo é utilizado para proceder a ajustes de contas internas à classe político-jornalista" (p. 135).

soais são a chave para entender os jogos que ali acontecem: “as relações pessoais desempenham uma parte mais importante na organização da atividade política do que os grupos organizados com base em afinidades de classe, profissão e ideologia” (LANDÉ Apud PALMEIRA, 2006, p. 138). Já Bailey lembra que as relações pessoais atravessam toda a sociedade, mas considerando a política, tal ponto ganha relevância, uma vez que “a pequena política da vida cotidiana de cada um está referida a reputações, a ter um ‘bom nome’, a evitar a desqualificação social” (BAILEY Apud PALMEIRA, 2006, p. 138).

Pensando o caso brasileiro, Moacir Palmeira alerta que as relações pessoais e a “grande política” existem em todos os níveis do jogo político. Se por um lado elementos como a obrigatoriedade do voto é marca da política mais ampla na política local, por outro, as relações pessoais permeiam tal atividade em todos os níveis.

Sendo a política vista como um exercício externo ao seu cotidiano faz com que as ações dos políticos precisem de uma visibilidade para que as pessoas “vejam” a atividade sendo executada. As obras são um bom exemplo disso: “a obra abre a possibilidade do favor dirigido a toda uma coletividade [...] é face pública da política, ao revelar o uso que é feito dos recursos públicos e ao assinalar, para qualquer entendedor, a presença óbvia da política” (PALMEIRA, 2006, p. 140). Lembra ainda Palmeira que talvez mais importante que as obras sejam as inaugurações das mesmas, levando em conta a necessidade de exposição para o cidadão local. Ainda sobre essa questão, convém destacar que obras são comumente vistas como troca de favores, ou seja, o prefeito está honrando o compromisso firmado durante a campanha. Assim, tais práticas são vistas como “ação de Estado” e que “uma prefeitura ou um prefeito de um pequeno município não implementa a ‘política’ *a* ou *b*, mas simplesmente – e é isso que se espera dele – ‘faz política’” (PALMEIRA, 2006, p. 145)

“Tempo da política” é um termo analisado pelo autor para caracterizar o período eleitoral, uma vez que a política como atividade é mais vista durante esse espaço de tempo. Fora do mesmo, a atividade política restringe-se ao governo exercido pela facção que venceu o pleito. Nesse período que em que sociedade local está dividida faz com que a política seja vista como algo desagregador, de forma negativa pela população fora do “tempo da política”. Entre as eleições, no período do mandato dos eleitos, “a militância e até mesmo a presença muito constante do político nas comunidades é vista com desconfiança” (PALMEIRA, 2006, p. 143).

Ponto importante trabalhado por Palmeira é o aumento do número de cargos estaduais e federais nos municípios. Isso dá margem a intensas disputas nas localidades, uma vez que uma facção pode deter o controle dos cargos em nível municipal e outra ter acesso aos cargos de outros níveis. Salienta o autor que “como o poder local passou a apoiar-se sobre dispositivos não meramente locais, tão importante quanto ter cargos na prefeitura é ocupar cargos estaduais ou federais no município, para os quais continuam sendo indicados pelos procedimentos de sempre, políticos ‘locais’, que, a partir deles, continuam distribuindo favores e realizando obras” (PALMEIRA, 2006, p. 142).

Outro conjunto de estudos sobre o universo da política, *Peças e engrenagens dos jogos políticos no Brasil* (2012) é fruto de um projeto de pesquisa que visou o estudo de questões relacionadas ao universo da política, como elites políticas, disputas eleitorais, políticas públicas, etc. Diferentes estados da federação foram contemplados nos estudos, tais como Pará, Maranhão, Ceará, Sergipe e Rio Grande do Sul. Tendo como objetivo “analisar a renovação de elites políticas estaduais e as mudanças de padrão de competição eleitoral, sua extensão, na geração de políticas públicas e seus efeitos nos indicadores sociais”, a coletânea está dividida em três partes: a primeira volta-se mais para a questão institucional da política, contando com textos sobre partidos no Maranhão, análise sobre a Assembleia Legislativa do Pará, o sistema partidário brasileiro nas últimas eleições, etc. A segunda parte desdobra-se sobre elites políticas, bases sociais dos agentes políticos, suas trajetórias, entre outros. Já a última parte do livro volta-se para políticas públicas e desigualdade social, onde estudos sobre cotas raciais e pobreza, por exemplo, constituem o escopo dos textos.

Tratando mais especificamente de eleições, organizado por Beatriz Heredia, Carla Teixeira e Irllys Barreira, o texto *Como se fazem eleições no Brasil* (2002) reúne artigos que sinalizam para uma caracterização desse momento ímpar no cotidiano cidadão. As eleições não são apenas o momento em que se escolhe os representantes da sociedade na esfera política. Como dizem as organizadoras, “as eleições são mais que a realização de um estatuto formal da democracia [...] As eleições não só invadem a esfera social cotidiana, como também revertem o lugar da política, criando, através dos ritos de campanha, uma espécie de metáfora de suspensão temporal das hierarquias de poder” (p. 7-8). Tal momento caracteriza-se por uma erupção de conflitos que ficam invisíveis em outros períodos, bem como acontece uma teatralização da sociedade, onde diversos eventos surgem e transformam os espaços locais. A coletânea está dividida em duas partes: políticos e eleitores e conflitos e rituais de campanha. A primeira parte é dedicada

para o mapeamento da relação entre os dois extremos do processo, ou seja, os que votam e aqueles que disputam o voto. Já a segunda parte destaca a dinâmica de um processo eleitoral, destacando eventos característicos desse momento.

Por fim, buscando entender o que são eleições municipais no Maranhão, mais especificamente em espaços comumente chamados de "interior", pesquisadores estudaram o fenômeno em cidades daquele estado tentando não apenas o que é tal evento para os nativos, mas também as relações que existem entre os diferentes espaços políticos, ou seja, os vínculos que são instaurados e mantidos entre os políticos em diferentes níveis. Os autores de *Eleições municipais no Maranhão: bases sociais das candidaturas, especialização política e redes de relações* (2010) analisaram quatro municípios de diferentes tamanhos, indo desde a capital, São Luís, até uma pequena cidade, Lago da Pedra, passando por universos grandes e médios levando em conta o estado em voga, respectivamente Caxias e Pinheiro. Dentre os resultados obtidos com a pesquisa, os autores afirmam que há um processo de profissionalização do espaço político cada vez mais forte na medida em que aumenta a importância do município no jogo político local, haja vista o uso de profissionais da esfera e da comunicação nas eleições; famílias políticas dominam os pleitos usando diversos recursos para manterem seu poderio naqueles espaços; necessidade de se levar em conta as relações que políticos de nível estadual mantêm com seus pares em níveis hierarquicamente abaixo, ou seja, o jogo de cooperação entre políticos de diferentes níveis que explicam em parte a constituição das redes políticas em eleições de nível estadual, etc.

Sobre a questão do voto, o supracitado Moacir Palmeira e outros autores, como Nara Magalhães e Marcio Goldman desenvolveram estudos relacionando o voto e a política de facções levando em conta o caso brasileiro. Em *Política, facções e voto* (1996b), Moacir Palmeira estuda o peso que o voto tem uma eleição, destacando que o mesmo é uma adesão a uma determinada facção e que isso implica uma série de consequências não apenas para a dinâmica eleitoral, bem como para a sociedade em si.

Eleições municipais, segundo Palmeira, são comumente associadas ao mandonismo de um político que detém a hegemonia da localidade ou então a disputa entre duas coalizões que se digladiam pelo controle do poder ao longo do tempo. Ambas as visões são reducionistas, uma vez que não dão conta de toda a complexidade dos processos eleitorais em municípios de média ou pequena magnitude. Palmeira enfatiza, ao

citar Daniel Gross¹⁸, que as disputas municipais vivem determinados ciclos: uma liderança exerce o domínio até o momento em que alguém o desafia. A consequência natural da disputa é a divisão do município para a satisfação de ambos, até novas lideranças surjam e o ciclo seja reiniciado (PALMEIRA, 1996b, p. 42). A criação de novos municípios acontece de tempos em tempos no Brasil. A última vez que municípios foram criados foi na década de 1990¹⁹.

Ponto importante na análise de Palmeira sobre a ideia cíclica das eleições é que, muito se fala sobre as mesmas, sobre as lideranças, as disputas faccionais, porém, tal característica “não nos diz muito sobre **como a dominação é exercida**, o que representam as eleições ou como os que são objeto de dominação se movem dentro desse esquema” [Grifo meu] (PALMEIRA, 1996b, p. 42). Destaca-se esse ponto neste trabalho uma vez que um dos objetivos do mesmo é perceber se e como José Sarney exerce sua influência em regiões do Maranhão que não seja a capital, São Luís.

“Tempo da política”. Termo que faz referência às eleições, período em que as disputas que ficam camufladas em boa parte do tempo assumem contornos mais nítidos e onda a população participa mais ativamente do processo. Porém, como destaca Palmeira, a política, para a população em geral não é algo permanente. É nesse espaço de tempo que as facções políticas apresentam-se à população sob forma de coligações políticas. Também aqui os rearranjos são expostos, ou seja, as articulações que possibilitaram as reconfigurações no jogo político e que faz com que os agentes movam-se em diferentes direções. As disputas são abertas, normalmente bem acirradas e cada membro da mesma ou aqueles que se posicionam a favor de uma tenta busca o maior número de aliados para o embate.

Assim, percebe-se que está em jogo muito mais do que uma eleição e a adesão dos membros vai ganhando cada vez mais sentido quando outras esferas passam a ser incorporadas no jogo como a família, a região, etc. Como diz Palmeira, “nos marcos da política faccional, o voto, antes de ser uma escolha, tem o significado de uma adesão. Antes de ser pensado como uma indicação de representantes ou mandatários, é concebido como gesto de identificação com uma facção. Antes de ser uma decisão individual, é um processo envolvendo unidades sociais mais amplas que simples indivíduos ou redes de relações pessoais” (p. 53).

¹⁸ Factionalism and local level politics in rural Brazil. In: Journal of Anthropological research, XXIX, p. 123-144, 1973.

¹⁹ Em 1994, 81 povoados conseguiram emancipação política no Maranhão. Atualmente, um Projeto de Lei do Senado (104/204) prevê a emancipação de 32 municípios no Maranhão.

A adesão a uma facção política muitas vezes é fruto de dívidas de honra firmada entre diferentes agentes, onde uma das partes foi ajudada e sente-se na obrigação de pagar a dívida no momento que puder. Muitos desses agentes que conseguem benesses a outrem são políticos e aqueles a quem conseguiram o bem tem o momento da eleição para quitar a dívida, mesmo que muitas vezes quem paga o débito sintam-se na obrigação de pagar por muito tempo (no caso, votar em seu benfeitor): “o recebimento de um bem leva o eleitor a votar ‘naturalmente’ no seu doador” (PALMEIRA, 1996b, p. 48).

Dessa forma, percebe-se que, se o voto é uma adesão, não há critérios técnicos na escolha de um candidato. É nesse sentido que tentativas de conscientização do eleitor por parte de determinados setores da esfera política, como partidos de esquerda e/ou sindicatos, são fracassadas, haja vista que a fidelidade em retribuir um favor votando em um político que lhe ajudou é muito forte, pois o “imperativo moral” está internalizado na pessoa. Dessa forma, muitas vezes o que está em jogo numa disputa eleitoral não é o eleitor indeciso, mas sim o eleitor em potencial.

A coletânea *Antropologia, voto e representação política* (1996), organizada pelo supracitado Moacir Palmeira e por Márcio Goldman, contém uma série de artigos sobre as relações entre política, cidadania, voto, facções, etc. Os autores adotam como perspectiva de análise da publicação a ênfase nas relações entre os indivíduos, onde as relações pessoais são peças-chave para o entendimento de determinadas ações e/ou situações do cotidiano da política, diferente de abordagens que levavam em conta o centrimento em instituições ou grupos. Assim, a análise recai sobre redes e processos entre os participantes do processo. No Brasil, estudos sobre eleições recaiam sobremaneira sobre os partidos políticos até a década de 1990 e, segundo os autores, consideravam as eleições como um momento *sui generis*, onde as abordagens caíam sobre aquele determinado período. Palmeira e Goldman criticam o chamado “tempo da política”, mencionada anteriormente, por uma série de questões e que se deve elevar a amplitude dos fenômenos políticos, levando em conta variáveis como “representações nativas, faccionalismos, vida comunitária, família e redes sociais, imprensa, identidade étnica, festividades, biografias, estruturas de mediação e cultura parlamentar”. Além disso, precisa-se pensar para além das considerações meramente negativas da política e pensar os elementos ali presente de forma diferente:

Assim, as representações dos eleitores são mais que o produto deformado do atraso político ou da falta de informação; as facções políticas não se reduzem a sobrevivência de um passado a ser abolido; as relações intra-comunitárias,

familiares ou étnicas são vistas como constituintes do próprio processo eleitoral; os meios de comunicação ganham um papel ativo que não se limita a refletir estruturas supostamente dadas de antemão; as festas e as representações a elas associadas não são mero suplemento da atividade política; a trajetória dos candidatos e a campanha podem ser vistas como processos mutáveis e imprevisíveis; os mediadores políticos e a dinâmica da vida parlamentar passam a ser encarados como fenômenos dotados de uma certa particularidade e eficácia específica (PALMEIRA; GOLDMAN, 1996 p. 8).

Já Nara Magalhães em *O povo sabe votar: uma visão antropológica* (1998), trabalha a política pela ótica das pessoas que fazem parte da política legitimando o processo de forma mais ampla, ou seja, os eleitores, a quem a autora chama de “pessoas comuns”: “tomo a política enquanto *representação*, ou seja, não analiso a política a partir de instituições sociais, mas tento captar, através do que as pessoas dizem e fazem com ela, como a qualificam, qual o significado que lhe atribuem. E ainda, como este significado se articula com um *imaginário* coletivo” (MAGALHÃES, 1998, p. 29). Em sua análise, Magalhães percebe que essas pessoas veem a política (e o poder associado a tal prática social) como um jogo, porém, carregado de negatividade, mesquinhez e que essas pessoas comuns o percebem como algo distante de si. Em seu texto, Magalhães ainda aborda a questão da irracionalidade do voto por parte desses agentes. Se o senso comum nos trás a ideia que o eleitor vota de forma descuidada, o título do livro já evidencia a ideia proposta no texto, que o povo sabe votar. Porém, uma série de lógicas são acionadas para que o eleitor faça sua escolha. Moacir Palmeira também abordou tal ponto, ao afirmar que o voto, muitas vezes, é pensado de forma coletiva, seja na esfera familiar, regional, etc., sempre tendo em visto o voto como adesão. Assim, a “não-individualização dos eleitores tende a tornar inócuos os apelos à consciência individual”. É por isso que, por exemplo, o eleitor vota em quem compra seu voto, afirma Palmeiras, pois, há um imperativo de ajudar quem lhe ajudou (2006, p. 143).

1.3. Rede, quase-grupo e facção: suporte conceitual na construção do objeto

Sabendo que a política é uma esfera constituída por relações interpessoais, é necessário um aporte teórico que trabalhe a questão da ligação entre os participantes dos processos. Uma vez que tais relações espriam-se em diferentes níveis, local, regional e nacional, a imagem que temos dos processos políticos assumem formas de redes, onde os envolvidos vinculam-se a outros em níveis superior e inferior (relações verticais, assimétricas) ou de mesmo nível (relações horizontais).

John Barnes no texto *Redes sociais e processos políticos* (2010) lembra que, quando se estuda política, pensa-se primeiramente as instituições, tais como parlamento, partidos, etc., que são normalmente associadas como políticas e propõe uma análise em nível trans-institucional, ou seja, num nível não especializado. Nesse sentido, o conceito de rede social ajuda a entender que as instituições não são dadas em si, mas construtos advindos das relações entre as pessoas que delas fazem parte e que, normalmente, são divididas em líderes e seguidores:

O conceito de rede social é apropriado em situações em que grupos persistentes, como partidos e facções, não são formados, bem como em situações em que indivíduos são continuamente requisitados a escolher sobre quem procurar para obter liderança, ajuda, informação e orientação. Desse modo, o emprego da rede social ajuda-nos a identificar quem são os líderes e que são os seguidores, ou a demonstrar que não há padrão persistente de liderança (p. 176).

Barnes afirma que toda instituição política pode ser analisada partindo de qualquer ponto, tomando como ego qualquer membro da rede, uma vez que a rede total nada mais é que o conjunto de relações diádicas entre os participantes da mesma. O autor, porém, alerta para a impossibilidade de se estudar a rede total, sendo preciso fazer delimitações. Dois termos ainda são expostos pelo autor: clique e conjunto-de-ação. O primeiro propõe que um número de limitado de pessoas seja o núcleo da rede, ao invés de apenas uma pessoa; já o segundo diz respeito à união de pessoas com busca num objetivo específico, ou seja, as ligações entre os agentes são constituídas visando a obtenção de algo e quando é alcançado, a rede que fora construída é desfeita.

O conjunto-de-ação e a clique também foram objetos de estudo de Adrian Mayer em *A importância dos “quase-grupos” no estudo das sociedades complexas* (2010). Nele, o autor trabalha a diferença do grupo (ou associação) para o quase-grupos. Afirma Mayer que o grupo tem como característica principal a uniformidade nos critérios de associação entre os membros que interagem e que os quase-grupo diferem pois, tem um centro, um ego, onde a existência das relações perpassa por ele e também que as ações dos constituintes só acontecem no sentido de ajudar o ego a conseguir seu objetivo. Algumas das características dos quase-grupo pensando sua constituição em períodos eleitorais são a multiplicidade de base que ligam os membros, a limitação dos rede acionada pelo ego e sua duração no tempo, ou seja, tendo em vista seu objetivo, após seu alcance ou não, seus membros desfazem as relações, uma vez que uma outra característica é sua natureza transacional, onde um elemento une-se a outro com vista a conseguir um obje-

tivo específico: “O conjunto-de-ação existe em um contexto específico que dá as condições para o objetivo do ego” (MAYER, 2010, p. 163)

Sobre a noção de facção, Carl Landé (1977), Adrian Mayer (2010), Frederick Bailey (1971) e Jeremy Boissevan (2003) convergem caracterizando-a como instável tanto ideológica como temporalmente:

Uma coalizão de pessoas (seguidores) recrutadas de forma pessoal, de acordo com princípios estruturalmente diversos por, ou em nome de, uma pessoa que está em conflito com outra ou outras pessoas, com as que antes estava unida, pela honra e/ou pelo controle dos recursos [...] Os laços a partir dos quais o líder recruta um seguidor são de diversos tipos. Podem variar desde o parentesco até a vizinhança, desde a associação econômica a companheiros de classe. Normalmente, se trata de vínculos pessoais ainda que, em certas ocasiões, alguns seguidores, por sua vez, mobilizam também o apoio de membros de sua própria rede. Os vínculos com o líder pode variar, pois, desde relações transacionais de apenas uma dimensão até relações morais multidimensionais (BOISSEVAIN, p. 168-9, 2003).

Já Landé, na mesma linha²⁰, assim trabalha o conceito: “membros instáveis, duração incerta, liderança personalística, ausência de organização formal e um interesse maior por poder e espólio do que por ideologia ou política”. Dessa forma, “quando grupos diádicos não-corporados estão em competição, cada grupo é comumente chamado de facção” (LANDÉ, 1977, p. 52).

Bailey e Mayer seguem na mesma direção ao afirmar que

existem duas características concomitantes que singularizam um grupo político como facção. Primeiramente os membros não cooperam porque eles têm uma ideologia comum que sua cooperação serve. Segundo, eles são recrutados por um líder com o qual eles têm uma relação transacional (...) Uma facção é igualmente um grupo especializado: *sua razão de ser* é a competição política (BAILEY, 1971, p. 68).

As facções são “vagamente ordenadas”, suas bases de arregimentação são “estruturalmente diversas” e tornam-se manifestas por meio de uma interconexão de autoridade pessoal entre líder e seguidor. Baseiam-se, também, muito mais em transações do que em questões de princípio e podem ter, núcleo, grupos ou cliques. (MAYER, 2010, p. 165)

²⁰ Landé trabalha no sentido da díade, ou seja, a relação básica entre dois membros e que as mesmas podem ser entre pessoas de mesmo status (relações horizontais) ou de status diferente (relações verticais) (1977, p. 4).

1.4. Debate sobre a relação centro-periferia: o poder local

Ao destacar instituições no que concerne os estudos sobre política, o poder local foi visto ou como exótico, caracterizado como uma política paroquial ou sem especificidade com relação à política nacional²¹, tornando-se apenas uma expressão na política mais englobadora, situada acima dela: "creio que há mais na contraposição entre 'política local' e 'política nacional' do que as fronteiras entre aldeia e nação" (PALMEIRA, 2006, p. 138).

Nesse sentido, Moacir Palmeira alerta para a necessidade de superação de algumas ideias que tem norteado os estudos sobre “política local”, considerando a política como uma “dualidade”, ou seja, “feita de relações institucionais e relações pessoais em todos os níveis, do local ao nacional” (PALMEIRA, 2006, p. 139). O autor esboça alguns traços da política feita em nível local. Dentre os mais destacados, sobressai-se o fato que

quando o que está em jogo não são, como num ideal campo de disputas democrático, grupos que, defrontando-se e conformando-se na elaboração de seus interesses, disputam o poder, mas sim a regulação das relações de partes da sociedade com um poder localizado fora dela, o que há é a elaboração de uma distância que, em torno de um líder, produz facções, quase-grupos que se enfrentam no tempo da política, onde a política é identificada com a própria disputa. Fora do tempo da política, a política se confunde com a atividade política da facção dominante (PALMEIRA, 2006, p. 141).

Sobre a questão do poder local, ao se estudar eleições municipais, precisa-se levar em conta as clivagens existentes entre os diferentes espaços políticos. A política está comumente associada ao Estado ou algo relacionado a ele como os partidos políticos. Alguns pesquisadores, no entanto, voltaram atenção para a política local, ou seja, aquela relacionada a municipalidade, onde em muitas vezes os traços recorrentes em estudos políticos não são percebidos por uma série de nuances. Dentre os trabalhos, destaca-se *A análise localizada do político* (1989), onde Jean-Louis Briquet e Frédéric Sawicki expõem em traços gerais algumas prerrogativas de estudo que pretendem trabalhar o poder local, tais como 1) a emergência da questão local nos estudos sobre a polí-

²¹ Tal ideia não fica restrita ao caso brasileiro. Em *Os amigos dos meus amigos... Registros da mobilização política na Córsega rural* (1990), de Jean-Louis Briquet, o autor afirma que "a política local, e mais ainda a política no meio rural, é sempre lembrada como uma atividade 'apolítica', quer dizer, estranha aos conflitos políticos nacionais e aos sistemas ideológicos que os sustentam ou preenchidos sobre a materialidade das disputas locais, não tendo sentido senão no pequeno quadro da localidade onde o jogo acontece" (p. 23).

tica, 2) o espaço político local enquanto um objeto de estudo ainda em construção e 3) as relações entre a política em nível "local" e "nacional".

Antes, porém, de evidenciar esses pontos, faz-se necessário destacar que os autores asseveram que, o que se acostumou chamar de "análise do local", não trata-se de um conjunto homogêneo de trabalho, com a mesma perspectiva, mas sim um aglomerado heterogêneo de pesquisas, com objetos e metodologias diferentes e que os mesmos surgem tanto na Sociologia como na Ciência Política quase que ao acaso e não por um desejo de se estudar o local. A partir desse ponto de vista, trabalham com algumas questões, tais como "o local deve simplesmente ser concebido como um lugar de verificações de observações gerais contatadas sob um plano nacional? Ou deve-se partir do caráter necessariamente situado espacialmente de relações sociais e de representações sociais que delas resultam, afim de construir o objeto local como um objeto de pesquisa?" (p. 6).

Sem responder de início as questões, afirmam que precisa-se levar em conta cada contexto analisado, tentando entender a especificidade de cada um, atentando para não se cair em extremos, tais como resumir o local a um lugar de pesquisa ou a condução da diluição do nacional em pequenos espaços autônomos, ou seja, "o estudo dos espaços políticos locais deve ser acompanhado de uma reflexão sobre as formas que podem dar conta das relações entre o 'central' e o 'periférico' concebidos sobre os modos de imbricação dos espaços e dos recursos" (p. 6).

Sobre os pontos mencionados acima, o primeiro, sobre a emergência da questão da política local nos estudos de política, em um primeiro momento, tais estudos não tinham o intuito de abordar o local propriamente dito, mas sim o funcionamento do Estado em espaços periféricos, destacando a relação de dependência entre o local e o centro do poder. Briquet e Sawicki afirmam que o local não pode ser concebido apenas como um reflexo do que é construído em nível nacional, haja visto que aquele tem sua densidade e dimensão próprias, sendo "o resultado de uma história local particular" (p. 8) ou seja, precisa-se avaliar o funcionamento do poder local/municipal, suas lutas, instituições, espaços, etc., levando em conta as nuances que cabem a cada caso em específico. Nos dizeres dos autores, "o espaço local não pode ser considerado como um simples lugar de pesquisa, mas como um objeto socialmente construído por práticas localizadas, por uma história própria, por um conjunto de relações sociais mais ou menos organizadas" (p. 8).

Em se tratando da construção dos espaços políticos locais enquanto objeto de estudo, deve-se levar em conta as limitações da ideia de local, dada as múltiplas formas de se construir os espaços, não reduzindo o local aos limites seja da cidade, da vila, da região, etc., sob o risco de reduzir o local a um conjunto de articulações, tais como cultural, econômica, etc. Briquet e Sawicki alertam que o local não pode a isso se resumir e que a metáfora espacial na sociologia vai além dessa perspectiva: "ela remete a um espaço abstrato de relações sociais privilegiadas entre certos grupos de agentes mais ou menos organizados, em concorrência por recursos raros, materiais e simbólicos" (p. 9-10). Além disso, completam afirmando que o local é constituído por um conjunto de redes²² que só fazem sentido levando em conta o pressuposto anteriormente exposto, que cada local deve ser estudado levando em conta suas especificidades e suas articulações com o centro.

Ponto que merece destaque na análise dos pesquisadores é a importância dada por eles à multiposicionalidade de determinados personagens nos jogos locais, seja político, econômico, sociocultural, etc. Tal característica, a inserção de alguém em vários espaços é fundamental para se entender, no caso da política, o que faz com que uma pessoa tenha mais sucesso que outro nas disputas locais. Tal perspectiva remete-nos a pensar o espaço político local "como lugar de memória e de formação de identidades e de práticas políticas específicas. A história, inscrita no espaço e instituições, se inscrevem no corpo daqueles que a habitam" (p. 10).

Por fim, deve-se levar em conta a articulação entre o local e o nacional. Destacam os autores que o local não deve ser considerado um lugar fechado em si mesmo e nem apenas dependente do nacional, mas que ambos constituem um sistema de interdependência. Afirmam que os estudos que fazem essa articulação permitem entender o poder nacional não como algo homogêneo, mas sim como "um quadro estruturado de

²² O conceito de rede usado pelos autores é apropriado de Degenne: "o conjunto de 'círculos sociais' pré-constituídos e mais ou menos estruturados ao qual pertence um indivíduo (família, localidade, local de trabalho, pertencimento a uma administração, uma nação, etc.). Em consequência, 'as redes mais complexas, a hierarquia de uma instituição, de uma localidade, de uma comunidade (...) se define por um recorte pertinente no conjunto de todos os círculos sociais que tem a ver com a questão estudada' e pela forma de sua articulação: 'pensar rede é uma forma de abordar os grupos sociais localizados'" (p. 10). A. J. Barnes em seu texto *Redes sociais e processo político* (2010) concebe a estrutura da rede como ilimitada: "a imagem que tenho é a de um conjunto de pontos, alguns dos quais estão unidos por linhas. Os pontos da imagem são pessoas, às vezes grupos, e as linhas indicam quais as pessoas que interagem entre si [...] Uma rede desse tipo não possui nenhum limite externo" (BARNES, 2010). Já Carl Landé (1977) trabalha o termo *facção* para caracterizar a união de pessoas em torno de um líder, onde seus membros não tem ideologias em comum e que não tem interesses coletivos, senão aquele para o qual estão unido naquele momento (por exemplo, vencer uma eleição). Dessa forma, segundo o autor, são os "grupos diádicos não-corporados" que chama-se de *facção*.

espaços heterogêneos" e que, mesmo que tenha suas regras próprias, não é autônomo, que está em constante transformação por conta das intensas articulações com os espaços locais. Com relação a esse poder local, reforçam a ideia de interdependência com o nacional, sendo o mesmo um espaço de interações de diferentes relações e que é necessário se questionar sobre as formas como alguns elementos provenientes do 'nacional' (recursos, ideias, políticas, etc.) ganham efeito e sentido na municipalidade ou região:

o local não é um lugar fechado no interior do qual se limitam as relações de poder, mas um lugar de interações e de transações entre os atores dispondo de recursos diferentes (e desiguais), também bens locais (herança familiar, prestígio social, responsabilidade em organizações locais, etc.) e nacionais (pertencimento a direção de um partido, posição de poder no aparelho de Estado, capital social ou cultural garantido por uma instituição, etc.) (p. 13).

Outros estudos também destacaram o poder local em suas pesquisas. Em *Uma releitura crítica do poder periférico* (1989) Philippe Corcuff e Claudette Lafaye debriçam-se sobre a obra *O poder periférico*²³ de Pierre Grémion, na qual é estudada a "relação problemática" entre o centro e a periferia a partir da criação de instituições regionais em 1964 na França, tentando perceber a dinâmica existente entre os eleitos locais e agentes administrativos do poder central. A ambição de Grémion é a de

substituir 'uma problemática de desenvolvimento por uma problemática de aplicação' levando em conta 'as capacidades de resposta dos atores locais (funcionários, eleitos locais e nacionais, responsáveis econômicos) a uma iniciativa central', a mobilização periférica se operando 'sob critérios diferentes daqueles pertencentes a coalizões oriundas do centro' (p. 36).

O conceito desenvolvido no livro é o de "sistema político-administrativo local", ou seja,

'uma rede de interação' e como 'uma forma de poder' situada no ponto de interseção 'do aparelho burocrático do Estado e das instancias de representações locais'. Essa rede, que constitui o fundamento prático do 'poder' dividido pelos eleitos locais e os agentes administrativos apela a uma maior solidariedade e até mesmo 'a cumplicidade' que o antagonismo. Daí 'a existência de uma capacidade de ação local suficiente para se opor à vontade do centro' (p. 36).

Exposta a teoria central de Grémion, Corcuff e Lafaye tecem críticas aos pressupostos do pesquisador. Um dos pontos mencionado é a "conotação biologista" da obra,

²³ Publicada em 1976.

que usa termos como "sistema", "função", "regulação", "integração", "equilíbrio", etc. Porém, os dois maiores problemas citados são 1) os usos dos termos "estratégia" e "rede", que na obra "tende a pressupor uma comparabilidade e uma compatibilidade automática entre os recursos de natureza diferente" e 2) a escrita do livro, havendo uma separação entre as partes, além da pouca visualização do material empírico e de alguns exames (p. 38).

Apesar das críticas, afirmam que *O Poder periférico* percebe

a existência de lógicas locais específicas, de critérios próprios aos espaços locais. Daí sua recusa da atitude tradicional que investe o centro de 'racionalidade' e o local estando regulado na 'irracionalidade' [...] o olhar muda com relação aos usos clássicos que opõem centro e periferia: ele não se interessa somente ao eixo vertical das relações, mas também ao eixo horizontal constituído pelas relações entre os funcionários e os eleitos locais (p. 39).

Entretanto, ressaltam que há uma valorização do binômio centro-periferia e que isso tende a conferir homogeneidade a cada um dos polos, asseverando que precisa-se "ir além nas análises das especificidades das lógicas locais e ser menos unilateral na forma de analisar os modos de relação com as formas nacionais" (p. 39).

Tentando dar uma alternativa ao modelo proposto por Grémion, os autores citam Frederick Bailey e o conceito de "encaixe" para explicar as relações entre os diferentes níveis de análise na política. Segundo os autores, a ideia de Bailey "permite destacar a existência de níveis diferentes de totalização de informação e sobre a autonomia das 'estruturas encaixadas'", além de possibilitar uma visualização das estruturas de forma mais flexível que a proposta por Bourdieu com a noção de campo, na qual as disputas no local tendem a ser sobredeterminadas ou vinculadas a um espaço maior através de uma "relação de interdependência causal". Ressaltam ainda Corcuff e Lafaye que tal noção permite observar não apenas as relações entre o nacional e o local, mas também os pontos de intersecção entre ambos, os "intermediários", ou seja, "papéis que surgem para suprir as lacunas na comunicação entre as grandes e pequenas estruturas". Porém, alertam os autores que a análise, normalmente, recai sobre um eixo, o que predetermina as análises. Dessa forma, asseveram que a ideia de encaixe revela questões interessantes, mas ainda é restritivo (p. 39).

Nessa relação entre centro e periferia, importante destacar a presença de mediadores, ou seja, pessoas que se estabelecem entre o local e o nacional. Tal como diz Eric Wolf em *Aspectos das relações de grupos em uma sociedade complexa* (2003), tais in-

divíduos tem uma dupla face, uma voltada para a comunidade e outra para a nação. Sua função é mediar, resolver as questões entre esses espaços. Estudos que levam em conta o intermediário tendem a revelar como se dão processos mais complexos, tal como a integração entre diferentes sistemas. O objetivo é resolver problemas, porém, os mediadores não o fazem na plenitude, uma vez que, se os problemas todos forem solucionados, sua razão de existir perde sentido. Eles agem amortecendo tensões de diferentes interesses mantendo-as, para que sua função continue existindo:

Eles não teriam motivos para existir se não houvesse tensões entre os grupos orientados para a comunidade e os orientados para a nação. Contudo, eles precisam também manter um domínio dessas tensões, para que o conflito não saia de seu controle, e mediadores melhores tomem seus lugares (WOLF, 2003, p. 88).

Daniel Gaxie e Patrick Lehoucq (1984) também abordam a questão da relação entre centro e periferia, discutindo como principal característica a integração entre o “campo político central” e “campos políticos periféricos”. Para eles, sobre os campos periféricos, deve-se atentar para sua diversidade, relações cultivadas com o campo central, assim como o grau de integração com níveis superiores. Assim, eleições municipais apresentam particularidades, algumas totalmente ou em boa parte articuladas ao centro, porém, a maioria, não é associada à lógica mais ampla.

O nível de integração da periferia ao centro político faz-se sentir nas características das eleições, pois, quanto menos vinculados os campos, mais as pessoas se interessam pelas eleições, mais conhecem os políticos e menos critérios políticos são acionados por elas (p. 22-23).

1.5. Família e patrimônio político familiar

Uma vez que o presente trabalho tem nas famílias políticas uma de suas perspectivas chave, faz-se necessário explicitar em que sentido trabalha-se aqui a categoria família, uma vez que a mesma passa a ideia de unidade e que a mesma estaria em oposição à política, caracterizada pela falta de unidade, conflitos, etc. É nesse sentido que Grill afirma, ao se referir à família na esfera política, que "em situações regidas pelo 'não parentesco' elas podem significar vantagens decorrentes da confiança e das sanções afetivas implicadas, devido à socialização e à construção dos laços, sobretudo em contextos em que a relação entre 'não parentes' é dotada de menores garantias ou maiores

incertezas", uma vez que tal espaço é constituído de "processos marcados pelas incertezas e pelas traições" (2005, p. 75). Assim, a família enquanto uma empresa política levaria vantagem sobre os concorrentes nessa esfera. Tal como diz Bourdieu, "a família é o lugar da confiança (*trusting*) e da doação (*giving*) - por oposição ao mercado e à dádiva retribuída" (1996b, p. 126). É ainda nesse sentido que Grill assevera que as heranças na esfera política são vistas por dois vieses: a "percepção da política como que animada por divisões, conflitos, disputas e alternância, enquanto a 'família' (inclusive no seu sentido metafórico) informa uma condição de pertencimento a segmentos sociais (parentelas, vizinhos, amigos, etc.) harmonioso e permanente". No entanto, o autor alerta que tal relação pode levar a uma contradição, uma vez que a política associada à família iria de encontro a valores destacados pelo Estado²⁴, como o voto racional (2005, p. 76).

Em uma de suas ideias sobre família, enquanto unidade, Bourdieu conceitua a mesma como "um conjunto de indivíduos aparentados, ligados entre si por aliança, casamento, filiação, ou, excepcionalmente, por adoção (parentesco), vivendo sob um mesmo teto (coabitação)" (1996b, p. 124), cabendo a ela duas características: 1) a família como uma realidade que transcende seus membros, uma personagem transpessoal dotada de uma vida e de um espírito coletivos e de uma visão específica do mundo e 2) as definições da família teriam em comum o suposto de que ela existe como um universo social separado, empenhado em um trabalho de perpetuação das fronteiras e orientado pela idealização do interior como sagrado (p. 125).

A família, entretanto, não é algo dado, mas produto de uma constante construção, na qual os membros trabalham para manter sua unidade. Para tal exercício, soma-se os esforços dos "ritos de instituição que visam constituir a família como uma entidade unida, integrada, unitária, logo, estável, constante, indiferente as flutuações dos sentimentos individuais" a "atos inaugurais de criação", tais como a "imposição do nome de família, casamento, etc.". Esses métodos objetivam a integração dos membros da família através de "*afeições obrigatórias*" e "*obrigações afetivas do sentimento familiar*", como por exemplo as diferentes formas de amor dentro do seio da família: conjugal, paterno, materno, fraterno, filial, etc. (p. 129).

²⁴ Uma vez que o Estado opera atos constitutivos da família e que o "processo de institucionalização estatal da família" evidencia discrepâncias na relação entre o público e o privado, afirma Bourdieu que "a família é certamente uma ficção, um artefato social, uma ilusão no sentido mais comum do termo, mas uma 'ilusão bem fundamentada' já que, produzida e reproduzida com a garantia do Estado, ela sempre recebe do Estado os meios de existir e de subsistir" (1996b, p. 135).

Anne Muxel-Douaire abordou a questão no texto *Obstinações e novidades na transmissão de uma tradição política familiar* (1987), onde a partir de uma monografia onde o objeto era uma família, da qual foram recortadas três gerações, estudou através de testemunhos de três agentes e suas trajetórias a transmissão do legado familiar através do século XX. Não foi levado em conta apenas "a 'tradição política' propriamente dita, mas de modo maior as modalidades de transmissão de valores ideológicos, morais e culturais estudados através das intenções parentais de socialização das crianças a cada geração" (1987, p. 73). Daí percebe-se que transmissão do patrimônio político é consequência de uma série de nuances, de questões mais amplas. A transmissão política é uma modalidade de herança e não a única possível. Ao longo da trajetória da pessoa, fatos podem fazer com que o mesmo se perceba enquanto o portador do legado da família em se tratando da esfera política, bem como o levar para outras atividades.

Destaca a autora três características em que se apoiam e se perpetuam uma tradição familiar: um personagem fundador, personagens dotados a cada geração da transmissão da tradição e o reconhecimento das provas e dos méritos da tradição. Além disso, precisa-se levar em conta que "as formas e os conteúdos de uma tradição são reorganizados a cada geração em função da evolução da conjuntura histórica e política própria desta geração" (p. 74).

Ao expor as trajetórias de três membros da família, em diferentes gerações, Muxel-Douaire assevera que a tradição familiar não é simplesmente reproduzida, que os contextos em constantes mudanças afetam a transmissão e que a mesma "não pode se compreender senão a partir dos incessantes reajustamentos e das mudanças internas" (p. 81).

Em *Uma história da família* (1992), Jean-Louis Briquet trabalha a ideia de patrimônio político familiar, afirmando que tal recurso não se limita apenas ao conjunto de postos ocupados na política pelos membros de uma família, como também os títulos escolares dos mesmos, os ganhos obtidos através de estratégias matrimoniais, bem como postos profissionais que renderam postos políticos a alguns agentes, além da posse de recursos materiais, ou seja, dinheiro, terras, etc.²⁵

²⁵ Sobre essa questão, Bourdieu (1994) afirma que é necessário levar em conta a composição do patrimônio e as formas de reprodução: "uma história comparada dos sistemas de estratégia de reprodução deve levar em conta por um lado a composição do patrimônio que se trata transmitir, quer dizer, o *peso relativo das diferentes espécies de capitais* e de outro lado os mecanismos de reprodução (mercado, notadamente mercado de trabalho, direito, notadamente direito de sucessão ou de propriedade, instituições escolares ou títulos escolares, etc.)" (1994, p. 7).

Ser membro de uma linhagem política antiga é ser socialmente designado apto à representar é dispor, além de recursos materiais, mais ainda, de uma herança cultural necessária a constituição de um capital político individual, de um patrimônio político coletivo que é depositário do grupo familiar como um todo e que manifesta o prestígio público e a dignidade do nome (BRIQUET, 1992, p. 155).

Percebe-se assim que o patrimônio político familiar é constituído por uma multiplicitude de bens, sejam eles materiais ou simbólicos. Importante salientar que tal patrimônio é coletivo, ou seja, cada um dos membros da família pode vir a ser herdeiro de tal espólio, mas que a eles cabe também o acúmulo e a manutenção do legado coletivo, sendo os membros das famílias detentores temporários do patrimônio. É ainda nesse sentido que Bourdieu ressalta que

A unidade da família é feita por e para a acumulação e a transmissão. O ‘sujeito’ da maioria das estratégias de reprodução é a família agindo como uma espécie de sujeito coletivo e não como um simples aglomerado de indivíduos. Para entender as estratégias coletivas das famílias é preciso primeiro entender as estruturas e a história das relações de poder entre os diferentes agentes e suas estratégias. Mas também é preciso saber o volume e a estrutura do capital que eles transmitirão, ou seja, a posição de cada um na estrutura da distribuição das diferentes espécies de capitais. (1994, p. 11).

Dessa forma, o patrimônio político familiar assume contornos mais claros na medida em que o herdeiro apoia-se não apenas em recursos escassos, como conhecimento ou posses financeiras, mas também e principalmente através do pertencimento a um grupo familiar, onde há a inculcação de valores, direitos e deveres desde a infância até a entrada na arena política, bem como a assimilação de uma série de conhecimentos, fazendo com que tal processo seja visto como ‘vocação’, sendo essa não feita de forma mecânica, como diz Briquet, onde “a frequência precoce nos lugares de poder, o sentimento de autoridade social que confere a conquista social ou profissional, tudo isso leva a impor uma identidade social específica ao notável, resultado de um longo aprendizado normativo que transforma os imperativos estatutários em vocação pessoal” (1992, p. 161).

Importante atentar para o fato que tais famílias não se constituem apenas por membros ligados pela consanguinidade e que existem outras formas de determinados membros virem a fazer parte de uma família política, tal como o compadresco ou o parentesco simbólico, onde o outrora *outsiders* naquele meio passa a ser visto como um membro pelo tempo de seu vínculo com a família, por exemplo. Gérard Fritz e Jean-Claude Fritz analisaram as relações de compadrio no interior do Nordeste do Brasil em

estudo sobre famílias políticas. Segundo os autores, o compadresco é prática comum entre políticos para unirem-se cada vez mais, visando, entre outras benesses, resultados políticos. O compadresco seria um “parentesco simbólico” aonde “os padrinhos ou madrinhas de batismo se encontram assim ligados a seus afilhados mais também entre seus compadres ou comadres”. Dessa forma, na localidade estudada (interior da Paraíba) “existe um meio mais forte de estabelecer um lugar 'familiar' entre dois indivíduos para garantir uma solidariedade entre eles que poderá produzir efeitos políticos” (FRITZ G; FRITZ J, 1992, p. 69).

Há ainda que se falar no parentesco simbólico, ou seja, aquele não advém da consaguineidade. Diversos autores abordam tal ideia, tais como Michel Offerlé, Claude Patriat e Jean-Luc Parodi e Phellippe Garraud. Offerlé alerta para o fato que todo tipo de parentesco é construído, mesmo o oriundo da consaguineidade, uma vez que “toda a filiação é produto de um trabalho de construção social” (Offerlé, 1993, p. 854) e que independente da sua construção ou de origem, não se pode “ignorar os efeitos que essas construções produzem sobre os usos dos recursos propriamente familiares” (OFFERLÉ, 1993, p. 855).

Na mesma linha, os organizadores de *A herança na política* (1992) conceituam o parentesco como “uma relação estabelecida entre os indivíduos de ligação pessoal fundada no sangue e na aliança que emerge em um determinado território e sob um longo período de tempo em redes sociais” (PATRIAT; PARODI, 1992, p. 12). Já Phellippe Garraud, ao abordar a herança política assevera que tal legado não se reduz às sucessões familiares vinculada no sangue, sendo tal espólio podendo ser transmitido a membros não ligados aos ascendentes pelo biológico (1992).

Essa discussão é importante na medida em que se evita cair em problemas oriundos dos usos de diferentes formas de herança, como destaca Igor Grill (2008) ao citar o trabalho do anteriormente citado Michel Offerlé, no qual afirma que há risco tanto de diluição como de restrição do objeto de pesquisa que leva em conta famílias de políticos, herança, etc. No caso do perigo da diluição do objeto, diz o autor que as “possíveis indefinições do objeto empírico” decorrem de “uma variedade de casos e relações é abordada sob o título de 'heranças políticas'”. Já em se tratando das restrições, assevera que há “lacunas” nos trabalhos sobre “heranças políticas” na medida em que as “heranças não assentam-se apenas sobre o sangue ou sobre a aliança” (OFFERLÉ Apud GRILL, 2008)

Pretende-se identificar alguns vínculos entre a família Sarney e alguns de seus aliados, fazendo uma associação entre ela e algumas no município de Pinheiro. Para tal tarefa, faz-se um esforço para entender como e quando os inauguradores das famílias de político que hoje possuem patrimônio político familiar iniciaram suas trajetórias políticas, com que recursos entraram no mundo da política e como ao longo do tempo tal recurso foi usado em benefício de seus herdeiros políticos, sejam eles filhos consanguíneos ou simbólicos (caso do compadresco, afilhados políticos, etc.). O marco inicial da pesquisa será a década de 1960, tanto com relação ao Maranhão quanto com relação a Pinheiro, quando a mesma passa ter político eleitos para cargos legislativos de âmbito estadual. Além disso, nesse período, famílias que dedicavam-se apenas ao ramo empresarial reconvertem força econômica em poder político, efetivando seus filhos nos postos políticos locais.

O tema da transmissão de tal legado aos herdeiros foi estudado por diversos autores. Para Marc Abélès, acerca dos vínculos políticos e os laços de parentesco, em nível local, destaca a “importância da transmissão em linha direta de um verdadeiro patrimônio político [isto é] a memória das posições políticas que ocuparam os diferentes ascendentes, mas igualmente um elemento ideológico, distintivo que é possível transmitir pelo parentesco” (ABÉLÈS, 1992, p. 82).

Já Christian Le Bart (1992) afirma que a condição de herdeiro é vista como “natural”, e, mesmo que ele não escolha ser um político, deve fazer tal escolha e não apenas ausentar-se da decisão:

O herdeiro é um cidadão por quem a questão da ambição política se coloca explicitamente, naturalmente, o que constitui já uma ruptura fundamental com relação ao homem comum. O herdeiro pode recusar a carreira política, evidentemente, mas não pode se esquivar da escolha que essa recusa constitui. Ele não é jamais um apolítico natural (p. 189).

No que tange os estudos da referida temática no Brasil, as pesquisas foram desenvolvidas em diferentes locais, porém, todos, tencionando perceber como se dá o processo de transmissão do patrimônio político de famílias inseridas no universo político do qual fazem parte.

Sobre casamentos entre famílias políticas visando interesses políticos, Letícia Canêdo (1991) expõe que tais estratégias não são aleatórias, resultando em alguns casos a acumulação do capital político de ambas as famílias. Em estudos sobre famílias de

políticos em Minas Gerais, a autora assevera que naquele estado, as alianças entre famílias diferentes produziram mais efeitos de ordem política que econômica.

Ainda segundo a autora, no texto *Estratégias familiares na produção social de uma qualificação política* (1991), a “vocação política” de um “herdeiro” é a “internalização de um sistema de categorias, de percepções, de pensamentos e de ações continuamente confirmados e legitimados pelas práticas levadas a bom termo pelos descendentes de antigas famílias de políticos” (p. 222). Nesse sentido, segundo a autora,

A criança desde cedo vê desfilar em casa os mais diversos visitantes, de políticos a solicitadores, denominados “protegidos” da família. Faz parte da sua vida particular dos acontecimentos sociais locais, nos quais percebe os olhares dos presentes sobre o seu grupo familiar. Cumprimentar convidados, parentes e amigos, aprender a sorrir, deixar brinquedos e frequentar festas de casamentos na roça, escutar distraidamente conversações de políticos, acompanhar o trabalho entre os eleitores e a “elevação da temperatura” na vida familiar às vésperas das eleições, perceber os pequenos cuidados necessários para dominar os detalhes do jogo básico do homem político, **tudo isso faz parte da conduta regular de uma criança** e representa a forma de capital mais importante dentre todas as que constituem investimento para o sucesso na carreira política (CANÊDO, 1991, p. 232. Grifo meu).

Karina Kuschnir (2000), sobre a família Silveira, no Rio de Janeiro, mais destacadamente a herdeira do patrimônio político familiar, Marta Silveira. A autora assim descreve o momento de preparação da candidata:

Para dar continuidade à carreira do pai, Marta tinha a seu favor vários anos de treinamento informal. Como *filha de deputado*, ela havia convivido desde criança com campanhas, mandatos, partidos, perseguições políticas, disputas e alianças. Embora inicialmente não seguisse de perto os passos do pai, **Marta cresceu aprendendo aqui e ali a gramática da vida política** (p. 58. Grifo meu).

Kuschnir (2000), ao estudar a família Silveira no Rio de Janeiro, expôs a utilização por parte da herdeira da família, Marta Silveira dos recursos de seu pai, Fernando (destacadamente sua rede de relações políticas), a da herança política legada por ele. Esses vínculos foram decisivos na campanha de 1992 quando foi eleita vereadora.

Disputas familiares podem resultar em rearranjos políticos, como no caso de Acaraú, Ceará, onde a morte de um membro da família Ferreira Gomes foi o estopim para a ruptura definitiva entre seus membros (BARREIRA, 2006).

Em *“Heranças políticas” no Rio Grande do Sul*, Grill (2008) trabalha as diferentes formas de heranças políticas acionadas na política gaúcha, dentre elas a familiar, como ao expor o caso do candidato a deputado federal Fetter Jr. Já Ana Cláudia Viegas,

autora de *Trocas, facções e partidos: um estudo da vida política em Araruama-RJ* (1997), ao expor o perfil dos candidatos a prefeito do município, destaca as relações de parentesco e sua relação com a política e identifica três dos quatro pleiteantes ao executivo local como “herdeiros” de famílias tradicionais na política local.

Capítulo 2: **Política brasileira e maranhense em meados do século XX**

2.1. A política brasileira pós golpe de 1964

A ascensão dos militares ao poder político suprimiu as figuras populistas que haviam dominado a cena política do Brasil no pós-1945. Os militares buscavam ao mesmo tempo enfraquecer os grupos tidos como ameaça comunista e acabar com a corrupção, para gradativamente restaurar a democracia. Era esse, a princípio, o objetivo. Com o apoio das classes dominantes se mantiveram no poder por duas décadas marcadas pelo autoritarismo, repressão e censura aos meios de comunicação.

Em 1964 o presidente João Goulart foi deposto e em seu lugar assumiu o General Castelo Branco. A primeira ação de mudança frente às instituições democráticas materializou-se no Ato Institucional AI-1, onde se manteve a Constituição de 1946, mas promoveu algumas alterações importantes. O Congresso Nacional fora mantido, com algumas limitações e o Executivo teve os seus poderes ampliados, tais como a autonomia para obter emendas constitucionais e o poder de extinguir os direitos políticos de qualquer cidadão pelo período de dez anos.

No início, os militares contaram com o apoio da União Democrática Nacional (UDN) de Carlos Lacerda numa tentativa de legitimar o regime, uma vez que a tomada de poder havia sido ilegal, era ao mesmo tempo necessário o apoio de alas civis para ganhar a aprovação da população. Segundo Thomas Skidmore, essa aliança trazia algumas controvérsias já que a ação dos militares contrariava vários dos princípios da plataforma política da UDN:

Havia, contudo, sementes de instabilidade na aliança. Primeiro, ao unir-se aos militares a UDN ia contra seus próprios princípios ideológicos – dedicação ao legalismo, defesa da Constituição e manutenção de um governo pequeno. Segundo, não era claro que a UDN tivesse apelo suficiente para ganhar eleições diretas, mesmo depois do expurgo dos populistas. Se seu poder eleitoral se revelasse fraco, não se esperava dos militares da linha dura que permitissem a continuidade de qualquer tipo de democracia, e na eventualidade de permitirem algum governo representativo, eles certamente iriam procurar apoio eleitoral em outros lugares (SKIDMORE, 2007, p. 228).

Chama a atenção dentro desse contexto os grupos civis que aderiram ao regime militar. Tal ditadura para se consolidar precisava de sustentação política de elementos civis e não foram poucos aqueles que deram seu apoio em troca de sustentação política e financeira dentro de suas áreas de influência. Skidmore ressalta que, embora muitos

políticos civis tenham sido eliminados da vida pública, não faltaram aqueles que assumiram vários cargos dentro da Administração Pública: “À exceção de áreas críticas como segurança e comunicações, os civis permaneciam encarregados da máquina de governo. Em estados como Minas Gerais, por exemplo, os políticos que se aliaram aos militares recebiam bastante investimento federal para seu estado” (SKIDMORE, 2007, p. 248). Os militares foram bem atuantes na tentativa de expurgar os militantes esquerdistas, além de aposentar milhares de funcionários públicos, até mesmo vários elementos que nunca ocuparam cargos políticos.

No ano de 1965, a derrota nos principais estados do Brasil, Guanabara e Minas Gerais, nas eleições para governador, levou os militares a reagirem lançando um novo ato institucional. Com o AI-2, todos os partidos políticos foram dissolvidos dando lugar ao bipartidarismo composto pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA), grupo que apoiava o regime e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que formava o partido de oposição. Tal antagonismo político servia apenas para dissimular a solidificação do regime, já que nas disputas travadas dentro do Congresso Nacional, a ARENA quase sempre saía vitoriosa, nos casos que manifestavam os interesses dos militares.

No mesmo processo eleitoral, os militares apoiam José Sarney no Maranhão, em detrimento à candidatura de Costa Rodrigues, apoiado por Vitorino Freire, político comandava as ações políticas no estado desde meados da década de 1940, após o Estado Novo. Um dos objetivos dos militares nestas eleições era extirpar dos estados políticos que há muito tempo dominavam as regiões periféricas. Com uma trajetória política ascendente, o então deputado federal, com bom círculo no governo federal, foi apoiado e contou com a ajuda dos militares para vencer a eleição. O auxílio veio de diversas formas, tais como o envio de tropas militares para o estado durante a eleição, recontagem de eleitores, visando acabar com a prática dos votos fantasmas, etc. A vantagem para os militares era ter o controle do estado através de um político mais jovem, ainda sem os “vícios” de um “velho” político, como era o caso de Vitorino Freire.

A partir de 1967, com a ascensão a presidência do General Costa e Silva, um dos partidários da chamada “linha dura”, o regime militar assumiu uma postura mais rígida, solidificando ainda mais o seu caráter autoritário. Através do AI-5, ampliaram-se os poderes do presidente da república dando-lhe autoridade para caçar mandados, intervir nos estados, suspender direitos políticos de qualquer cidadão pelo prazo de dez anos e decretar a qualquer tempo o recesso do Congresso Nacional. A primeira medida após o AI-5 foi o fechamento Congresso, que assim permaneceu até 1969. Foi durante o Go-

verno Costa e Silva que aumentaram os movimentos de repúdio à ditadura militar. Estudantes, trabalhadores, políticos, artistas, membros da Igreja, elementos de várias categorias sociais em diversos lugares e de variadas formas se manifestaram contra o autoritarismo, fazendo os militares aumentarem ainda mais a repressão.

No Governo do General Ernesto Geisel, a partir de 1974, se iniciou uma abertura política, que nas palavras do próprio presidente seria lenta, segura e gradual. Tal liberalização política foi fruto do desgaste que o regime vinha sofrendo já há algum tempo. Destaca-se também nesse processo a atuação da oposição, que no decurso dos acontecimentos passou a pressionar o governo, uma vez que o clima de insatisfação era geral, alcançando vários níveis sociais. A Igreja Católica, a Ordem dos Advogados do Brasil, as Organizações Sindicais, passaram a se manifestar com mais frequência exigindo a volta à democracia. Segundo Boris Fausto, o regime também se enfraqueceu devido as próprias contradições que existiam dentro das Forças Armadas:

O poder fora tomado pelos órgãos de repressão, produzindo reflexos negativos na hierarquia das forças armadas. Um oficial de patente inferior podia controlar informações, decidir da vida ou morte de pessoas conforme sua inserção no aparelho repressivo, sem que seu superior na hierarquia militar pudesse contrariá-lo. As funções e os princípios básicos das Forças Armadas eram assim distorcidos, trazendo riscos à integridade da corporação militar (FAUSTO, 2000, p. 490).

As eleições indiretas para os governos estaduais ocorridas em 1974 foram vencidas, sem surpresa, pela ARENA em praticamente todos os estados. O partido situacional mantinha o controle sobre todos os níveis do legislativo, manipulando boa parte dos elementos dos colégios eleitorais. Já em relação à disputa pelas cadeiras do Congresso Nacional o regime afrouxou permitindo o acesso dos partidos ao rádio e televisão. O MDB, partido de oposição, obteve uma vitória de quase 60% dos votos válidos na disputa pelo Senado (FAUSTO, 2000, p. 491). Nesse sentido, a oposição passou a entender que a vitória no legislativo mostrava que o eleitorado apoiava seu posicionamento e concomitantemente havia o desejo por mudanças.

Em 1977, visando o pleito do ano seguinte, Ernesto Geisel tomou a atitude de fechar o Congresso Nacional temendo repetir o resultado das eleições anteriores. Além disso, anunciou uma série de medidas que ficaram conhecidas como “Pacote de abril”, com o objetivo de fortalecer a ARENA na próxima eleição. Com a medida, as emendas constitucionais dependeriam da aprovação do Senado e somente seria renovado dois terços daquela casa. Todos os governadores dos estados seriam eleitos indiretamente por

um colégio eleitoral, assim como um terço do Senado, os chamados “senadores biônicos”, organizados para dificultarem a vitória da oposição. Dessa forma estava garantida aos militares a maioria no Congresso. O “pacote” também estendia o mandato presidencial para seis anos, mantinha o voto indireto para presidente, governadores e prefeitos dos municípios em áreas de segurança nacional, além do aumento da representação dos estados menos populosos no Congresso.

Ocorridas as eleições e alcançado grande parte dos objetivos do governo, no fim de 1978, Ernesto Geisel pôs em prática os planos de liberalização prometidos no início de seu mandato. Até ali, alguns representantes da “linha dura” já haviam sido afastados dos quadros do governo e desta forma aprovou algumas medidas liberalistas, como a revogação do AI-5 que diminuía os instrumentos de poder do presidente, o qual não poderia mais fechar o congresso, cassar mandatos de parlamentares e nem os direitos dos cidadãos. O *habeas-corpus* foi restaurado e a censura prévia foi suspensa.

João Batista Figueiredo foi o sucessor de Geisel e iniciou seu mandato em 1979. Àquela altura o autoritarismo já sofria um desgaste, os movimentos populares de insatisfação cresciam e a crise econômica que o país atravessava fez com que o novo presidente desse continuidade e ampliasse o processo de abertura política. Naquele mesmo ano foi aprovada a Lei da Anistia que estabelecia o perdão a todos aqueles que cometeram “crimes políticos ou conexos com estes”, promovendo o retorno ao Brasil de muitos exilados.

Porém, a principal mudança que alterou categoricamente a estrutura política do país naquele momento foi a aprovação da Lei Orgânica dos partidos. A adoção do bipartidarismo em 1965, apesar das vitórias da situação no congresso, só fazia fortalecer o MDB e conjecturava cada vez mais descontentamentos. Com a nova lei os dois partidos, MDB e ARENA, foram extintos e novas organizações partidárias foram criadas, sendo obrigatória a adoção da palavra “partido” na legenda. A ARENA, que àquela altura carregava uma imagem impopular, transformou-se no Partido Democrático Social (PDS) e continuou a apoiar o governo. O MDB apenas acrescentou uma letra e passou a ser o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). À medida que o regime foi recuando, as diferenças políticas e ideológicas foram se manifestando e a dissolução dos partidos seria inevitável.

Nesse contexto, novos partidos começaram a surgir no cenário político. O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) foi restaurado e reunia figuras políticas ligadas ao trabalhismo de João Goulart e Getúlio Vargas. A princípio houve uma disputa pelo nome,

sigla e legenda do partido, travada entre Leonel Brizola e Ivete Vargas, sobrinha de Getúlio Vargas, que vence a “disputa” e funda o Partido Democrático Trabalhista (PDT). Chagas Freitas, governador do Rio de Janeiro e o Senador mineiro Tancredo Neves, lançaram o Partido Progressista (PP). O partido tinha o apoio dos grupos favoráveis a uma transição para a democracia sem muitas mudanças. Por não conseguir se consolidar, devido a criação do voto vinculado²⁶, foi extinto em 1981 e seus partidários se incorporaram ao PMDB.

Em 1980 surgiu o Partido dos Trabalhadores (PT) fundado pelo líder sindical Luís Inácio Lula da Silva, reunindo dirigentes sindicais, intelectuais de esquerda e católicos ligados a Teologia da Libertação. Em meados da década de 1980, o PT promove uma campanha em prol de eleições diretas para presidente da república. Outros partidos resolveram participar da campanha e promoveram comícios e passeatas por todo o Brasil, mobilizando grande parte da população, levantando a bandeira das “Diretas já”. Tal campanha fora endossada no Congresso Nacional através projeto de Emenda constitucional apresentada pelo deputado Dante de Oliveira, que propunha a execução de eleições diretas para presidente. Frustrando as expectativas de milhares de brasileiros a Câmara votou e a Emenda Dante de Oliveira não obteve a maioria dos votos sendo vetada pelo Congresso.

O Colégio eleitoral se reuniu então, mais uma vez para escolher o novo presidente da República. A corrida eleitoral de 1984 mobilizou as forças políticas das recentes agremiações partidárias. O Partido Democrático Social (PDS) lançou a candidatura de Paulo Maluf, deputado federal paulista que outrora mantinha apoio aos militares. A escolha do candidato já não tinha a influência da cúpula militar. Mas tal indicação, não agradou algumas lideranças do partido, que acreditavam que Paulo Maluf poderia ser manipulado pelos militares dando continuidade ao regime, o que acabou promovendo uma ruptura dentro do PDS levando Aureliano Chaves, um dos aspirantes a candidatura, e José Sarney, senador maranhense, a organizarem uma dissidência denominada Frente Liberal que passa a atuar de forma mais incisiva dentro do congresso, se aproximando do PMDB, formaram a “Aliança Democrática”. Lançaram o governador mineiro Tancredo Neves como candidato a presidência e José Sarney como vice.

²⁶ O voto vinculado foi uma regra aprovada pelo Congresso Nacional que obrigava o eleitor a votar em candidatos do mesmo partido em todos os níveis de representação. Tal medida visava favorecer o PDS, que era mais forte no âmbito municipal.

Na negociação entre frentistas e tancredistas, operaram mais uma vez as regras institucionais do regime. Na composição, Marco Maciel era o preferido da ala dos "autênticos" para ocupar a candidatura de vice-presidente na chapa do PMDB. A Emenda Constitucional n. 11 de 1978, no entanto, impunha perda de mandato ao candidato que disputasse eleições depois de trocar de legenda partidária. O veto atingia Maciel, mas não alcançava José Sarney, que havia sido eleito senador em 1978 – e era o preferido de Tancredo. Novamente, os membros históricos do partido rejeitaram a chapa com José Sarney na vice-presidência. Ulysses fecharia a questão: "Não dá, aritmeticamente falando, para elegermos Tancredo sem os votos da Frente Liberal, que, como contrapartida, ganhou o direito de indicar o vice e indicou. Ou vocês acham que devemos deixar o Maluf eleger-se?" (ECHEVERRIA, 2011, p. 284).

Cumprir lembrar que José Sarney não era bem visto pelas lideranças do PMDB, pois, ironicamente, havia sido uma das principais figuras políticas da ARENA e do PDS. Fazia parte da chamada “bossa nova” da UDN, foi eleito governador do Maranhão em 1965, e posteriormente eleito e reeleito senador pela ARENA e depois PDS. A Frente Liberal decidiu a manutenção de Sarney e o PMDB acata a decisão em troca de apoio no Congresso. Naquele mesmo ano eleitoral José Sarney se filia no PMDB, onde é filiado até o presente momento. Em 1985 a Frente Liberal deu origem ao Partido da Frente Liberal (PFL). Concluída a votação no Colégio Eleitoral, a chapa Tancredo-Sarney obteve a vitória. O regime militar chegava ao fim e pela primeira vez em 21 anos um presidente civil era eleito. Nos dias que se seguiram a eleição, Tancredo Neves sofreu problemas de saúde e o vice presidente José Sarney assume em seu lugar. Alguns dias depois, Tancredo faleceu.

2.2. A construção de espaços sociais: a política maranhense

Antes de José Sarney ser o maior nome da política local a partir de meados da década de 1960, a configuração ia mudando ao sabor das disputas eleitorais que se sucediam a cada biênio – sem deixar de entender que o período eleitoral é sintomático para vislumbrarmos as disputas entre as fações envolvidas no jogo. O político, porém, participou de processos antes de sua eleição em 1965 atuando primeiramente como um membro do chamado “vitorinismo” bem como das oposições coligadas. Para entender essa configuração, volta-se ao início da década de 1950 quando acontece a Greve de 1951, um dos eventos políticos de maior ressonância no Maranhão no século XX.

A “Oposição Coligada”²⁷, era formada por vários partidos, sendo muitos dos políticos que faziam parte dessa oposição, advinham do “vitorinismo” – prática comum no Estado, essas idas e vindas pelos diferentes grupos políticos.

Segundo Wagner Cabral, essa oposição, “reunia os grupos políticos tradicionais alijados do poder pelo vitorinismo ou seus dissidentes” (COSTA, 2006, p. 33). O máximo que esse grupo oposicionista conseguia, era eleger deputados estaduais e formar uma pequena facção em períodos eleitorais, onde havia tanto grupos sociais, lideranças políticas, etc. Saturnino Belo, político local e um dos principais personagens da greve de 51, tinha sua origem política no vitorinismo, dando continuidade ao que na política maranhense tornou-se comum, as disputas intra-oligárquicas. O mesmo foi interventor federal no estado em 46/47 e vice-governador estadual entre 47/51, tudo com ajuda de seu padrinho político Vitorino Freire. O mesmo confirma assim “o padrão clássico da política maranhense, qual seja, as disputas intraoligárquicas pelo controle do aparelho estatal para a consecução de seus objetivos públicos e/ou privados” (REIS, 2007, p. 15).

Com relação a essas duas facções políticas, destaca Costa que, “o padrão de relações estabelecido entre as forças locais e a política nacional, na medida em que Vitorino e Sarney, qual irmãos siameses, foram, cada um a seu modo, em conjunturas diversas, produtos da vontade do poder federal e da utilização patrimonialista da máquina pública” (COSTA, 2004, p. 292). Assim, fica claro que os líderes políticos que detinham a hegemonia política do Maranhão antes, durante, e após esse período, sempre estiveram ligados ao centro do poder nacional, cabendo aos mesmos, apenas o papel de simples representante dos presidentes no Estado, e no caso, a época, era Getúlio Vargas.

Durante o processo da greve de 51, as massas tiveram importante participação na revolta. Mas, em que sentido? Até que ponto essa massa não foi insuflada por determinados grupos políticos, com o intuito que o mesmo chegasse ao poder? Nesse caso, o povo seria um forte “aliado”, uma vez que tendo maciça participação, seria menos difícil chegar ao poder, destronando o então líder político local, Vitorino Freire. Esse aliado estava presente na política somente nos discursos dos candidatos, que precisavam da legitimação dos seus votos. Era importante que o povo participasse do processo, uma vez que esse é o princípio básico da democracia. Porém, a massa sempre era usada para referendar a força dos que chegavam ao poder.

²⁷ As “Oposições Coligadas” eram formadas pelos seguintes partidos: PSP (Partido Social Progressista), PSD (Partido Social Democrático), PL (Partido Libertador), PR (Partido Republicano) e UDN (União Democrática Nacional).

Esse povo também era usado na medida em que serviam de brinquedo nas mãos das diferentes alas da política maranhense. Um episódio que ilustra bem tal problemática é a eclosão de incêndios na periferia da cidade durante o período grevista. As oposições usavam esses incidentes para reforçar seus ataques à situação. Essa, dizia que os opositores eram os verdadeiros responsáveis pelos incêndios, usando a situação caótica dos prejudicados para o apoio irrestrito das massas, insuflando a mesma²⁸. Vemos dessa forma a população com um papel importante, servindo como agente legitimador, em uma democracia fraca, instável, na qual quem soubesse usar melhor esse personagem no jogo do poder, sairia como vencedor.

No estudo *A construção midiática do político José Sarney: 1962-1970* (2001), Alan Kardec Pacheco Filho analisa a eleição de José Sarney em 1965 e também o papel das massas. Percebemos que a participação das camadas populares não se alterou em si comparando com o evento ocorrido 15 anos antes. Tanto no caso da eleição de José Sarney, quanto na Greve de 51, “esse povo [...] só foi chamado na qualidade de ‘populus’, para legitimá-lo. O povo esteve sempre à margem do governo, estando presente apenas nos discursos e na legitimação” (PACHÊCO FILHO, 2001, p. 86).

Voltando à eleição, durante a apuração dos votos, 87 urnas foram anuladas, dando um total de 16 mil votos. Assim, Eugenio Barros ultrapassa Saturnino Belo, que liderava na contagem de votos até então e vence as eleições. As Oposições Coligadas tentam mudar esse quadro com recursos, todavia, a morte de Saturnino Belo, vítima de infarto, altera o cenário. Segundo Benedito Buzar, “diplomaram o candidato com o atestado de óbito do concorrente” (2014, p. 101). A população, liderava pelas Oposições Coligadas, articula um dos momentos de maior adesão popular do estado, a Greve de 51

Vários autores já discorreram sobre a mesma, como Benedito Buzar que a classifica como “a greve foi predominantemente um fenômeno de origem urbana, localizado, sobretudo na capital do Estado, e que não ultrapassou os limites de uma manobra de classes populares por grupos oligárquicos de oposição” (2014, p. 18). Sobre essas ramificações interioranas, Borralho (2000, p. 203), identifica as mesmas “pelos municípios de Pastos Bons, Passagem Franca, Barão de Grajaú, Miradouro, São João dos Patos”. Pouco, contudo, seria o êxito oposicionista na tentativa de agregar o campesinato para

²⁸ Para mais informações sobre os incêndios na periferia de São Luís à época da Greve de 51, ver Hélio Marinho de Souza Neto, *As chamas do poder: uma análise sobre os incêndios que eclodiram nos bairros proletários de São Luís na década de 50*. Monografia de graduação em História. UFMA, 2003.

sua causa, uma vez que os grandes proprietários rurais eram, em sua maioria, ligados à Vitorino Freire (CALDEIRA Apud BUZAR, 2014).

Costa assegura ainda sobre as características do referido fenômeno, que

A cidade de São Luís tinha cansado de viver em paz. Em dois momentos, a capital ficou completamente paralisada, nos meses de fevereiro/março (cerca de 15 dias) e setembro/outubro (20 dias). *A greve de 1951* assumiu tal magnitude que reunia em suas manifestações diárias contingentes de, no mínimo, 3-4 mil pessoas na então chamada ‘Praça da Liberdade’ (praça João Lisboa ou Largo do Carmo, o centro político ludovicense) (2006, p. 39).

Quanto ao seu caráter, Caldeira elenca alguns fatores para assegurar que o movimento não passou de uma tentativa de golpe por parte dos chefes da rebelião, servindo a mesma apenas para conseguir o poder com a legitimação popular. Dentre os motivos propostos pelo autor, encontramos a incompatibilidade dos grandes proprietários rurais, cabendo a esses a representação do poder oligárquico no interior do Estado; a diminuta participação das classes médias da capital, uma vez que pretendiam manter seu *status quo* naquela sociedade, bem como seus empregos na máquina pública; a falta de programa político-econômico oposicionista para o Maranhão. O autor deixa claro que, longe de ter tido objetivos reformistas, tampouco ter sido revolucionária, a greve de 51 foi idealizada e organizada para atender ao seu grupo dirigente (CALDEIRA Apud BUZAR, 2014).

Várias foram as forças que aderiram ao movimento, de certa forma sustentando-o, como sindicatos, parte do empresariado e políticos de oposição, além da população em si, mobiliza por aqueles. Todos esperavam pela “estratégia periférica”. Essa seria a intervenção do governo federal na política estadual, que consistia em uma solução vinda do Rio de Janeiro, capital federal e era a única possível, uma vez que a situação não se resolveria internamente, entretanto, o presidente na época não podia arriscar em demasia, uma vez que seus adversários podiam pensar que, se Getúlio Vargas toma uma decisão autoritária com relação ao Maranhão, ele poderia estar tentando instaurar uma ditadura. Se lavasse as mãos, seria taxado de omissor em uma situação grave em um estado da federação:

Do ponto de vista do governo federal, portanto, qualquer decisão em relação à crise maranhense significava riscos políticos a serem calculados, pois a opinião pública nacional, os partidos e a grande imprensa acompanhavam de perto a questão. Apesar da pequena importância do Maranhão no xadrez político nacional, qualquer rota de ação poderia aumentar a instabilidade e acirrar a crise de próprio governo Vargas. Além das ponderações em torno do pro-

blema federativo e da defesa das instituições democráticas, a intervenção poderia realimentar as velhas suspeitas em torno das (inconfessas) pretensões do caudilho gaúcho em restabelecer a ditadura. Ademais, sempre havia o risco de rejeição do decreto pelo Congresso Nacional, uma derrota indesejada por um governo cujas bases de sustentação parlamentar eram demasiadamente frágeis. A opção de imediata retirada das tropas do Exército, por sua vez, gerava apreensão e ansiedade, pois o presidente poderia ser acusado de levandade e irresponsabilidade (até mesmo de cumplicidade), caso se verificasse conflitos entre os rebelados e a polícia estadual. Nestes termos, o governo optou por uma linha de ação de menor tensão, qual seja, a continuidade da ‘intervenção branca’ (a ocupação militar), mesmo que constitucionalmente irregular, enquanto o Ministro da Justiça, Negrão de Lima, atuava incansavelmente como mediador entre as partes em busca de uma solução negociada. A ‘fórmula salvadora’ (apenas temporariamente) consistiu no período de licença de Eugênio Barros (que viajou a seguir para o Rio de Janeiro), com o que assumiria o governo o presidente da Assembléia Legislativa, deputado César Aboud (PST), ligado ao vitorinismo, mas com livre trânsito nas hostes oposicionistas (COSTA, 2006, p. 46).

Os jornais mais importantes do país voltam suas atenções para o Maranhão, uma vez que os mesmos acompanhavam com atenção as atitudes do presidente. Alguns meses de angústia para ambos os lados. Tanto as Oposições, como os partidários da Eugênio Barros ficaram apreensivos com a decisão do TSE. Após a vinda do Ministro da Justiça, Negrão de Lima, à cidade, esperava-se a decisão a qualquer momento, que favorável a Eugênio Barros. A paz cessa com a decisão do TSE de empossar Eugênio Barros. Costa afirma que “os grupos oposicionistas, sabedores de suas dificuldades (ou melhor, de sua impossibilidade) em chegar ao poder pela via eleitoral, procuram através da mobilização de massa justificar uma intervenção, vista como “saneadora” e “moralizadora” do processo político regional” (COSTA, 2006, p. 51).

Nesse meio tempo a greve continuava, fragilizando o abastecimento da cidade, já que os mantimentos eram insuficientes até mesmo para sustentar o movimento. Ainda assim, “a greve geral prosseguia, agravando-se o problema do abastecimento: ‘falta carne, arroz, feijão, farinha e principalmente verduras e legumes. Já há fome em São Luís’, informou o correspondente d’*O Estado de São Paulo*, construindo um cenário tenso e desesperador” (COSTA, 2006, p. 59).

Esse prolongamento da greve foi enfraquecendo a mesma. Eugênio Barros começava então, a negociar com os líderes da oposição para que pudesse assumir de forma pacífica o cargo para o qual foi eleito, no que obtém sucesso em suas articulações na busca por “entendimento com lideranças sindicais e propondo um governo de coalizão com os partidos coligados, através da oferta de cargos em seu secretariado e outras benesses” (COSTA, 2006, p. 61). Benedito Buzar afirma que

o desespero e a fome que invadíramos lares pobres não permitiam mais à população ficar vivendo ao sabor de um movimento que parecia não ter fim, por não apresentar qualquer indício de solução a curto prazo. A greve estava alongando-se demasiadamente e o povo dava mostras de exaustão e de impaciência, apesar de os oposicionistas continuarem a estimulá-lo a não desistir da luta (BUZAR, 2014, p. 176).

Aliado a esse discurso pacificador de Eugenio Barros, percebe-se o desânimo, tanto das lideranças oposicionistas como da própria população. Mesmo os principais líderes oposicionistas reconheceram que houve falhas. Neiva Moreira diz que “confiamos demasiadamente na estratégia periférica” (MOREIRA Apud COSTA, 2006, p. 62).

2.3. O “sarneyismo” e a consolidação como um líder de expressão nacional: de governador a presidente

Analiseemos, pois, como o filho de um desembargador, natural de uma cidade do interior do estado do Maranhão, construiu sua história política, passando de deputado federal em 1958 até chegar a presidência da república no ano de 1985.

Nascido em 1930 na cidade de Pinheiro, localizada na Baixada Maranhense, José de Ribamar Ferreira de Araújo Costa, mais conhecidos como José Sarney, com 20 anos de idade ingressou na Faculdade de Direito, e formou-se bacharel em 1954. Filho de desembargador²⁹, fez seus estudos no Liceu Maranhense e na Faculdade de Direito do Maranhão. A introdução de José Sarney na esfera política se deu através da rede de relações de seu pai que, muito influente, amigo de longa data do senador Vitorino Freire, no início dos anos de 1950, solicitou a este que intercedesse junto a Eugenio Barros, governador do Maranhão à época, uma ocupação para José Sarney dentro dos quadros do governo. Desta feita o jovem promissor assume o cargo de assessor direto do governador. (FREIRE, 1978, p. 273-274) .

Na política, exerceu os cargos de deputado federal por três mandatos (de 1954 a 1965), governador do estado entre 1966 e 1970, senador pelo Maranhão entre os anos de 1970 e 1974 e pelo Amapá entre 1991 e 2014, presidente da república na segunda metade da década de 1980, assumindo quando o cabeça de chapa falece após problemas de saúde (Sarney foi eleito para o cargo de vice-presidente). Durante sua trajetória polí-

²⁹ Nascido em São Bento em 1901, Sarney de Araújo Costa formou-se em Direito em São Luís. As relações de sua família com políticos renderam ao mesmo cargo como o de escriturário de chefatura de polícia na Secretaria Geral do Estado. Pelas mesmas relações e/ou perseguições de adversários, foi alocado em diversas comarcas do Maranhão, até sua estabilização em São Luís. Foi alçado à condição de desembargador no início da década de 1950.

tica foi filiado ao Partido Social Democrático (PSD), União Democrática Nacional (UDN), Aliança Renovadora Nacional (ARENA), Partido Democrático Social (PDS) e Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), onde está filiado desde a década de 1980.

Concomitante à atividade política, participou de movimentos culturais na cidade em São Luís, ao mesmo tempo produzia seus primeiros escritos literários, o que lhe rendeu o ingresso na Academia Maranhense de Letras (AML) aos 23 anos. É membro do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão (IHGM), Academia Maranhense de Letras (AML) e Academia Brasileira de Letras (ABL). É autor de diversos livros, como *Norte das Águas*, *Marimbondos de fogo* e *O dono do mar*³⁰.

A sua atuação nos bastidores da política associada à produção literária, possibilitou frequente contato com várias figuras políticas, obtendo prestígio, o que lhe levou a investir na candidatura a deputado federal, pelo PSD de Vitorino Freire, no pleito de 1954, não obtendo margem necessária de votos para ocupar a cadeira, mas ainda assim conseguiu a suplência e assumiu a legislatura em algumas oportunidades. Não permaneceu muito tempo naquele partido, pois um desentendimento interno provocou (Vitorino Freire queria trazer Assis Chateaubriand da Paraíba para concorrer ao senado pelo Maranhão, suprimindo dessa forma o mandato do senador Antonio Bayma) a formação de uma dissidência dentro do partido. Encabeçada por José Sarney e Renato Archer, tal dissidência “pulou o muro, aliando-se às forças de oposição que desde tempos lutava contra o vitorinismo” (BUZAR, 2014, p. 286).

Nesta época, o Maranhão era controlado politicamente pelo senador Vitorino Freire. Pernambucano de nascimento (Arcoverde), filho de trabalhadores rurais, fez os primeiros estudos no interior de Pernambuco, indo a Recife para fazer curso superior³¹. Antes de adentrar a esfera política, foi funcionário público federal. Chegou ao Maranhão em 1933 por ocasião da nomeação dos interventores estaduais pelo presidente em exercício Getúlio Vargas, ocupando o cargo de secretário-geral do Maranhão, a convite do interventor Martins de Almeida. Tentou eleger-se deputado federal, mas, fracassando, migrou para o Rio de Janeiro, onde oficial de gabinete no Ministério da Viação e Obras Públicas. Retornou ao Maranhão após a queda de Vargas, reestruturou o PSD maranhense e, nas eleições de 1945, foi eleito deputado federal. Na sequência desse mandato, obteve a legislatura de Senador. A partir daí Vitorino Freire passou a exercer a

³⁰ No total, José Sarney tem vinte e quatro obras publicadas.

³¹ Os textos sobre Vitorino Freire não indicam qual curso foi feito pelo político.

hegemonia sobre a política maranhense, sempre articulando a candidatura e eleição dos governadores ligados a ele³².

José Sarney entrou para vida pública apadrinhado por Vitorino Freire, fez parte do PSD, onde construiu suas bases políticas num curto espaço de tempo. Em 1955, se desvinculou do PSD e juntamente com outros deputados dissidentes se integrou a UDN. Naquela agremiação fez parte da chamada “Bossa Nova” que “levou-o a aproximar-se das posições reformistas e nacionalistas, chegando a compor a Frente Parlamentar Nacionalista, movimento político suprapartidário que buscava aprovar no Congresso Nacional os projetos de Reformas de Base” (CABRAL, 2006, p. 75)

A sua ascensão política começa de fato em 1958, quando aos 28 anos de idade foi eleito deputado federal pela UDN e partícipe das Oposições Coligadas (Partido Social Progressista – PSP; UDN; Partido da República – PR; e Partido Democrata Cristão – PDC) união política formada pelos oposicionistas para superar o grupo “vitorinista” nas eleições. Dois anos depois, em uma reviravolta, a UDN se desligou da frente oposicionista para apoiar a candidatura de Newton Belo do PSD que foi eleito governador em 1960. Em troca, a UDN barganhou vários cargos públicos no governo do estado: “Este posicionamento custou ao partido e, em especial, ao seu presidente estadual (José Sarney) as mais severas críticas por parte dos demais segmentos oposicionistas, que consideraram o acordo PSD/UDN espúrio” (CABRAL, 2006, p. 75)

A escolha de Sarney pela UDN foi decisiva. Nas eleições presidenciais de 1960 o candidato eleito Jânio Quadros do Partido Trabalhista Nacional (PTN), havia obtido a adesão do PDC, PR, PL e por fim a UDN. Com o início do mandato presidencial, José Sarney passou a ter mais visibilidade na esfera nacional ao se tornar vice-líder do governo e porta-voz do governo Newton Bello (1961-1965) junto ao palácio do Planalto. O próprio opositor Vitorino Freire reconheceria anos depois as estratégias de José Sarney: “Eleito deputado, Sarney soube fortalecer-se politicamente. Vaidoso e oportunista sabia esperar para ver de que lado estava soprando o vento, a fim de assumir posições que lhe fossem favoráveis” (FREIRE; 1978, p. 274). Assume o cargo de governador do Maranhão em 1966 adotando um discurso renovador, do novo³³, o que viria a ser seu projeto governamental: “Um produto político chamado ‘Maranhão Novo’ pretende fazer

³² Teve um filho, Luís Freire, que foi deputado estadual entre 1963 e 1966. Candidatou-se a senador pelo Maranhão em 1982, mas não teve êxito, ficando na primeira suplência. Dentre os cargos que ocupou na administração pública, destaca-se sua nomeação para o Tribunal de Contas da União.

³³ Wagner Cabral (1997) analisa a questão do discurso do “novo” nos governos que envolvem José Sarney e seus aliados a partir da década de 1970 (1997).

do proclamado ‘desenvolvimento’ do Maranhão, um elemento que permita não o regresso temporal, mas o estado de consagração que é dado pela *prosperidade passada*” (GONÇALVES, 2000, p. 108).

2.3.1. Consagrando os filhos: Sarney Filho e Roseana Sarney

José Sarney comanda o que se costuma chamar “oligarquia Sarney”. Na literatura política maranhense³⁴, o conceito pouco é discutido, sendo empregado de forma corriqueira sem aprofundamento, bem como “coronel”, palavra frequentemente usada para se referir a José Sarney. O coronelismo é definido como um sistema de troca de favores entre os níveis federal, estadual e municipal. O termo advém da patente militar, quando durante o período colonial foi dada a diversos fazendeiros pelo Brasil que comporiam a Guarda Nacional nas localidades. O sistema de dependência foi alinhavado através de uma pessoa, o coronel, que detinha a primazia do acesso a recursos básicos:

o coronelismo é, então, um sistema político nacional, baseado em barganhas entre o governo e os coronéis. O governo estadual garante, para baixo, o poder do coronel sobre seus dependentes e seus rivais, sobretudo cedendo-lhe o controle dos cargos públicos, desde o delegado de polícia até a professora primária. O coronel hipoteca seu apoio ao governo, sobretudo na forma de votos. Para cima, os governadores dão seu apoio ao presidente da República em troca do reconhecimento deste de seu domínio no estado (CARVALHO, 1997, p. 2).

Assim, o coronel controlava toda a região da forma como queria, levando em conta, ressaltando-se, seus interesses e os daqueles de níveis superiores. Segundo Maria Isaura de Queiroz, “toda a política passara a se processar segundo as leis de jogo claro e simples, com as figuras seguintes: os coronéis, o governo estadual e o governo federal” (QUEIROZ, 1969, p. 97). Nesse sistema, havia tensão em todos os níveis, diferente que se possa imaginar que tudo funcionaria de forma harmônica. O jogo político é feito de disputas e elas acontecem constantemente. Os coronéis tinham como adversário outros coronéis. O vencedor da disputa era apoiado pelo poder estadual, que defenderia o interesse do mais forte no município visando manter-se no poder quando das eleições. A dinâmica mantinha-se se pensarmos com relação entre os poderes estadual e federal. Tal processo configura uma rede de relações que precisava ser mantida constantemente

34 Dentre os principais autores que trabalham questões políticas no Maranhão, cita-se CABRAL (2006), GONÇALVES (2000; 2008), COUTO (2009), BORGES (2005), PACHÊCO FILHO (2001).

através de benesses, ajuda das mais diferentes formas, reciprocidade, etc. Nesse sentido, Queiroz afirma que o governismo devia ser chamado de “adesismo” uma vez que “não havia diferenças que separassem entre si governo, candidatos, eleitores; uma só classe, em todo o país, tinha realmente voz ativa na vida pública porque só ela existia: a dos proprietários rurais [...] A aliança com o governo era mais uma garantia de vitória para os interesses privados, mais um instrumento de mando” (p. 102). Assim, as eleições, para a autora, não passava de um “simulacro de legalidade”.

Victor Nunes Leal debruçou-se sobre a questão em *Coronelismo, enxada e voto*, (1997) texto em que define o sistema como “Resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada [...] é sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influencia sociais dos chefes locais, notadamente os senhores de terra” (LEAL, p. 40). O autor chama a atenção para o fato que o coronel não necessariamente é o dono de grandes propriedades de terra, podendo ser um padre, comerciante, médico, advogado, etc., ou seja, o poderoso da localidade. Além disso, critica a ideia que o coronel é perverso, reforçando sempre a ideia do sistema de troca de interesses, que existe também entre ele e a população:

A falta de espírito público, tantas vezes irrogada ao chefe político local, é desmentida, com frequência, por seu desvelo pelo progresso do distrito ou município. É ao seu interesse e à sua insistência que se devem os principais melhoramentos do lugar [...] tudo exige seu esforço, às vezes um penoso esforço que chega ao heroísmo. E com essas realizações de utilidade pública, algumas das quais dependem do seu empenho e prestígio político, enquanto outras podem requerer contribuições pessoais suas e dos seus amigos, é com elas que, em grande parte, o chefe municipal constrói ou conserva sua posição de liderança (LEAL, 1997, p. 58).

Nesse sentido, percebe-se o papel do coronel como um mediador, sendo a ponte entre aqueles que não têm acesso a determinados recursos e o próprio bem, independente de sua natureza, seja algo material como alimentos, seja a ajuda a conseguir um leito de hospital ou mesmo a alocação de um indivíduo em um emprego. Porém, Victor Leal ressalta que o coronelismo não está assentado na força do coronel, mas sim na fraqueza do mesmo e na das pessoas que dele dependem:

Tudo isso indica que o problema do “coronelismo”, aparentemente simples, apresenta no seu mecanismo interno grande complexidade. Não há dúvida, entretanto, que ele é muito menos produto da importância e do vigor dos senhores de terras, do que da sua decadência. A debilidade dos fazendeiros só aparenta fortaleza em contraste com a grande massa de gente que vive, mes-

quinhamente, sob suas asas e enche as urnas eleitorais a seu mandado. O “coronelismo” assenta, pois, nessas duas fraquezas: fraqueza do dono de terras, que se ilude com o prestígio do poder, obtido à custa da submissão política; fraqueza desamparada e desiludida dos seres quase sub-humanos que arrastam a existência no trato das suas propriedades (LEAL, 1997, p. 77-78).

Com relação ao uso do termo oligarquia especificamente sobre o caso do Maranhão, publicação recente discorre sobre os usos que são feitas da mesma, bem como a confecção de nomes para classificar as diferentes “oligarquias” que já existiram no estado. Em *“Ismos”, “ícones” e intérpretes: as lógicas das “etiquetagens” na política de dois estados brasileiros – MA e RS* (2012), Igor Grill destaca que termos como “sarneysismo” e “vitorinismo” (para citar as duas “oligarquias” mais faladas no caso maranhense) são construções que, antes de significar uma unidade em torno de um político, serve para localizar um período de controle das ações por parte de um determinado político e classificar personagens enquanto participantes de diferentes “lados” dos jogos. Afirmar ainda que tais classificações só fazem sentido se pensadas com relação a outras, numa relação de interdependência: “a força da expressão ‘vitorinismo’ adveio das estratégias bem sucedidas dos seus opositores, visando estabelecer uma descontinuidade entre o ‘período’ da política maranhense dominado por Victorino Freire e aquele iniciado com a chegada das ‘oposições coligadas’ ao governo do estado, quando, em 1965, José Sarney elegeu-se Governador” (GRILL, 2012, p. 198) e complementa sobre o “sarneysismo”: “Assim como ocorreu com o termo ‘vitorinismo’, sua utilização e fixação no espaço político dependeram simultaneamente e diretamente do significado atribuído por seus oponentes e seu uso como instrumento de estigmatização de protagonistas vinculados a José Sarney pessoal e politicamente” (p. 202). Dessa forma, segundo Grill, “vitorinismo” e “sarneysismo” viram sinônimos de “oligarquia” e que essa etiquetagem é usada para estigmatizar aqueles que fazem parte dela³⁵, sendo ela plástica e flexível. Assevera ainda que “o uso desses termos aponta uma tendência de transferir a explicação dos fenômenos políticos às decisões, vontades, interesses e desígnios de uma coletividade substancializada (‘a oligarquia’ ou ‘o sarneyismo’), adotando o modelo reificante de perceber a ‘vida social’, em detrimento do relacional ou processual” (p. 205). A obra do jornalista Benedito Buzar, *Vitorinistas e oposicionistas: biografias*

³⁵ De forma mais tímida, Gonçalves (2008) faz referência aos usos do termo “oligarquia”: “Essa noção de ‘oligarquia’ serve ao discurso de desqualificar os procedimentos de uma gestão governamental, independentemente de quem seja o chamado ‘oligarca’. Está presente nos discursos de José Sarney para desqualificar inimigos políticos, como se fez em relação a Victorino Freire, e está presente nos discursos dos seus inimigos políticos, que acionam a categoria para atribuir a construção da chamada ‘oligarquia Sarney’ ao próprio José Sarney” (p. 69).

(2001) é um exemplo do que fala Grill, uma vez que há uma clara classificação de político, alguns sendo colocados como partidários de Vitorino Freire e aqueles que era contrários a ele. Outra obra do mesmo autor, que reforça o dito é *O vitorinismo: lutas políticas no Maranhão de 1945 a 1965* (2014), que discorre sobre o momento em que o mesmo teve a hegemonia das ações políticas no Maranhão.

De todos os governadores do Maranhão após ter saído do cargo, o único que não era ligado a José Sarney foi Osvaldo da Costa Nunes Freire. O mesmo tinha fortes vínculos com Vitorino Freire. Convém destacar que esse último ainda tinha força política no estado e na esfera federal. Tanto ele como José Sarney indicaram nomes para o cargo de governador do Maranhão em 1978, sendo Nunes Freire o nome que mais se aproximou do consenso. Entretanto, o então governador não esteve sob influência do à época senador da república como os outros. A década de 1970, nesse sentido, é sintomática no sentido de ser um período de transição política. Era o começo do fortalecimento político de José Sarney enquanto principal liderança local, que se solidificou com sua ida para a presidência da república na década de 1980, ainda que pese o apoio para Eptácio Cafeteira ao governo do Maranhão em 1986 ter sido alinhavado pelo PMDB nacional, uma vez que o mesmo era adversário político de José Sarney no momento³⁶. A seguinte, 1990, foi o decênio mais tranquilo no que diz respeito ao domínio político de José Sarney sobre o Maranhão.

³⁶ Eptácio Cafeteira esteve alinhado com a família Sarney em diversos momentos de sua trajetória política, bem como distante da mesma em outros. Atualmente, é senador da república após ter sido um dos candidatos apoiados pelos Sarney em 2010, quando duas vagas estavam disponíveis para o Maranhão.

Tabela 01: Eleições no Maranhão após a eleição de José Sarney para governador do estado

Ano	Candidato eleito	Candidato derrotado ³⁷
1970	Pedro Neiva de Santana	Eleições indiretas
1974	Osvaldo da Costa Nunes Freire	
1978	João Castelo Ribeiro Gonçalves	
1982	Luís Alves Coelho Rocha	Renato Bayma Archer da Silva
1986	Epitácio Afonso Pereira Cafeteira	João Castelo Ribeiro Gonçalves
1990	Edison Lobão	João Castelo Ribeiro Gonçalves
1994	Roseana Sarney Murad	Epitácio Afonso Pereira Cafeteira
1998	Roseana Sarney Murad	Epitácio Afonso Pereira Cafeteira
2002	José Reinaldo Tavares	Jackson Kepler Lago
2006	Jackson Kepler Lago	Roseana Sarney Murad
2010	Roseana Sarney Murad	Flávio Dino de Castro e Costa
2014	Flávio Dino de Castro e Costa	Edison Lobão Filho

Fonte: TSE

Se os governadores eram indicados e/ou apoiados por José Sarney, alguns deles romperam com o chefe político local durante o mandato ou ao término do mesmo. Nesse caso, encontram-se João Castelo, Luiz Rocha, Epitácio Cafeteira e José Reinaldo Tavares. Membros da família Sarney ou alguém apoiado por eles perdem eleições em apenas duas ocasiões, quando Roseana Sarney perde o pleito³⁸ e no último pleito, quando Edison Lobão Filho, filho do ex-governador Edison Lobão, derrotado pelo atual governador do estado, Flávio Dino. Ao estendermos a análise para os deputados (estaduais e federais) e senadores, percebe-se que o poder de atração que a família Sarney exerce sobre os personagens políticos do estado é muito grande. A tabela a seguir explicita a quantidade de deputados e senadores eleitos no Maranhão pós-1970, situando os mesmos enquanto situação ou oposição, ou seja, se faziam parte da coligação dos atuais governadores à época. Para efeito demonstrativo, “situação” refere-se aos aliados da família Sarney, independente se estavam com o apoio do governador à época ou não. Tal situação aconteceu apenas no ano de 2006.

³⁷ As eleições tinham diversos candidatos, porém, enquanto “derrotados” entende-se aqui o principal adversário à época, que ficaram em segundo lugar nos pleitos.

³⁸ Após dois anos de mandatos, Jackson Lago perde o mandato ter sido considerado culpado da acusação de compra de votos durante a campanha. A chapa é anulada e Roseana Sarney assume o posto de governadora pela terceira vez.

Tabela 02: Deputados estaduais, federais³⁹ e senadores eleitos pelo Maranhão

Eleição/Forças políticas/Cargos	Dep. Estadual		Dep. Federal		Senador	
	Situação	Oposição	Situação	Oposição	Situação	Oposição
1970	17	4	6	1	2	0
1974	22	5	8	1	1	0
1978	31	5	10	2	2	0
1982	33	8	14	3	1	0
1986	34	8	16	2	2	0
1990	35	7	16	2	1	0
1994	31	11	15	3	2	0
1998	30	12	13	5	1	0
2002	24	18	9	9	2	0
2006	17	25	7	11	1	0
2010	29	13	13	5	2	0
2014	29	13	12	6	0	1

Fonte: TSE

A eleição de 2006 é *sui generis*, pois foi a primeira vez desde a redemocratização do Brasil em que um candidato apoiado pela família Sarney foi derrotado. Nesta eleição, o governador do estado era José Reinaldo Tavares, que apoiou Jackson Lago, vencedor da eleição. José Reinaldo Tavares inicia sua trajetória político com a ajuda de José Sarney. Engenheiro civil, ocupou diversos cargos na administração pública, tal como diretor do Departamento Nacional de Estradas e Rodagem (DNER-MA), secretário de Viação e Obras e secretário de Planejamento do Maranhão, Secretário de Viação e Obras do Distrito Federal, Diretor Geral do Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS), Superintendente da SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) e Ministro dos Transportes (durante o mandato de José Sarney como presidente). Elege-se deputado federal em 1990. Foi vice-governador do Maranhão durante os mandatos de Roseana Sarney, entre 1995 e 2002, quando se candidata e vence as eleições para o cargo de governador. Durante o mandato, rompe⁴⁰ com a família Sarney e apoia o médico Jackson Lago, que já havia sido prefeito de São Luís (que já tinha tido alianças com os Sarneys).

A tabela expõe o grande número de deputados (tanto estaduais como federais) eleitos com o apoio do então governador. Foi a única vez em que o número de deputa-

³⁹ Para conhecer com mais detalhes um perfil dos deputados federais maranhenses, consultar Grill (2008b), onde o autor traça um quadro sociográfico dos representantes maranhenses na Câmara dos deputados entre os anos de 1945 e 2006, levando em conta variáveis como grau de escolarização, profissão, carreiras políticas, entre outras.

⁴⁰ Os motivos do rompimento até hoje são desconhecidos. O mais comentado propõe a má relação entre a esposa de José Reinaldo, Alexandra Tavares, e Roseana Sarney como pivô do litígio.

dos eleitos com o apoio da família Sarney foi menor que os adversários. O grande número pode ser explicado por uma forte migração partidária⁴¹ que aconteceu após o rompimento citado. Segundo Grill (2010) o PDT foi o partido que mais recebeu filiado entre 2006 e 2009, quando acontece a cassação de Jackson Lago.

Parte de toda a estrutura que se convencionou chamar “oligarquia Sarney” passa pelos filhos. Dos três, dois fazem parte do universo da política. O terceiro é empresário e comanda o sistema de comunicação da família, que será explanado adiante. José Sarney Filho participa da vida política desde o final da década de 1970. Roseana Sarney adentra o universo político no início da década de 1990. Filho mais novo de José Sarney, Sarney filho é que o primeiro adentra a esfera política, ao concorrer e vencer a disputa para deputado estadual em 1978, quando tinha vinte e um anos de idade. Pelo que foi possível pesquisar, não atuou em cargos na administração pública antes de se aventurar na política. É formado⁴² em Direito pela Universidade Federal do Maranhão e tem como trajetória partidária filiações na ARENA, PDS, PFL e Partido Verde (PV). Sua filiação nos dois primeiros coincide com o período em que seu pai também era filiado naqueles partidos. A mudança se dá em meados da década de 1980, quando ingressa no PFL e quase vinte anos depois quando vai para o Partido Verde, onde é filiado atualmente.

Após sua primeira vitória em pleitos, candidatou-se apenas para um cargo, o de deputado federal, sendo eleito em todas as oportunidades desde a eleição de 1982. São nove eleições para a Câmara dos Deputados de forma consecutiva. Durante esse período, assumiu os cargos de Secretário para Assuntos Políticos do Estado do Maranhão entre os anos de 1988 e 1990 no governo de Eptácio Cafeteira e Ministro de Estado do Meio Ambiente entre 1999 e 2002, durante o segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso como presidente da república. O político possui três obras publicadas: *O planejamento familiar e a nova Constituição do Brasil* (1988), *Planejamento familiar na Nova República* (1988) e *Enfrentar a crise do velho e o risco do novo* (1989).

Mesmo sendo mais novo que sua irmã, Sarney Filho inicia sua participação nos jogos políticos mais cedo que ela, ainda no final da década de 1970. Durante toda a sua trajetória política, em apenas um momento o mesmo é cogitado a concorrer a outro car-

⁴¹ Tal migração se explica, entre outros, pelo fato que os parlamentares recebem um maior volume de verbas pelo apoio ao governador em exercício. Receosos de não terem recursos para manter suas bases eleitorais, vinculam-se ao chefe do executivo em exercício independente do posicionamento político durante o período eleitoral.

⁴² Iniciou o curso de Economia na Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo, mas não concluiu a graduação.

go. Em 1990, teve seu nome envolvido na disputa para o governo estadual, porém, abriu mão da candidatura por não ter o apoio do então governador Eptácio Cafeteira. Mesmo que seja levantada a opção que a desistência tenha sido por conta da não aceitação de seu nome junto ao eleitorado (GONÇALVES, 2008, p. 112), a hipótese mais provável é que o rompimento do então governador tenha levado Sarney Filho a abrir em face à candidatura de Edison Lobão⁴³:

O deputado Sarney Filho reafirmou ontem em entrevista coletiva a devolução de sua candidatura ao partido, sob o argumento que não deseja penalizar seus companheiros de agremiação, pelo erro de haver sido, durante anos, o grande avalista da Aliança Democrática que conduziu o governador Eptácio Cafeteira ao governo do Estado, hoje rompido com o parlamentar (JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO Apud GONÇALVES, 2008, p. 112-113).

A partir deste momento, segundo Maria de Fátima Gonçalves em *A invenção de uma rainha de espadas* (2008), coube a Sarney Filho o papel de protetor político de sua irmã, Roseana Sarney, que candidata-se pela primeira a um cargo eletivo em 1990, buscando obter o mesmo cargo de seu irmão, deputado federal. Ambos disputam a eleição visando vaga na Câmara dos Deputados. Além disso, o político era o principal instrumento da família Sarney a ataques contra adversários, fossem através da mídia (Sistema Mirante de Comunicação, principalmente o jornal O Estado do Maranhão) ou em reunião políticas, como comícios: “Sarney Filho se candidatou ao mesmo cargo que estava e se tornou uma espécie de vitrine blindada de onde saiam os torpedos jocosos e desqualificados para o candidato oposicionista ao governo do Maranhão, João Castelo” (GONÇALVES, 2008, p. 113).

Roseana Sarney Murad é a mais velha dos três filhos de José Sarney. Fez seus estudos fundamentais em São Luís (Escola Normal do Maranhão – Liceu) e Brasília (Colégio *Sacré Coeur de Marie*), onde concluiu o segundo grau no colégio pré-universitário. Possui graduação e Ciências Sociais pela Universidade de Brasília (UnB). Difere de seu irmão em dois aspectos relevantes do estudo: 1) possui vasta experiência na administração pública antes de candidatar-se pela primeira vez a um cargo eletivo; 2)

⁴³ Ressalte-se que, desde a ascensão de José Sarney ao cargo de governador em 1966, apenas em 2014 um candidato pelo então governador do estado perdeu uma eleição. Jackson Lago, quando derrota Roseana Sarney em 2006 era apoiado pelo então governador José Reinaldo Tavares, que tinha rompido com os Sarneys durante o mandato.

Sarney Filho não é alvo de textos acadêmicos⁴⁴, ao contrário de sua irmã, sempre citada como a herdeira do capital e herança política de seu pai. O texto que serve de fonte para a maioria das informações sobre Roseana Sarney é uma tese de doutorado sobre sua trajetória política (citada anteriormente), sendo a mesma a continuadora do projeto⁴⁵ iniciado por seu pai na década de 1960. Em entrevista concedida ao jornal de propriedade de seu irmão, afirma que entrou na política por “vocação”:

Desde o meu tempo de estudante nunca fiquei indiferente, sempre fui engajada. No Liceu fui eleita secretária do gr  mio estudantil; **com apenas 12 anos de idade já participava da campanha de José Sarney** para o governo do Maranhão. **Evidentemente a vivência familiar contribuiu para o desabrochar dessa voca  o [...]** sempre quis ter meu espaço político próprio, e só poderia me apresentar ao eleitorado com o que tivesse pessoalmente em m  teria de vivências. **Acumulei uma certa experiência** e pude participar do debate de grandes temas nacionais, **com visão crítica** e opinião pessoal sobre economia, política, sobre pobreza, as injustiças sociais, o sofrimento do povo (JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO Apud GONÇALVES, 2008, p. 133. Grifos meus)

A passagem mostra diversas nuances da trajetória de Roseana Sarney, uma vez que ela aciona múltiplos vínculos e trunfos para justificar sua entrada na vida política em início da década de 1990. A participa  o em campanhas desde cedo não    novidade na vida de crianças criadas em seios políticos, onde parentes participam desse universo, com afirma Letícia Can  do⁴⁶ (1991). Com rela  o a sua “visão crítica”, a mesma faz referência    sua forma  o em Ciências Sociais, que foi usada como trunfo de campanha em 1990, quando em diversos artigos em *O Estado do Maranhão* aparece o termo “socióloga” para apresentar a então candidata a deputada federal: “uma recep  o que atestou o prestígio da candidata no sertão maranhense foi oferecida    socióloga Roseana

⁴⁴ Apesar da grande quantidade de textos que explanem sobre a política maranhense no século XX e XXI, o único que encontramos algo sobre Sarney Filho é o de Gonçalves (2008), onde o alvo central    Roseana Sarney. Seu irmão    citado de forma tímida na produ  o.

⁴⁵ Tal projeto também é alvo de estudo de Maria de Fátima Gonçalves, *A reinven  o do Maranhão Dinástico* (2000), onde, segundo a autora, José Sarney busca uma ruptura com a forma como o estado era gerido, mas reforça tal forma de se administrar, através dos laços pessoais para a escolha de seus membros, ou seja, construiu um “campo burocrático marcado pela pessoalidade das rela  o  es, pelas escolhas sustentadas nos laços de consanguíneos e de parentesco por aliança” (2008, 70-71).

⁴⁶ “A criança desde cedo v   desfilar em casa os mais diversos visitantes, de políticos a solicitadores, denominados ‘protegidos’ da família. Faz parte da sua vida particular dos acontecimentos sociais locais, nos quais percebe os olhares dos presentes sobre o seu grupo familiar. Cumprimentar convidados, parentes e amigos, aprender a sorrir, deixar brinquedos e frequentar festas de casamentos na roça, escutar distraidamente convers  o  es de políticos, acompanhar o trabalho entre os eleitores e a ‘eleva  o da temperatura’ na vida familiar às vésperas das elei  o  es, perceber os pequenos cuidados necessários para dominar os detalhes do jogo básico do homem político, tudo isso faz parte da conduta regular de uma criança e representa a forma de capital mais importante dentre todas as que constituem investimento para o sucesso na carreira política” (CANÊDO, 1991, p. 232).

Sarney na sua visita a Caxias”. Como diz Gonçalves, acionar seu capital escolar coloca a candidata enquanto diferente de seus rivais, além de ter seu próprio trunfo no processo de criação⁴⁷ da sua imagem como política: “ser ‘socióloga’ também remete a chamada ‘opinião pública’ para outros atributos ligados a estes: estudiosa, intelectual, conhecedora profunda de problemas sociais abrangentes. É assim um capital intelectual que naquele momento fornece peso significativo ao campo dos atributos utilizados na competição política” (2008, p. 120).

Já sobre sua “certa experiência”, Roseana Sarney leva em consideração os cargos ocupados antes de se lançar como candidata⁴⁸. Em seu currículo profissional encontram-se cinco cargos de assessoria: Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (1974 a 1976), Secretaria de Viação e Obras⁴⁹ (1977 a 1978), Gabinete Civil do governador do Maranhão (1981, mandato de João Castelo), Senado Federal (1985) e Gabinete Civil da Presidência da República (1985 a 1989, mandato de José Sarney). Além do cargo de assessora (não há especificações da natureza da assessoria), foi técnica em planejamento e coordenadora do programa nacional de centros sociais urbanos, ambos exercidos no Instituto de Planejamento Econômico e Social, IPEA, em 1979 e 1980 respectivamente, além de secretária para assuntos extraordinários do Maranhão entre 1983 e 1984 no mandato de Luiz Rocha como governador do estado.

É com esse conjunto de capitais que Roseana Sarney se candidato pela primeira vez em 1990 ao cargo de deputada federal. Seu irmão concorreu ao mesmo cargo naquele e ambos saíram vitoriosos. Vale lembrar que Sarney Filho inicia sua trajetória política como deputado estadual. Ambos começam “por cima”, ou seja, em cargo alto na esfera política. Essa característica é observada por Grill (2008b)⁵⁰ como um padrão da política maranhense, onde diversos herdeiros de patrimônios políticos familiares tem como primeiro cargo a legislatura em nível estadual ou federal, não passando por cargos

⁴⁷ Após essa eleição, não há referência de Roseana Sarney acionando sua condição de socióloga durante campanhas eleitorais.

⁴⁸ André Marengo em *O que podemos explicar estudando carreiras políticas?* (2013), cita Gaxie e Offerlé, que afirmam que “o homem político se destaca pela carreira estável e o treinamento constituído ao longo da trajetória percorrida entre postos públicos e a organização partidária que permitem a aquisição de um saber fazer organizacional e a aprendizagem de tecnologias indispensáveis ao exercício do trabalho político: domínio da fala, redação de discursos, domínio de técnicas de controle e manipulação de assembleias, acostumar-se a discussão com responsáveis administrativos ou políticos... e o enraizamento de um sentimento de competência política” (2013, p. 46).

⁴⁹ Seus dois primeiros cargos foram em instituições que tinham José Reinaldo Tavares com algum cargo de chefia, superintendente e secretário, respectivamente.

⁵⁰ Segundo pesquisa feita pelo autor com os deputados federais eleitos pelo Maranhão entre 1945 e 2006, 80% tiveram como primeiro posto político o cargo de deputado estadual ou federal (GRILL, 2008b, p. 39).

executivos municipais ou pela vereança. Teve apenas duas filiações partidária em sua trajetória: PFL entre 1990 e 2006 e PMDB. Interessante notar que Roseana Sarney e Sarney Filho estiveram no mesmo partido que seu pai por breves momentos após a redemocratização, cada um sendo filiado a um partido diferente, sendo seus líderes em nível estadual. O controle dessas instituições é um ponto que pode ser elencado como elemento explicativo para da hegemonia da família Sarney no Maranhão.

Após a eleição para a Câmara dos Deputados, Roseana Sarney é eleita governadora do Maranhão em 1994 (a primeira mulher eleita para o cargo de governador no Brasil) e reeleita em 1998. Ao deixar o cargo, candidata-se e vence a eleição para o Senado Federal em 2002. Concorre novamente a governadora em 2006, perdendo para Jackson Lago que, após ser cassado, deixa o cargo, assumido pela candidata derrotada, que se reelege em 2010. Assim, foram quatro mandatos como governadora do Maranhão. De 1995 até 2014, o único período que ela não exerceu o mais alto cargo do executivo maranhense foi entre os anos de 2003 e 2009.

Suas duas primeiras eleições foram as que contaram de forma mais enfática com o apoio de membros de sua família. Em 1990, Sarney Filho adotou o papel de protetor da irmã, que se lançava na arena política pela primeira, enquanto ele já tinha mais de uma década de experiências nesse tipo de jogo. Segundo Gonçalves, Sarney Filho “instituiu-se como um escudo às prováveis suscetibilidades e fragilidades políticas da irmã, iniciante no jogo político regional, Roseana Sarney Murad” (GONÇALVES, 2008, p. 113). Roseana Sarney foi a candidata mais votada do Maranhão para o cargo de deputado federal, ficando seu irmão com a quinta colocação no computo geral. Já em 1994, em uma eleição mais disputada, para o cargo de governador, contra um ex-aliado e ex-governador, Eptácio Cafeteira, em muitos momentos a presença de seu pai foi necessária, principalmente no segundo turno, uma vez que não era esperada a necessidade de mais um turno para a definição. Em 1998 José Sarney também participa ativamente do processo eleitoral, uma vez que a saúde da candidata estava debilitada. Assim, seu pai assume o papel de principal cabo eleitoral, indo a comício e reuniões pelo interior. Nos dizeres de Gonçalves, “quando a candidata à reeleição está fisicamente impossibilitada de se fazer presente fisicamente em diversos lugares – bairros, municípios, povoados – nos espaços de sociabilidade política, José Sarney a representa, representando a si mesmo” (2008, p. 154).

Um dos principais trunfos das campanhas de Roseana Sarney foi o acesso à rede de relações instaurada por seu pai ao longo de sua vida pública e mantida pelo mesmo e

por outros membros, fossem eles parentes consanguíneos ou simbólicos. Para tanto, o interior do estado era terreno fértil para a então candidata prosperar. A “itinerância” pelos municípios maranhenses em suas campanhas era uma das estratégias que Gonçalves (2008) destaca sobre o processo de “fabricação” de Roseana Sarney como um ser político. Uma vez que boa parte dos municípios maranhense tinha como principais lideranças políticas naquele momento aliados da família Sarney, as visitas a localidades no interior atendiam a um duplo interesse: de um lado estava a candidata buscando os votos da região; do outro, os políticos locais tentando reforçar os laços com a família Sarney. Dessa forma, segundo o jornal O estado do Maranhão, a popularidade da filha de José Sarney trouxe um “problema” para a mesma:

A candidata à deputada federal Roseana Sarney está às voltas com um problema *sui generis* na atual campanha eleitoral. Enquanto a maioria dos candidatos tenta, por todos os meios conseguir apoio dos prefeitos, ex-prefeitos, vereadores e candidatos à Assembleia, Roseana tenta administrar o volume de adesões voluntárias que estão chegando ao seu comitê político. Como seu nome é de facilíma penetração no eleitorado, é natural a corrida ao seu comitê, pois os que a apoiarem terminarão também sendo beneficiados (JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO Apud GONÇALVES, 2008, p. 125-126).

Vale destacar na trajetória de Roseana Sarney sua união matrimonial com o empresário Jorge Francisco Murad, membro de uma família de libaneses que se destacou no ramo comercial, assim como algumas outras durante o século XX no Maranhão, como Duailibe, Haickel, Ayoub, etc⁵¹. Outro membro da família Murad também tem relação direta com os Sarneys através de laços matrimoniais⁵². Teresa Murad é casada com Fernando Sarney, irmão de Roseana Sarney. Os Murad são oriundos da cidade de Coroatá, sendo considerados uma “família de empresários”, atuando no comércio varejista. Alguns de seus membros reconvertem seu poderio econômico em postos políticos, tendo eles exercido diversos cargos públicos, como Emílio Murad⁵³, que foi vereador, deputado estadual e federal, secretário de desporto e lazer do Maranhão, todos os cargos exercidos entre as décadas de 1960 e 1980; Ricardo Murad, sobrinho de Emílio Murad, formado em Direito pela Universidade Federal do Maranhão, foi prefeito de Coroatá, deputado estadual em quatro oportunidades, deputado federal por um mandato, além de

⁵¹ Para mais detalhes sobre famílias de libaneses no Maranhão e a reconversão de capitais, ver Grill (2009).

⁵² Em estudo acerca de famílias de políticos em Minas Gerais, Canêdo (1991) destaca casamentos como forma de acúmulo de capital político, afirmando que o enlace não é aleatório, mas sim uma estratégia que visa dividendos políticos.

⁵³ Ingrid Assis trabalhou em dissertação de mestrado os descendentes de libaneses e suas atuações nas esferas econômica e política no Maranhão (2012).

ter sido gerente da região metropolitana de São Luís entre 2003 e 2004, bem como secretário de saúde do estado no mandato de Roseana Sarney entre 2009 e 2014. Sua esposa atualmente é prefeita de Coroatá. A filha do casal, Andrea Murad, é deputada estadual eleita em 2014 pela primeira vez a um cargo eletivo.

2.3.2. A terceira geração e a transmissão do legado ao neto: Adriano Sarney

Nas eleições de 2014, dois membros da família Sarney lançaram-se no pleito buscando eleição para os cargos de deputado federal e estadual: José Sarney Filho e seu filho, Adriano Sarney. Desde a eleição de José Sarney ao governo do Maranhão em 1965, quatro membros da família exerceram cargos públicos que precisaram da legitimação popular. Além do próprio, dois de seus filhos venceram eleições (citados anteriormente). O último a aventurar-se na esfera política foi Adriano Sarney.

Nascido em São Luís, tinha 34 à época da campanha, é formado em administração de empresas e economia. Casado, concorreu ao cargo de deputado estadual pelo Partido Verde⁵⁴, onde ainda encontra-se filiado. Essa foi sua primeira experiência como pleiteante de um cargo público. Seu nome esteve envolvido na disputa para a prefeitura de Paço do Lumiar em 2012, município da região metropolitana de São Luís, porém, não se confirmou.

Segundo informações disponibilizadas pelo agente ao Tribunal Superior Eleitoral, o patrimônio do então candidato era de mais de R\$ 1,8 milhão, distribuídos entre imóveis (residenciais e comerciais), automóveis e investimentos bancários (aplicações, fundos de investimento, poupança, etc.).

Em 2014, fez dobradinha com seu pai, o que lhe possibilitou acesso a toda rede de relações de sua família, o que fica claro nas inserções do Horário Eleitoral Gratuito (HEG). Alguns prefeitos aliados à família Sarney declararam apoio a Adriano Sarney em vídeo, como o prefeito de Apicum-Açu, cidade localizada no litoral ocidental maranhense (distante aproximadamente 530km da capital São Luís), bem como a ex-prefeita de São Luís entre 1993 e 1996, Conceição Andrade, que destacou: “Vale a pena sim votar no Adriano Sarney, que é uma pessoa de uma família política tradicional e séria desse Estado” (Horário Eleitoral Gratuito de Adriano Sarney). A passagem aciona o pertencimento do agente à principal família de políticos do Estado. Diferente de casos

⁵⁴ Durante o período de campanha, Adriano Sarney exercia o cargo de coordenador metropolitano do Partido Verde em São Luís.

em que candidatos ocultam o sobrenome de sua família em disputas para não fazer essa associação direta, muitas vezes por algum membro ter tido problemas que maculassem a honra de todos os membros, Adriano Sarney não esconde seu sobrenome, pelo contrário, usa-o para relacionar seu nome à família, principalmente a seu avô, José Sarney.

Durante o HEG, o candidato usou o mote recorrente a vários políticos de sua faixa etária, a juventude. Em diversas situações o candidato aparece junto a pessoas jovens, bem como possíveis eleitores fazendo referência à renovação política. Nos seus programas, que duravam entre trinta segundos e um minuto e meio⁵⁵, Adriano Sarney tinha como principal frase “Não sou mais um, sou um a mais”. A mesma pode ter diversas interpretações, porém, levando em conta o espaço social maranhense, refere-se principalmente ao agente ser membro da família Sarney. Pelo motivo acima citado, do uso do sobrenome, o candidato coloca-se no jogo político não como mais um Sarney. Vale lembrar que, normalmente, os membros da família Sarney sofrem ataques dos ataques de seus adversários políticos de forma constante. Com o candidato a deputado estadual não foi diferente. Frequentemente os rivais dizem que ele era mais um Sarney no jogo político local, daí a frase mote de sua campanha.

No mote percebe-se, como foi dito, que o agente tenta se desvencilhar do estigma de ser mais um Sarney, mesmo que tenha adotado o sobrenome de sua família no material de campanha. É um comum políticos que tem o nome de sua família desgastados na esfera política ocultarem o nome da mesma durante a campanha. O nome Sarney acaba sendo uma faca de dois gumes para o então candidato: de um lado, aciona o capital político de sua família, ainda forte no contexto estadual, por outro, precisa trabalhar com a alta rejeição do seu sobrenome, principalmente na capital e nas grandes cidades. Convém lembrar que ele e seu pai, Sarney Filho, eram os únicos Sarney pleiteando cargos durante a eleição de 2014, uma vez que a então governadora do Maranhão, Roseana Sarney, optou por não tentar vaga no senado federal e que José Sarney tomou a mesma decisão (lembrando que José Sarney, desde a década de 90 representava o Amapá no Senado e não o Maranhão).

Um dos principais locais de campanha de Adriano Sarney foi a capital, São Luís, mais especificamente os bairros periféricos. No HEG, o bairro Cidade Olímpica aparece diversas vezes. A região pobre de São Luís tem aproximadamente 150 mil pessoas, sen-

⁵⁵ O fato de ser um dos principais nomes do partido no Maranhão o fez ter a possibilidade de que seu programa tivesse bastante tempo na televisão. Os outros candidatos do partido tinham em média trinta segundos a sua disposição no HEG.

do escolhida pelo candidato pela grande quantidade de problemas sociais e alta densidade demográfica, aliada ao fato que o então candidato a governador Flávio Dino era aliado do prefeito de São Luís, Edivaldo Holanda Jr, que era fortemente criticado durante a campanha. É nesse espaço de fortes críticas que Adriano Sarney entra para fazer campanha em bairros de São Luís.

Voltando à questão do acionamento do capital político de sua família durante a campanha, Adriano Sarney afirma em um programa do HEG que “a política para mim é muito mais do que vocação, é destino. Aprendi desde cedo que por meio dela podemos ajudar as pessoas, contribuir com o desenvolvimento do nosso Estado”. Como citado anteriormente, diversos autores abordam a questão da transmissão do patrimônio político a herdeiros. No caso de Adriano Sarney, quem o faz é seu avô, José Sarney, que aparece em dois programas do HEG do candidato. Seguem as falas de apoio do então senador da república pelo Amapá ao seu neto:

Estou aqui como avô para conversar com você sobre o Adriano. Ele é o meu primeiro neto homem. Ele é economista, administrador e sempre foi muito estudioso. Eu fiquei surpreso com a sua decisão de entrar na política e confesso: senti, no fundo, um imenso orgulho de ver meu neto desejar colocar seus conhecimentos à serviço de sua terra que ele tanto ama. Eu acredito que Adriano tem muito a oferecer para o Maranhão, com seu conhecimento, a sua juventude e sua determinação de fazer sempre o melhor (Horário Eleitoral Gratuito de Adriano Sarney, 2014).

Adriano Sarney é meu primeiro neto homem e vocês sabem que neto é uma coisa muito séria. Eu o considero muito preparado e quero conversar com você sobre ele. Adriano não me pediu, mas eu me senti no dever de dar esse testemunho. Com a minha responsabilidade política que vocês todos conhecem, eu não viria aqui apenas pela corujisse de um avô, mas fiquei muito surpreso e orgulhoso quando ele me disse que desejava ser político por vocação e sua paixão pelo Maranhão nunca tinha saído da sua cabeça. Eu vi então um jovem nunca esquecer a sua terra e querer colocar a serviço dela todo conhecimento que ele adquiriu. Tenho certeza que com a mesma responsabilidade que ele teve como bom estudante, ele terá na escolha que fez. Na Assembleia Legislativa, Adriano Sarney com seu conhecimento poderá muito contribuir para o Maranhão e será um político muito responsável (Horário Eleitoral Gratuito de Adriano Sarney, 2014).

Alguns pontos são recorrentes nas falas de José Sarney. A juventude e a formação superior são destacada, reforçando a ideia que o candidato já vinham adotando na campanha, de dialogar com um público que esperava a renovação dos quadros políticos, bem como a preparação para ocupação de um cargo público. Os cursos de formação são citados, para reforçar que o mesmo está realmente preparado e é conhecedor dos problemas que o espera. Outro ponto que chama a atenção é o orgulho que José Sarney tem

de ver seu “primeiro neto homem” lançar-se em pleitos políticos. Para entender mais sobre esse ponto, precisa-se voltar no tempo duas décadas atrás.

Em 1990, Sarney Filho, pai de Adriano Sarney e filho de José Sarney teve seu nome alçado à condição de candidato ao governo do Maranhão por parte da família Sarney, porém, retira sua pré-candidatura em favor de Edison Lobão, disputando a reeleição para o cargo de deputado federal. Quatro anos mais tarde, Roseana Sarney concorreu e venceu a eleição ao governo do Maranhão, alcançando assim um cargo mais alto que seu irmão na estrutura política. Dessa forma, José Sarney transfere boa parte de seu capita político a sua filha e não ao filho, mesmo ele sendo mais velho e experiente em pleitos, tendo ocupado um cargo público pela primeira vez no final da década de 1970. Essa pode ser uma explicação do “orgulho” de José Sarney ao ver seu “primeiro neto homem” aventurar-se na política.

Adriano Sarney foi eleito com 48.463 votos, segunda maior votação do Partido Verde, atrás do também eleito Edílázio Júnior, que obteve 56.239 votos. O partido ainda teve mais dois eleitos: Rigo Telis, com 41.016 votos e Hemetério Webá, que conseguiu 27.459 votos (esse último foi eleito por média, através do coeficiente eleitoral). Convém destacar que o PV estava coligado com o PMDB (partido da então governadora Roseana Sarney e do candidato que tinha seu apoio, Edison Lobão Filho, filho do ex-governador Edison Lobão⁵⁶), Democratas (DEM), PTB, Partido Trabalhista do Brasil (PT do B), Partido Social Cristão (PSC), Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB) e PR. O candidato teve seus votos distribuídos em 187 municípios do Estado, que tem um total de 217.

⁵⁶ Edison Lobão foi governador do Maranhão entre 1991 e 1994. Desde o fim de seu mandato ocupa cadeira no Senado Federal, estando atualmente no terceiro mandato, que finda em 2019. Porém, em alguns momentos, assume a chefia do Ministério de Minas e Energia: a primeira vez no governo de Luis Inácio Lula da Silva, entre 2008 e 2010 e pela segunda vez entre 2011 e 2015, no governo da presidente Dilma Rousseff.

Capítulo 3: A distribuição de concessões de radiodifusão como estratégia de manutenção e reprodução de poder político e a intervenção em pleitos municipais

O presente capítulo tem a tarefa de expor um dos modos de dominação da família Sarney, a saber, a distribuição de concessões de radiodifusão durante o período em que José Sarney foi presidente da república. Após um período de afirmação política no Maranhão, o personagem consegue agraciar aliados político com um recurso muito raro e poderoso, uma vez que apenas o presidente da república ou o ministro das comunicações tinham a condição de fazer tais concessões. Assim, serão expostos dados informando quem recebeu tais benesses, em que cidade, anos, etc., para evidenciar que a distribuição não foi feita de forma aleatória, mas sim pensada visando a troca de lealdades e a hegemonia política através dos meios de comunicação.

Outra abordagem recorrerá à influência que José Sarney tem sobre processos eleitorais, mais precisamente eleições municipais. Por razões óbvias, é impossível cobrir todas as eleições em todos os municípios do maranhão num período de tempo tão longo. Assim, foca-se num caso particular, para pensar como se dão as relações entre políticos de diferentes níveis em momentos de tensão que são as eleições municipais. Aliada a essa discussão, a questão da herança política será trabalhada, haja vista que grande parte dos personagens políticos advém de uma família onde seus ascendentes já tinham ocupado postos na administração pública e/ou cargos eletivos, indo desde os casos tentativas de eleição para deputado, prefeitos, até o caso da vereança.

Nesse primeiro momento, o foco recai sobre os meios de comunicação. Daniel Herz fez levantamento das outorgas concedidas no governo de José Sarney como presidente da República, entre 1985 e 1988, ano que a Constituição Federal foi promulgada. Até esse evento, as concessões eram de responsabilidade do chefe do executivo nacional (Ondas Médias e Televisão a cargo do próprio presidente e Frequência Modulada pelo ministério das comunicações). A partir desse momento as concessões ficariam a cargo do legislativo. Assim, o levantamento feito pelo pesquisador é importante na medida em que se percebe que, a medida que se aproximava a promulgação da CF, mais concessões eram permitidas por José Sarney. As tabelas abaixo, extraídas da pesquisa feita por Herz, mostram alguns dados:

Tabela 03: Concessões e permissões outorgadas entre os anos de 1985 e 1988 (Governo José Sarney)

	1985	1986	1987	1988 ⁵⁷	Total
FM	66	91	143	332	632
OM	47	50	53	164	314
TV	14	13	12	43	82
Total	127	154	208	539	1028

Fonte: Ministério das Comunicações e Diário Oficial da União (Apud Daniel Herz)

Tabela 04: Concessões e permissões outorgadas no período de out/87 a out/88

	1987			1988									
	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O ⁵⁸
FM	5	30	29	15	12	7	13	5	29	12	50	170	19
OM	1	6	14	17	2	11	14	8	9	15	15	71	2
TV	0	0	3	3	1	1	0	1	3	4	10	16	4
Total	6	26	46	35	15	19	27	14	41	31	75	257	25

Fonte: Diário Oficial da União (Apud Daniel Herz)

O pesquisador destaca que, quanto mais se aproximava o período de votação da nova Constituição, mais concessões eram liberadas, uma vez que o presidencialismo estava em jogo naquele momento, bem como o mandato do chefe do executivo de cinco anos. Pelas tabelas acima, percebe-se claramente um aumento significativo das concessões. O ano de 1988, por exemplo, supera todo o período anterior no que se refere à distribuição. Reforça-se essa ideia se considerarmos apenas os dois meses anteriores à promulgação da Constituição, onde há o dobro de concessões se levarmos em conta a média dos meses anteriores.

Importante salientar que a maioria dessas concessões tinha como beneficiários políticos, fossem eles proprietários das mesmas ou estando nas mãos de pessoas de sua confiança, os “laranjas”, ou membros de sua família. No caso do estado do Maranhão, entre os anos do governo Sarney como presidente, onze concessões foram distribuídas, sendo a maior parte para pessoas ligadas ao próprio José Sarney, tivessem elas vínculos consanguíneos com o ex-presidente ou não.

⁵⁷ Até 5 de outubro de 1988, data da promulgação de Constituição Federal

⁵⁸ Até 5 de outubro de 1988, data da promulgação de Constituição Federal

Tabela 05: Concessões e outorgas no Maranhão no período do mandato de José Sarney como presidente até a promulgação da Constituição Federal (1985-1988)

Concessão	Beneficiário	Cidade	Ano
RADIO MIRANTE DO MARANHÃO LIMITADA	Fernando Sarney	Imperatriz	1985
RADIOVALE-RADIO E TELEVISÃO VALE DO FARI-NHA LTDA	Luiz Rocha	Balsas	1985
SISTEMA TIMON DE RADIOFUSÃO LTDA	Francisca Ferreira	Timon	1985
RADIO EDUCADORA VALE DO MUNIN LTDA	Fernando Lameiras	Chapadinha	1986
RADIO FM NOVO MARANHÃO LTDA	Fernando Lameiras	Bacabal	1986
RADIO TERRA FM LTDA	Família Fagundes	Imperatriz	1986
RADIO VANGUARDA DE SANTA LUZIA LTDA	Janice Braide	Santa Luzia	1986
TV ITAPICURU LTDA	Teresa Sarney	Codó	1986
RADIO FM VALE DO MEARIM LTDA	Fernando Lameiras	Caxias	1987
RADIO PATATIVA LTDA	José Jorge ⁵⁹	Pinheiro	1987
RADIO MARCONI FM LTDA	Marconi Caldas ⁶⁰	Açailândia	1988

Fonte: Donos da mídia e Ministérios das Comunicações

Um ponto que chama a atenção na tabela acima são os locais onde as mesmas foram destinadas. Todas as concessões foram para cidades grandes considerando o espaço geográfico e a densidade demográfica do Maranhão. Além disso, todas são estratégicas no sentido que se encontram em polos regionais do estado. Dentre os beneficiados estão alguns políticos, como Janice Braide, Luiz Rocha, José Jorge e Marconi Caldas. Todos atingiram no mínimo uma vaga na Assembleia Legislativa do Maranhão em algum momento de sua trajetória política, tendo sido Luiz Rocha governador do Estado na década de 1980. Dentre eles, os únicos que não foi possível colher informações foram Fernando Lameiras e Francisca Ferreira.

Fernando Sarney é filho de José Sarney. Empresário, é quem cuida da maior parte dos negócios da família, enquanto seus irmãos, Sarney Filho e Roseana Sarney participam dos jogos políticos de forma mais intensa, na condição de candidatos. Casa-

⁵⁹ Não será exposta nessa parte do texto a trajetória de José Jorge. A mesma está contemplada mais adiante no texto.

⁶⁰ Outro político que obteve licença para ter uma concessão foi Marconi Caldas. Além de ter sido deputado estadual por quatro mandatos consecutivos, entre 1971 e 1986, foi presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão no biênio 1982/83. Não nos foi possível obter informações de sua trajetória pessoal. Seu sobrinho, Marcos Caldas, atualmente é deputado estadual.

do com Teresa Murad Sarney⁶¹, é engenheiro formado pela Universidade de São Paulo. Já foi filiado ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e ao Partido dos Trabalhadores (PT). Desde 2004 exerce o cargo de vice-presidente da região Norte da Confederação Brasileira de Futebol (CBF). Anteriormente, ocupou a função de Diretor de Relações Governamentais da mesma entidade entre 1998 e 2004. Percebe-se, assim, que a atuação da família Sarney vai além da política e comunicação, estendendo-se a esferas diversas como o esporte.

Luiz Rocha foi governador do Maranhão entre 1983 e 1987. Nascido em Loreto¹, no sul do estado, formou em Direito pela Faculdade de Direito de São Luís. Exerceu cargos públicos em São Luís (vereador – seu primeiro cargo eletivo) e Balsas (prefeito entre os anos de 1997 e 2000, após ter perdido duas vezes a mesma disputa). Antes de ser governador, foi deputado estadual entre 1968 e 1975 e deputado federal entre 1976 e 1982. Esteve nos seguintes partidos durante sua trajetória política: Aliança Renovadora Nacional (Arena), Partido Democrático Social (PDS), Partido da Frente Liberal (PFL), Partido Democrata Cristão (PDC), Partido Progressista Renovador (PPR), Partido Progressista Brasileiro (PPB) e Partido da Social Democracia Brasileira (PSBD). Foi homenageado em 1996 ao ter seu nome posto em um dos novos municípios criados naquele ano. A trajetória política de sua família teve continuidade com seus filhos, Roberto Rocha⁶², que já foi deputado estadual entre 1991 e 1995, federal em três oportunidades, (mandatos de 1995-1998, 1999-2002 e 2007-2010), vice-prefeito de São Luís (2013-2014) e atualmente é senador da República; Luiz Rocha Filho, atualmente prefeito de Balsas; e Roberto Rocha Júnior (filho de Roberto Rocha), vereador em São Luís.

A família Braide, aliada da família Sarney de longa data, foi uma das que foram contempladas com uma concessão de radiodifusão. A proprietária é Janice Braide, esposa de Antonio Carlos Braide, que tem como local de influência política o município de Santa Luzia e sua adjacência. Antonio Braide foi deputado estadual em três oportunidades, entre os anos de 1986 e 1994 (além do mandato entre 2007 e 2010), quando sua esposa pleiteou vaga na Assembleia Legislativa, obtendo êxito. Janice Braide acumulou três mandatos, entre os anos de 1995 a 2006. Em 2010, o filho do casal, Eduardo Brai-

⁶¹ Exerceu o cargo de secretária de educação de São Luís no exercício do mandato de Jackson Lago como prefeito da cidade, entre os anos de 1989 e 1992. Teve seu marido como assessor durante o período em que foi titular da pasta.

⁶² Político que esteve ao lado da família Sarney até a eleição de 2010. Rompeu com os mesmos em 2012. Nascido em São Luís, é administrador de empresas formado pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

de⁶³ assume o posto de herdeiro político da família e lança-se como candidato a deputado estadual, conseguindo uma vaga na Assembleia, posto que foi renovado no ano de 2014. No total, a família Braide está no oitavo mandato consecutivo.

3.1. Meios de comunicação no Maranhão: um “coronelismo eletrônico”?

Em 1988, a Federação Nacional de Jornalistas Profissionais (FENAJ) publicou documento tecendo críticas à forma como a distribuição de concessões de radiodifusão estava sendo feita no Brasil, não apenas durante o governo Sarney, bem como no anterior, do militar João Batista Figueiredo. Segundo o documento *Governo Sarney: 527 outorgas em menos de três anos* (1988), a entidade afirma que o grande número de concessões servia para “o beneficiamento de grandes empresas privadas de comunicação, o compadrio político e uso de outorga como moeda de barganha”. Além disso, afirma ainda que o ministro das comunicações da época, Antonio Carlos Magalhães, mandou suspender quase 150 concessões aprovadas pelo governo anterior visando retaliações contra seus adversários políticos.

Se por um lado, “a evolução do número de concessões e permissões outorgadas evidencia que foi proporcional ao agravamento da crise política e econômica, o que comprova a utilização das outorgas como instrumento de barganha política” (FENAJ, 1988, p. 2), por outro, as concessões podem ser vistas como instrumento de dominação, levando em conta o grande número de beneficiário das mesmas no Maranhão. Tais instrumentos foram usados para manter políticos sob a influência do então presidente, que concedeu outorgas para aliados e parentes enquanto esteve à frente do principal cargo do executivo nacional.

Essa atitude possibilitou, entre outros fenômenos, que fossem criados no Maranhão vários pequenos impérios midiáticos, todos controlados por parentes e/ou aliados de José Sarney, como mostra a última tabela apresentada. Os proprietários das mesmas exerciam grande influência nas regiões onde as outorgas foram concedidas, eram líderes políticos nas mesmas, sendo os meios de comunicações mais um instrumento usado para manter a hegemonia política da região. Nesse sentido,

⁶³⁶³ Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Maranhão. Não foi possível obter a formação escolar dos outros membros da família Braide citados no texto.

Trata-se de deslocar o debate meramente do mapeamento dos concessionários de serviços de radiodifusão e do mapeamento dos políticos que detêm o controle de concessões de rádio e televisão para o mapeamento dos grupos de mídia que se formaram a partir dessa política de concessão [...] A presença de políticos proprietários é um dos elementos estruturantes do sistema de mídia no Estado, mas não o único, até porque esses grupos estão institucionalmente organizados na forma de empresas privadas, organizações públicas (governamentais) e fundações de direito privado (CONCEIÇÃO; FERREIRA, 2011, p. 154).

Em *Propriedade cruzada: distribuição de concessões de rádio e televisão, formação de grupos de mídias e (re)estruturação de espaços públicos* (2011), Francisco Gonçalves e Camila Ferreira abordam que o momento em que José Sarney esteve a frente da presidência da república foi decisivo para mudanças políticas no Maranhão e que a distribuição de outorgas para aliados foi fundamental para esse processo de transformação do espaço social maranhense. Além disso, asseveram que disputas pelo controle de televisões são importantes para entender o jogo que era praticado naquele momento, como por exemplo, a troca de afiliada da TV Globo no Maranhão, antes ligada à TV Difusora, de propriedade de Magno Bacelar, para a TV Mirante, de propriedade de Fernando Sarney. Sobre esse ponto, Franklin Douglas Ferreira (2011) analisa tal situação. O autor afirma que a transferência de mãos das televisões no Maranhão no final da década de 1980 foi planejada, sob a tutela de José Sarney. Até aquele momento, a família Sarney tinha um canal de televisão, vinculado ao Sistema Brasileiro de Televisão (SBT), porém, o objetivo era estar junto à Rede Globo, de maior amplitude. Essa, entretanto, estava na posse da família Bacelar⁶⁴, até então, aliada. Para não haver uma indisposição política, Ferreira assim expõe como se desenhou a engenharia por trás da obtenção da TV Mirante pela família Sarney:

Ante a resistência da família Bacelar em repassar à família Sarney o direito de retransmissão da Rede Globo, restou a implementação de um estratégia de prazo tão longo quanto possível de esperar: o enfraquecimento político, o endividamento financeiro e, por fim, o cerco aos negócios da família Bacelar. De uma só vez, as eleições de novembro de 1986 contribuíram para ambos os intuitos (FERREIRA, 2011, p. 6).

Para tanto, foi necessário que um “laranja” fosse usado para tal empreitada. 30% da empresa de comunicação tinham sido vendida a um empresário, William Nagem, que vende sua cota a Eptácio Cafeteira, governador do Maranhão à época e aliado da família Sarney naquele momento. Após a desmonetarização da família Bacelar nas eleições de 1986, a mesma se vê forçada a vender os outros 70%. O comprador foi o mesmo

⁶⁴ Douglas expõe um breve histórico do primeiro Bacelar que se aventurou na área da comunicação. Raimundo Bacelar era filho de coronel, fazendeiro e industrial (possuía fábricas de açúcar e papel).

Nagem, que repassa o percentual aos Sarney. Ressalta-se que até esse momento a retransmissora da TV Globo ainda era a TV Difusora, alvo de toda essa disputa. Com o fim do mandato de Cafeteira, o mesmo não abre mão de se lançar candidato ao senado, o que faz com que José Sarney se candidate ao mesmo cargo pelo recém-criado estado do Amapá. Nesse momento rompe-se momentaneamente a aliança Cafeteira-Sarney. O primeiro vende seus 30% para empresário Edinho Lobão, filho de Edison Lobão, que obtém assim a TV Difusora após o mesmo Nagem vender mais 50% da empresa de posse de Fernando Sarney a Edinho Lobão. Por fim, em 1991, após acordo político, a TV Difusora começa a retransmitir o sinal do SBT, enquanto a recém-criada TV Mirante distribui o sinal da TV Globo no Maranhão. Segundo Jane Maia (1993), a troca de mãos não se daria de forma aleatória. A TV Globo manda um interventor ao Maranhão, que aponta problemas técnicos na empresa administrada até então pela família Lobão. Assim, não houve muitos problemas para a mudança de proprietários, uma vez que a TV Difusora passaria a operar com o sinal do SBT: “Como a Difusora não conseguiu cumprir com as exigências da Globo, no prazo estabelecido, perde o sinal em fevereiro de 1991, para a TV Mirante. Com a mudança de sinal a Mirante dobrou o seu faturamento comercial no primeiro mês de afiliada Globo” (MAIA, 1993, 51).

Segundo Gonçalves e Ferreira, apenas treze políticos maranhense tem empresas de concessões de radiodifusão em seus nomes, fossem eles prefeitos, deputados estaduais, federais e senadores⁶⁵: Antonio de Melo (ex-prefeito de Satubinha), Francisco Lima (ex-prefeito de Davinópolis), Helena Pavão (ex-prefeita de Santa Helena), José Henrique Brandão (ex-prefeito de Colinas), Mercial de Arruda (ex-prefeito de Grajaú), Antonio Pereira Filho (deputado estadual desde o mandato que iniciou em 2003), João Pavão (deputado estadual nos mandatos entre 1987 e 1994), Pedro Fernandes (deputado federal desde o mandato que iniciou em 1999).

O baixo número de concessões nas mãos de políticos é explicado pelo que os Gonçalves e Ferreira chamam de propriedade cruzada, a saber, “concentração de propriedade pelo mesmo grupo, de diferentes tipos de comunicação” (p. 166). Um dos principais mecanismos dentro dessa lógica é a propriedade estar em nome de algum parente, sanguíneo ou simbólico. Como, segundo o Ministério das Comunicações, não há ilegalidade em tal prática, aqueles que conseguiram outorga para ter uma propriedade de

⁶⁵ Outros políticos estão nessa relação, porém, serão citados em outras partes do texto. São eles Ricardo Murad, José Sarney Filho, Roberto Rocha, Edison Lobão e Roseana Sarney.

radiodifusão colocam seus aliados como proprietários das mesmas em muitos casos, o que dificulta o mapeamento de quantos políticos possuem tais propriedades.

Os três principais sistemas de comunicação do Maranhão pertencem a políticos. São eles, por ordem crescente de tamanho, o Grupo Luiz Rocha, o Sistema Difusora de Comunicação e o Sistema Mirante de Comunicação. O primeiro é controlado pelo senador Roberto Rocha e foi obtido e estruturado por seu pai, Luiz Rocha, aliado de longa data da família Sarney; o segundo é de propriedade do também senador Edison Lobão, que mantém relações de amizade e política com a família Sarney há décadas; o último pertence à família Sarney. Juntos, os três conglomerados de comunicação alcançam a maioria dos municípios maranhenses. Em muitos casos, os mesmos são as únicas emisoras de rádio e/ou televisão que as cidades possuem em TV aberta.

*Grupo Luiz Rocha de Comunicação*⁶⁶

Tabela 06: Concessões de radiodifusão do Grupo Luiz Rocha de Comunicação por natureza e cidade

Cidade/Natureza	TV	Rádio AM	Rádio FM
São Luís	2	2	
Pedreiras		1	
Pindaré-Mirim		1	
Presidente Dutra		1	

Fonte: Donos da mídia

*Sistema Difusora de Comunicação*⁶⁷

Tabela 07: Concessões de radiodifusão do Sistema Difusora de Comunicação por natureza e cidade

Cidade/Natureza	TV	Rádio AM	Rádio FM
São Luís	2	2	1
Imperatriz	2		

Fonte: Donos da mídia

⁶⁶ Em cinco municípios, Bacabal, Balsas, Carolina, Tuntum e Vitória do Mearim, o sinal é apenas retransmitido por uma afiliada no local. Seus proprietários são os filhos do ex-governador Luiz Rocha: Roberto Rocha, Luiz Rocha Filho e Alzenira Rocha Oliveira.

⁶⁷ Em oitenta municípios, o sinal de televisão é distribuído através de uma retransmissora afiliada.

Sistema Mirante de Comunicação

Tabela 08: Concessões de radiodifusão do Sistema Mirante por natureza e cidade

Cidade/Natureza	TV ⁶⁸	Rádio AM	Rádio FM
Caxias			1
Imperatriz	1		1
Pedreiras			1
São Luís	1		1
Timon			1
Codó	1		

Fonte: Donos da mídia

Para efeito de estudo neste trabalho, opera-se apenas com os canais de comunicação que são de propriedade de algum membro das famílias Sarney, Lobão ou Murad. Essa última é importante na medida em que seus membros têm relações com os Sarneys através de casamentos, onde várias pessoas das famílias contraíram matrimônio entre si nos últimos 30 anos. Assim, de certa forma, perde-se uma visão mais ampla, uma vez que é sabido que aliados políticos e parentes mais longínquos também são proprietários de concessões de radiodifusão, porém, opta-se aqui por operar com as relações onde os laços são mais diretos, levando em conta a consanguinidade e/ou o matrimônio. Tal estratégia metodológica também explica o fato que membros da família Sarney não tenham rádios AM e retransmissoras do sinal de televisão em seu nome. Pesquisa feita⁶⁹ mostra que o sistema é bem mais amplo que a tabela sugere, pelo fato mencionado anteriormente, uma vez que os aliados são gratificados/recompensados com tais benesses.

O Sistema Mirante de Comunicação é o maior do Maranhão e o que tem relações com o poder político local mais profundas. Seu proprietário é Fernando Sarney, filho mais velho de José Sarney e tem como principais sócios José Sarney Filho e Roseana Sarney, caracterizando assim um empreendimento familiar. O Sistema tem origem

⁶⁸ Nesses locais as televisões já operam no sistema de alta definição (HD).

⁶⁹ O projeto “Donos da mídia” tem como objetivo fazer um levantamento (e atualizá-lo) sobre as concessões de radiodifusão existentes no Brasil. O projeto começou no final da década de 1970 com o mapeamento do mercado televisivo brasileiro. Continuou com outro foco em meados de 1980, para analisar as distribuições de concessões por José Sarney enquanto o mesmo era presidente da república e continua nos dias de hoje para mostrar a relação entre política e comunicação. No site do projeto (www.donosdamidia.com.br) é possível identificar os proprietários de todas as concessões existentes no Brasil em suas mais diferentes naturezas, seja televisão (digital ou não), rádio (AM e FM), etc.

na década de 1970, com a criação do jornal *O Estado do Maranhão*⁷⁰. Atualmente o mesmo é o de maior circulação no estado. Após o jornal impresso vieram a Rádio Mirante FM (1981), TV Mirante, filiada ao Sistema Brasileiro de Televisão (SBT), em 1987⁷¹, Rádio Mirante AM, criada em 1988. Há ainda os portais de internet G1/MA e Imirante.com, criados nos anos 2000.

Essa questão nos remete a discussão de um conceito que se tornou comum no meio acadêmico, principalmente na Comunicação Social, o “Coronelismo eletrônico”. Foi abordado anteriormente que a discussão em torno do termo coronelismo deve ser feita com cuidado para não se perder a ideia proposta por Victor Nunes Leal. Pesquisadores em Comunicação, a partir da década de 1990, costumam fazer a transposição do termo coronelismo para o âmbito da comunicação. Coronelismo eletrônico é costumeiramente conceituado como “o sistema organizacional da recente estrutura brasileira de comunicações, baseando compromisso recíproco entre poder nacional e poder local, configurando uma complexa rede de influência entre poder público e o poder privado dos chefes locais, proprietários de meios de comunicação” (SANTOS, 2006, p. 8).

O primeiro texto que usa tal termo é de Célia Stadnik (1991), onde a autora afirma que 20% dos parlamentares (Câmara dos Deputados e Senado Federal) tinham posse de um veículo de comunicação, fossem eles mesmos os proprietários ou algum familiar próximo (esposa ou filhos). Desde então, o termo ganhou força e é comumente usado por estudiosos que pretendem fazer a associação entre o coronelismo proposto em *Coronelismo, enxada e voto*. Para a maioria deles, basta que um político detenha a propriedade de um meio de radiodifusão que, automaticamente é colocado na condição de coronel eletrônico, onde o meio de comunicação seria o instrumento usado para garantir o poder na região de sua influência. Como destaca Santos (2006), há uma inaptidão dos pesquisadores ao fazer uma associação direta entre o termo proposto por Leal e a posse de meios de comunicação, percebe-se que não há uma visão mais ampla, ou seja, de que o meio de comunicação é parte de um sistema maior, que ele é um instrumento a mais no curso da operacionalização do poder pelos seus detentores: “Não há razão evidente para inserir os meios de comunicação, ou a propriedade deles, na figura do coronel. A propriedade de veículos de comunicação é, isto sim, parte do controle dos meios de

⁷⁰ *O Estado do Maranhão* chamava-se *Jornal do Dia*, periódico com viés oposicionista até sua reestruturação em 1973 por José Sarney e outros jornalistas, entre eles Bandeira Tribuzzi, que também era literato e economista.

⁷¹ A criação da TV Mirante e sua mudança de emissora em nível nacional foi exposta anteriormente.

produção, característica fundamental daquilo que queremos definir como um sistema de coronelismo eletrônico” (p. 12).

Ainda segundo a autora, essas empresas, comumente, não atendem as lógicas de mercado por estarem ligadas de forma visceral à verba governamental, uma vez que os detentores das concessões são, na maioria das vezes, os detentores dos postos políticos das localidades em que estão inseridas. Segundo Couto (2009), em torno de dois terços do orçamento da secretaria de comunicação eram destinados ao Sistema Mirante de Comunicação. Vela destacar também que a partir de 1995, primeiro ano do primeiro mandato de Roseana Sarney como governadora do Maranhão, a verba da pasta cresce cerca de R\$ 7,2 milhões em 1994 para R\$ 10,4 milhões no ano seguinte. Atente-se para o fato que 1998 (ano eleitoral, onde a governadora tentava reeleição) o montante foi superior a R\$ 14 milhões.

Rômulo Farias também participa do debate em torno do termo coronelismo eletrônico. Segundo ele, em *Coronelismo eletrônico: por um redirecionamento do problema* (2009), em consonância com Suzy Santos, a maioria dos autores que usam o termo não levam em conta contextos maiores, afirmando que a posse de uma rádio ou TV já é suficiente para dizer que determinado dono é um coronel eletrônico, caso o mesmo tenha uma importância política na cidade ou região. O autor chama a atenção para algumas características desse fenômeno, como por exemplo, seu caráter essencial urbano, a relação institucional entre o poder federal e o privado sob a forma da outorga, o controle da informação e não mais (apenas) da terra como forma de controle de uma região e a doação do bem é feita antes, podendo ser renovada ou não (renovação das concessões). Essa última é primordial para pensar o poder de barganha que aqueles que têm o direito de distribuir as concessões têm sobre aqueles que recebem. Farias destaca ainda que

Ao abordar o coronelismo “eletrônico”, esses autores costumam desprezar uma série de pontos fundamentais, supervalorizar outros, além de montarem suas análises em pressupostos definidos, normalmente sob uma perspectiva ideologizada da problemática. Para citar alguns pontos concretamente, eles esquecem a autonomia relativa que possui o setor jornalístico; tendem a supervalorizar os efeitos dos meios de comunicação; não lembram que os meios de comunicação concorrem entre si e o coronel não tinha concorrência; misturam trabalho acadêmico com militância política; não criticam o próprio campo de estudos; possuem uma visão maniqueísta da realidade; privilegiam sobremaneira as questões empíricas, com objetivos aplicados; o objetivo sempre foi denunciar, nunca conceituar o fenômeno etc. (p. 11)

No Maranhão, a questão é incipiente. Mesmo que seja comum afirmar que José Sarney é um “coronel eletrônico”, a literatura acadêmica local pouco trata do fenômeno.

Quando o faz, cai nos problemas elencados pelos autores supracitados. Dentre aqueles que aventuraram-se nesse empreitada, cita-se aqui César Arruda, onde em *“Coronelismo eletrônico?”: a construção política do Grupo Sarney e o uso do aparelhamento da mídia no Maranhão* (2007) trabalha mais no sentido de fazer uma denúncia que os meios de comunicação estão concentrados em mãos de membros da família Sarney:

O grupo de José Sarney detém emissoras de rádio e televisão que cobrem 80% do território maranhense [...] O império funciona sob o comando de Fernando Sarney, filho de José Sarney, e de sua mulher, Teresa Murad, que é irmã do marido de Roseana Sarney [...] José Sarney não tem seu nome incluído no cadastro de concessionários de emissoras de rádio e televisão, mas a família é representada pelos filhos do senador: o deputado Sarney Filho, a senadora Roseana Sarney e o empresário Fernando Sarney (p. 61).

Sem muitos dados para confirmar a suposição, o autor não aprofunda a questão. As tabelas anteriormente citadas e exposição do perfil dos concessionários de radiodifusão nas principais cidades do Maranhão nos levam a afirmar que os meios de comunicação não estão apenas em mãos de membros da família Sarney. Seria irreal pensar que apenas uma família deteria toda a gama de concessões do estado. O que fica claro é que as concessões são distribuídas entre aliados, formando assim uma grande rede de comunicação. As concessões acabam se tornando, em muitos casos, recompensas pela fidelidade que determinados políticos tiveram com os Sarneys ao longo de sua trajetória de domínio no Maranhão, destacando o período em que José Sarney foi presidente da república.

Algum membro da família Sarney, Lobão ou Murad se faz presente como proprietário de um meio de comunicação em dezesseis das dezenove cidades citadas na tabela. Foram elencadas para a pesquisa os vinte maiores municípios do Maranhão, incluindo a capital, São Luís. Das três ausentes, duas fazem parte da região metropolitana de São Luís (São José de Ribamar e Paço do Lumiar), onde os sistemas Mirante e Difusora possuem canais de TV, emissoras de rádio AM e FM. Santa Inês é o único município onde não há um membro de uma das famílias diretamente ligado, como proprietário. Esse dado precisa ser relativizado, uma vez que em casos como Pinheiro, políticos com laços de amizade e relações políticas de longa data tem sob seu controle concessões de radiodifusão. José Jorge é um desses casos. Victor Mendes também entra nessa lógica. O mesmo possui meios de comunicação em Caxias e Pinheiro.

Em onze das dezenove cidades o Sistema Difusora possui pelo menos uma modalidade de comunicação. O Sistema Mirante atua em oito municípios. Em cinco, am-

bos os sistemas de comunicação possuem canais de televisão ou rádio, seja AM ou FM. Em uma, Barreirinhas, os dois grupos de comunicação possuem representantes, sendo os únicos na cidade.

Importante destacar também o poderio de comunicação exercido pelas famílias Sarney e Lobão. Em 76 das cidades citadas, 53 possuem apenas um meio de comunicação. Desses, 45 tem acesso apenas a alguma concessão vinculada ao Sistema Mirante ou Difusora. Em oito municípios⁷² o acesso à informação não é feito através de um dos dois principais sistemas de comunicação do estado. Com relação aos 22 municípios com apenas dois meios de comunicação, em onze as informações chegam através de ambos os sistemas, Mirante e Difusora; em nove cidades, a atuação é feita por pelo menos um deles; em apenas três casos as concessões não são de propriedade de membros das famílias Sarney ou Lobão, pelo menos que concerne ao vínculo direto, uma vez que os mesmos podem estar vinculados a pessoas que apoiam os políticos de tais famílias em suas regiões de atuação.

3.1.2. Sarney e sua relação com os meios de comunicação

Bem antes de ter à disposição um império midiático, José Sarney já trabalhava os meios de comunicação a seu favor⁷³. Autores (COSTA, 2006; PACHÊCO FILHO, 2001) expõe como o mesmo lança mão de artifícios da comunicação visando os jogos políticos. O poderio comunicacional começou a ser montado quando José Sarney ainda era governador do Maranhão, ao adquirir o *Jornal do dia*, que tempos depois viria a ser renomeado para *O Estado do Maranhão*, usou a Rádio Timbira, pertencente ao governo estadual até os dias atuais, e o Diário Oficial para divulgar as ações do governo, entre outras atitudes que levaram em conta o uso dos meios de comunicação, como o cinema.

Um dos maiores exemplos desse uso é a criação dos filmes *Maranhão 66* e *O milagre do Maranhão*, de Glauber Rocha⁷⁴ e Isaac Rozenberg, respectivamente. O pri-

⁷² Alcântara, Candido Mendes, Lago dos Rodrigues, Paço do Lumiar, Pindaré-Mirim, Santa Helena, São João dos Patos e Turiaçu.

⁷³ Convém destacar que o agente em questão não é o primeiro e nem foi o último a usar os meios de comunicação a seu favor em disputas políticas. Desde o século XIX tal artifício já era conhecido, sendo os jornais impressos os meios usados para o combate entre os personagens políticos, tendo muitas vezes as facções políticas matutinos à sua disposição. Convém destacar que a Rádio Timbira, vinculada ao governo estadual, ao longo de sua história, sempre foi um canal oficial dos governos, sendo usada como meio oficial de propaganda dos governos locais.

⁷⁴ Segundo Couto (2009) em *Estado, mídia e oligarquia*, Glauber Rocha teve patrocínio do extinto Banco do Estado do Maranhão para confecção da obra *Terra em transe*, lançada dois anos depois.

meiro foi encomendado por José Sarney assim que toma posse como governador em 1966, buscando evidenciar o estado que tomou posse após vinte anos de controle político do Maranhão por Vitorino Freire. O segundo filme foi produzido após sua saída do cargo de governador, expondo suas realizações enquanto chefe do executivo estadual.

Maranhão 66 foi produzido por um dos maiores nomes do *Cinema Novo*⁷⁵ e mostra imagens do Maranhão, principalmente as mazelas locais, como crianças em situação precária, hospitais em condições sub-humanas, etc., intercaladas com imagens da posse de José Sarney no início de 1966. Todo o vídeo tem em torno de dez minutos e é narrado com as palavras da posse de Sarney como governador.

Já *O Milagre do Maranhão* é narrado em terceira pessoa e expõe as obras feitas durante os quatro anos do mandato de José Sarney como governador do Maranhão. O vídeo mostra obras de saneamento básico, asfálticas, escolas, hidrelétrica, barragem, pontes, etc. Segundo Guilherme Cerqueira e Pâmela Pinto (2006), o filme “cria um Maranhão diferente, pois expõe uma grandeza e opulência que só existiam nos discursos de José Sarney e dos militares. O filme traça um perfil do governo do Maranhão, o sucesso das obras e de um governo que está de acordo com as ordens dos militares” (CERQUEIRA & PINTO p. 1).

Em seu mandato como governador, Sarney implementa a TV Educativa, em mais uma articulação com o governo federal e a Rede Globo, que produzia teleaulas que seriam veiculadas na mesma e rearticula o Diário Oficial, sendo esse mais um canal de informações sobre ações do governo. Os autores ainda relatam que Rozenberg produziu um filme em 1963 chamado *Maranhão sempre belo*, encomendado por Newton Bello, governador que precedeu Sarney no Palácio dos Leões.



Imagem 01: Documentário *Maranhão 66*, posse de José Sarney

⁷⁵ Dois anos antes, Rocha havia produzido um dos filmes mais importantes do Cinema Novo, *Deus e o diabo na terra do Sol*. O sucesso de Rocha foi preponderante para sua escolha na produção do filme que José Sarney pretendia lançar.



Imagem 02: Documentário *O Milagre do Maranhão*

O intuito de *O milagre do Maranhão* era expor para a população um Maranhão mais dinâmico, que crescia, ajudado pelo governo federal. Rozenberg foi o primeiro cineasta a filma em cores no Brasil. Sua relação com os governos federais não era nova. Havia trabalhado com Juscelino Kubitschek em 1956, durante o período em que o então presidente pretendia modernizar o Brasil através de grandes obras. Em fins do mandato de José Sarney, o romeno foi contratado para apresentar as obras concluídas ou em execução no estado, muitas delas financiadas com verba do governo federal, como a Hidrelétrica de Boa Esperança, o Porto do Itaqui, a TV Educativa, o bairro da COHAB, entre outras.

3.2. Intervenção em eleição municipal e a delegação de poder aos aliados locais: o caso de Pinheiro

Até esse ponto, foram feitas incursões sobre a política maranhense em nível estadual, de forma mais ampla. A partir deste ponto, far-se-á uma análise de como um político de grande expressão, o principal personagem político do Maranhão nos últimos cinquenta anos influi em um município. A escolha do mesmo não é aleatória. Pinheiro é a cidade de origem de José Sarney. Ao partir do princípio que o mesmo não atua em todos os espaços municipais, delegando essa função a seus aliados em nível regional, pergunta-se como que a política em Pinheiro é afetada por tal personagem. Poderia se estender a discussão a outras localidades, tão ou mais importantes que Pinheiro, porém, o momento em que José Sarney passa a ser o principal político maranhense é reconhecido pelos conterrâneos como o ponto de virada no crescimento da cidade:

Naquele meio [Baixada Maranhense] Pinheiro era uma cidade igual às outras, Peri-Mirim, Palmeirândia, Santa Helena, todas elas. Evidentemente que Pinheiro sofreu um processo de desenvolvimento muito grande graças evidentemente a presença do José Sarney na política maranhense [...] Nesse período, que Sarney foi governador, depois senador, depois presidente, etc., realmente tudo que tem em Pinheiro hoje, esse *boom* nesse grande *gap* que houve aí foi fruto disso. Então em Pinheiro começou a aparecer agência de bancos, escolas (Fundação Bradesco), hospitais, aí chegou a energia elétrica de Boa Esperança, ferry-boat... Evidentemente que Pinheiro hoje é um centro regional importante. Se não desenvolveu por um lado, pelo menos na parte de serviços é um grande entreposto comercial e de serviço na região da Baixada como um todo [...] Não fosse o fato de Sarney ser de lá, filho de lá e ter essas ligações políticas, Pinheiro seria uma cidade como qualquer outra da região (Entrevista com José Jorge, 2009).

3.2.1 O jogo político pinheirense

Os personagens políticos de maior destaque na política de Pinheiro entram em tal universo através da herança do patrimônio político que sua família construiu ao longo do tempo. Porém, há exceções. O acesso a tal recurso foi e é decisivo na maioria dos pleitos na cidade e isso faz do político um estabelecido ou um outsider⁷⁶ no jogo local.

Manoel Paiva e Filuca Mendes são exemplos do que se pode chamar de políticos estabelecidos na política de Pinheiro, uma vez que são herdeiros do patrimônio político de suas famílias. O primeiro era o representante de sua família no pleito de 1965 para a prefeitura de Pinheiro e usou como recursos para o sucesso na eleição tanto o patrimônio político de sua família como também o apoio de Sarney. A outra candidatura era da família Gonçalves. Essa e a Paiva eram fortes no comércio. Ambas são de origem portuguesa, que se instalaram na cidade tempos antes e em um dado momento (meados da década de 1950) começaram a reconverter seu poderio econômico em cargos políticos. Já Filuca Mendes tem trajetória semelhante. Seu caso será exposto com mais detalhes a frente.

A década de 1960 é emblemática para a política local por conta da eleição de um filho da terra ter vencido as eleições para o governo do estado, fazendo assim com que Pinheiro tivesse maior participação na política em nível regional. Além disso, como exposto anteriormente, a cidade passa por um processo de crescimento a partir daquele

⁷⁶ Norbert Elias (2000) em estudo sobre uma pequena cidade inglesa percebeu diferenças entre os moradores: aqueles com maior tempo de residência no local consideravam-se superior àqueles com menos tempo. No caso, o tempo de permanência no meio foi o ponto decisivo para a diferenciação, porém, outros podem ter o mesmo papel. Pensando o caso do presente estudo, o que faz alguém ser estabelecido ou outsider na política pinheirense é o acesso ao recurso de uma família reconhecida enquanto participante daquele jogo político.

momento, uma vez que José Sarney passou a ser o mediador entre o estadual (e posteriormente o nacional) com o local. Isso faz com que a cidade cresça e, consequentemente, os políticos tenham mais representatividade em níveis mais altos, passando a ser referência em diversos âmbitos, tanto econômico, como social, político, etc.

Desde meados da década de 1960, a possibilidade de contar com um trunfo como a herança política de uma família já consolidada nesta esfera tem garantido a vitória aos pleiteantes que podiam acionar tal recurso. O primeiro a experimentar tal condição foi Manoel Maria Soares Paiva, filho de Albino Paiva, português imigrante⁷⁷ que fixou residência em Pinheiro na primeira metade do século XX. Comerciante próspero na cidade, sua força econômica foi revertida para a política, tendo sido seus filhos políticos no cenário maranhense⁷⁸. Manoel Paiva foi um deles.

Ingressa na política muito cedo, em campanhas de eleições municipais de seu irmão. Sua primeira filiação partidária foi vinculada ao Partido da República (PR). Candidatou-se a vereador pela primeira vez em 1954, obtendo êxito. Nas eleições de 1965, concorreu à chefia do executivo local, no que logrou sucesso.

Concorreu para ascensão social da família Paiva, além da força no comércio revestida para a política e da união de Maria Paiva com uma liderança política no cenário estadual, o que alavancou a entrada de seus membros em eleições de nível estadual foi a ligação com José Sarney. Na eleição de Sarney em 1965, tal família apoiou-o, enquanto outra família portuguesa com força econômica e até aquele momento adversário dos Paiva em nível local, os Gonçalves, apoiaram Newton Bello, quando o futuro governador apoiou Manoel Paiva para prefeito. José Sarney sai vitorioso para o governo estadual e Manoel Paiva para a prefeitura de Pinheiro, estreitando os laços existentes desde a época em que Araújo Costa, pai de José Sarney, trabalhou na cidade como promotor de

⁷⁷ Texto sobre Pinheiro (SOARES, 2006) aponta a chegada de famílias à cidade como um dos marcos da história local. Até então, era “uma cidade como qualquer outra da Baixada”. As famílias portuguesas, dentre elas os Paiva, os Santos e os Gonçalves iniciaram o processo de transformação da cidade, muito por conta das atividades comerciais que desempenhavam. Em contato com São Luís, comerciavam produtos locais com a capital, bem como levavam produtos para serem comercializados. Os comerciantes abriam estradas em diferentes sentidos para escoar os produtos comercializados.

⁷⁸ Dos filhos, além de Manoel Paiva, exerceram cargos políticos José Paiva, que foi secretário de segurança no governo de José Sarney na segunda metade da década de 1970 (a secretária foi lhe oferecida por Paiva ser Coronel do Exército e chefe do 24º Batalhão de Caçadores em São Luís). Foi também deputado estadual entre 1979 e 1982; Afonso Paiva foi deputado estadual entre 1967 e 1970; a única filha, Maria Paiva, se casou com Antenor Abreu, político que foi deputado estadual três vezes, entre as décadas de 40 e 60.

justiça. Durante os anos em que viveu em Pinheiro⁷⁹ (1931-1934), Araújo Costa⁸⁰, manteve amizade com lideranças locais que foram cultivadas ao longo dos anos.

Seu adversário, José Maria Gonçalves, era representante da família Gonçalves, também ligada ao ramo comercial e igualmente de ascendência portuguesa. A essa vitória, seguem outras, tanto para a prefeitura de Pinheiro como para a Assembleia Legislativa do Maranhão.

Tabela 09: Mandatos e cargos de Manoel Paiva

Mandato	Cargo
1955-1958	Vereador
1966-1969	Prefeito de Pinheiro
1971-1974	Deputado estadual
1975-1976	Deputado estadual
1977-1982	Prefeito de Pinheiro
1987-1992	Prefeito de Pinheiro

Fonte: Jornal Cidade de Pinheiro

Outro nome importante no cenário político local é Filadelfo Mendes Filho, conhecido como Dedeco Mendes. Inicia sua trajetória política em 1954 como candidato a vereador, cargo para o qual foi reeleito em duas oportunidades, em 1958 e 1962. Filia-se pela primeira vez no PSP, indo posteriormente para a UDN e ARENA. Todas as suas filiações foram nos partidos que José Sarney esteve filiado. A relação entre Dedeco Mendes e José Sarney vai além da política: Filadelfo Mendes Neto, filho de Dedeco Mendes é afilhado de batismo do ex-presidente da República⁸¹.

Após ter sido vereador em três mandatos, tem sua primeira experiência administrativa como secretário de fazenda municipal no primeiro mandato de Manoel Paiva. Convém ressaltar que o mesmo é o pioneiro de sua família no universo da política. Após a saída de Manoel Paiva da prefeitura, Dedeco Mendes concorre sozinho para o executivo municipal em início da década de 1970.

⁷⁹ Oriundo da cidade vizinha de São Bento.

⁸⁰ Durante alguns anos, Araújo Costa foi promotor de justiça em Pinheiro e manteve relações de amizade com as elites econômica e política da cidade.

⁸¹ Gérard Fritz e Jean-Claude Fritz analisaram as relações de compadrio no interior do Nordeste do Brasil em estudo sobre famílias políticas. Segundo os autores, o compadresco é prática comum entre políticos para unirem-se cada vez mais, visando, entre outras benesses, resultados políticos. O compadresco seria um “parentesco simbólico” aonde “os padrinhos ou madrinhas de batismo se encontram assim ligados a seus afilhados mais também entre seus compadres ou comadres”. Dessa forma, na localidade estudada, mais precisamente o interior da Paraíba, “existe um meio mais forte de estabelecer um lugar ‘familiar’ entre dois indivíduos para garantir uma solidariedade entre eles que poderá produzir efeitos políticos” (FRITZ G; FRITZ J, 1992, p. 69).

Seis anos mais tarde, vence a disputa para a Assembleia Legislativa do Maranhão. Nesse ínterim, entre 1966 e 1982, alterna-se nos cargos mais importantes da cidade, o de prefeito, e o de deputado estadual, com o representante da região da Baixada Maranhense, com Manoel Paiva. Ambos dividiam a liderança política regional.

Tabela 10: Mandatos e cargos de Dedeco Mendes

Mandato	Cargo
1955-1958	Vereador
1959-1962	Vereador
1963-1965	Vereador
1966-1969	Secretário de fazenda municipal
1973-1976	Prefeito de Pinheiro
1979-1982	Deputado estadual
1983-1986	Deputado estadual (suplente)

Fonte: Jornal Cidade de Pinheiro

Já na década de 1980, mais precisamente em 1982, os até então aliados divergem no que diz respeito à sucessão municipal. Manoel Paiva lança como candidato Antonio Guterres, empresário conhecido como Sr. Real, enquanto Dedeco Mendes apoia seu genro, o médico Pedro Lobato. Filho de pecuarista na Baixada Maranhense, Pedro Lobato tem em sua origem familiar políticos de nível regional. A cidade de Santa Helena, distante 40km de Pinheiro, era o epicentro da influência política da família Lobato. Na década de 1970, um tio foi prefeito da cidade. A filha deste, Helena Lobato, já foi prefeita da cidade. Vale ressaltar que a agente é casada com José Pavão, que já exerceu o cargo de deputado estadual.

Como exposto, inicia sua vida pública pelas mãos de seu sogro (foi casado com Sandra Mendes⁸²). Antes de ser eleito prefeito de Pinheiro em 1982, foi secretário de saúde do município quando Dedeco Mendes exercia o mandato de prefeito. A eleição de 1982 é marcante na história política local, pois foi a primeira vez desde a ascensão de José Sarney ao governo do Estado e sua consolidação como o principal político do Maranhão que houve uma disputa entre os que detinham os principais postos políticos na cidade. Seu adversário na disputa, apoiado por Manoel Paiva, foi o empresário Antonio Guterres.

⁸² Visando preservar o patrimônio político familiar, algumas famílias casam os primos entre si. Gérard Fritz e Jean-Claude Fritz trabalham a questão em *Les cercles de famille* (1992). Ainda sobre esse ponto, Bourdieu trabalhou a questão em *Les stratégies matrimoniales dans le système des stratégies de reproduction* (1972).

Dessa forma, como as eleições eram conjuntas (tanto para prefeito como para deputado estadual), percebe-se que o pleiteante tinha duplo apoio: de um lado, era o candidato de um ex-prefeito, que já tinha solidificado seu nome no cenário político municipal e estadual; por outro, é membros de uma família de políticos da cidade de Santa Helena. Nesta eleição, além dos recursos provenientes de sua carreira profissional, o peso das relações familiares de ambos os lados foi fundamental para a vitória de Pedro Lobato.

Após um mandato de seis anos, em 1988, a disputa municipal estava entre cinco candidatos: Manoel Paiva, José Erivan, José Genésio, José Ribamar Pereira e Sebastião Martins. O primeiro, além de contar com todo o peso de já ter exercido o cargo de prefeito do município, deputado estadual e de contar com o patrimônio político da família (o qual, naquele momento era seu fiel depositário), teve o apoio do então presidente da república José Sarney. Os outros candidatos apareciam como opções para tentar fazer frente ao candidato de “consenso”, uma vez que havia a possibilidade de José Jorge Leite Soares ser o candidato a prefeito liderado por José Sarney. Matéria veiculada no jornal *Cidade de Pinheiro* de março de 1988 foi assim intitulada: “José Jorge Leite: o melhor candidato”. Já no número seguinte do mesmo periódico, a chamada da principal matéria daquele número foi “Sucessão: candidato é de Sarney”. Atentemos para o fato que os antigos aliados Manoel Paiva e Dedeco Mendes ainda estavam estremecidos pelos fatos ocorridos na eleição de 1982. Assim, justifica-se o título da matéria, uma vez que seria necessária uma coesão entres os pleiteantes que eram aliados do então presidente José Sarney. Aliado a esse fato, surgia com força o candidato José Erivan, como mostra texto extraído da edição do supracitado jornal:

o candidato a prefeito José Erivan Cordeiro é forte concorrente à sucessão do prefeito Pedro Lobato. José Erivan, que sairá candidato pelo PFL, encontra-se em uma situação bastante boa e sua situação melhorou consideravelmente depois da troca de insultos entre os candidatos Maneco Paiva e José Genésio. Zé Erivan, como é mais conhecido pelo povo, já conta com uma larga preferência do eleitorado e hoje já desponta como um forte candidato. Seu nome já está nas ruas, em campanha aberta nos bairros e na zona rural (CIDADE DE PINHEIRO, março de 1988).

O texto que afirmara ser o candidato de escolha de José Sarney passa a ideia de unidade para os beligerantes que outrora eram aliados, sendo salientadas passagens como “sem a união, não haverá consenso, sem entendimento não haverá partido forte e Pinheiro não quer permanecer como uma casa sem pai”, “é fundamental que todos par-

ticipem, esquecendo o passado” ou mesmo “é incrível e admirável, mas, mesmo de longe, o presidente Sarney consegue ter de todos, a ideia da unificação política”. A eleição de 1988 será apresentada com mais detalhes adiante.

Após as disputas internas dentro da facção política liderada naquele momento diretamente pelo ex-presidente José Sarney, Manoel Paiva venceu as eleições municipais pela terceira vez em sua trajetória política. Sua sucessão foi disputada entre dois “herdeiros políticos”: Pedro Lobato e José Jorge. Este último teve familiares que ocuparam cargos eletivos, além dos fortes laços entre os Leite e família Sarney⁸³. A disputa pen- deu para o lado de Pedro Lobato, mais uma vez apoiado por seu sogro, Dedeco Mendes⁸⁴, enquanto José Jorge tinha também o apoio de Manoel Paiva. Já nas eleições de 1996, a disputa centralizou-se entre Filuca Mendes, filho de Dedeco Mendes e José Genésio, que já havia vencido eleições para deputado estadual, mas malgrado êxito em disputas para o executivo municipal anteriormente.

A escolha para o candidato que enfrentaria José Genésio foi disputada entre Filuca Mendes e José Jorge, candidato derrotado em 1992. Em entrevista, afirma ele que seria o “candidato natural”, mas que a escolha de Filuca Mendes impossibilitou uma segunda candidatura:

O Filuca havia sido candidato, tinha perdido [1990 e 1994 para deputado estadual]. Eu já era deputado e tudo mais, tava com mandato e houve um entendimento com o próprio grupo, dentro dos Sarney: vamos manter o deputado, Zé Jorge é deputado, vamos apoiar o Filuca para ser prefeito e posteriormente Filuca pode sair, pode apoiá-lo. Então acabou que o Filuca perdeu a eleição [1996]. Eu seria o candidato natural, mas acabei não obtendo o apoio necessário. O apoio do grupo foi para o Filuca. Então eu não teria como enfrentar novamente onde eu sabia que ia enfrentar uma estrutura de governo (Entrevista com José Jorge).

A escolha de Filuca Mendes em detrimento à uma nova candidatura de José Jorge evidencia o início das tomadas de ações políticas de uma forma mais incisiva no município pela família Mendes. Lembre-se que antes desse período, Manoel Paiva ainda tinha grande peso nas jogadas políticas locais, disputando espaço com a família que, a partir dali, rumava para o domínio político municipal. Mesmo José Jorge sendo um político local, contando com boa parcela de seu eleitorado naquela cidade em eleições para deputado, bem como com o apoio da família Sarney, foi alijado da disputa. O peso do

⁸³ Chico Leite, avô de José Jorge era primo de Araújo Costa, pai de José Sarney.

⁸⁴ Dedeco Mendes e Pedro Lobato venceu a eleição, porém, afastam-se politicamente após a separação judicial de Pedro Lobato da sua filha, Sandra Mendes.

patrimônio político familiar herdado por Filuca Mendes foi decisivo para sua escolha em detrimento a José Jorge.

Após a derrota em 1996 para José Genésio, Filuca Mendes vence a disputa para a prefeitura de Pinheiro em 2000 e 2004. Nesse ínterim (1997-2000) exerceu o cargo de gerente regional⁸⁵ de Pinheiro. Engenheiro civil de formação, atuou como chefe do DNER em Pinheiro no fim da década de 80 e início dos 90.

Após derrotas na tentativa de obter uma vaga na Assembleia Legislativa, vence sua primeira eleição em 2000, tendo como principal adversário José Genésio. À época da campanha, este último enfrentava um processo de cassação de mandato, que foi deferido dois meses antes do término do mesmo. Já na segunda campanha vitoriosa, vence Pedro Lobato, outrora aliado⁸⁶. Após os dois mandatos, apoia aquele que foi seu vice-prefeito pelos oito anos de mandato, José Arlindo, para lhe suceder, que obtém vitória sobre os candidatos Luciano Genésio e Dr. Léo⁸⁷. Em 2009 assume o posto de secretário estadual de Cidade⁸⁸, no governo de Roseana Sarney.

Os oito anos em que foi prefeito municipal proporcionou a Filuca Mendes a condição de líder político da região. Dentre os motivos estavam a saída da vida pública de José Jorge das disputas políticas (esse era o principal nome político de Pinheiro entre aqueles apoiados por José Sarney) e o desgaste da imagem de José Genésio, seu principal adversário político. Em meados do mandato de José Arlindo, este rompe com Filuca Mendes, fazendo com que a disputa ao cargo de prefeito em 2012 fosse entre ambos, tendo a disputa sido vencida pelo último.

Durante o período em que esteve na prefeitura entre 2001 e 2008, Filuca Mendes trabalhou para que fosse possível a eleição de seu filho, Victor Mendes, para o cargo de deputado estadual, no que foi bem sucedido no ano de 2006. Este consegue reeleição em 2010. Atualmente é deputado federal, eleito em 2014. Antes, porém, ocupou o cargo de secretário de Meio Ambiente quando do exercício da ex-governadora Roseana Sarney.

Victor Mendes, advogado, além do curso superior tem uma gama de títulos escolares complementares ao curso de Direito além de vasta experiência na administração

⁸⁵ Cargo criado na administração de Roseana Sarney entre os anos de 1995 e 1998 em diversas regiões do Maranhão.

⁸⁶ Os laços entre Pedro Lobato e a família Mendes foram estreitos enquanto o mesmo foi casado com Sandra Mendes, filha de Dedeco Mendes. Após a separação entre ambos, Pedro Lobato assume a condição de opositorista da família na cidade.

⁸⁷ Sobre a disputa ver mais detalhes em Aragão (2010).

⁸⁸ Medida Provisória de abril de 2009 recria a pasta após Roseana Sarney voltar ao cargo de governadora do Maranhão em 2009.

pública pinheirense, tendo exercido cargos no mandato de seu pai no setor jurídico. Foi o chefe de campanha de seu pai nos anos de 2008 e 2012, tendo coordenado um corpo de profissionais que contava com especialistas da área jurídica, marketing, etc. O quadro a seguir expõe as disputas dos membros da família Mendes após a entrada desta na esfera política:

Tabela 11: Votação da família Mendes em eleições⁸⁹

Candidato	Ano	Cargo pretendido	Situação
Dedeco Mendes	1955	Vereador	Eleito
Dedeco Mendes	1959	Vereador	Eleito
Dedeco Mendes	1965	Vereador	Eleito
Dedeco Mendes	1973	Prefeito	Eleito
Dedeco Mendes	1976	Dep. estadual	Eleito
Dedeco Mendes	1982	Dep. estadual	Suplente
Filuca Mendes	1990	Dep. estadual	Suplente
Filuca Mendes	1994	Dep. estadual	Suplente
Filuca Mendes	1996	Prefeito	Não-eleito
Filuca Mendes	2000	Prefeito	Eleito
Filuca Mendes	2004	Prefeito	Eleito
Victor Mendes	2006	Dep. estadual	Eleito
Victor Mendes	2010	Dep. estadual	Eleito
Filuca Mendes	2012	Prefeito	Eleito
Victor Mendes	2014	Dep. Federal	Eleito

Fonte: TSE e Jornal Cidade de Pinheiro

As falas a seguir, de Filuca Mendes e de seu filho, Victor Mendes, dão uma medida de como os mesmos aprendem o *metiér* político no convívio familiar:

quando eu nasci papai era vereador, foi candidato, eu me lembro de eu fazendo comida pra vereador, eu era criança [...] Eu me lembro muito bem que eu criança já ficava batendo naqueles tachos de cobre, com oito anos, dez anos, já fazia comida, em 64, 65, quando teve essa eleição de Sarney, eu me lembro muito bem que eu era um moleque batendo carne de porco que era uma coisa que faziam muito na época. Então daí veio, eu sempre fui assim um herdeiro e na política sempre tem um negócio interessante. Eu to vendo, em todo lugar a gente vê: o filho de médico procura ser médico; o filho de advogado a tendência é ser advogado, por que quando ele nasce naquilo, se envolve com aquilo, naquele dia a dia, ele procura, ele adquire conhecimento naquele meio. É muito mais fácil ele desenvolver onde ele tá no meio do que num outro meio totalmente estranho. E eu, talvez por ter sido o filho homem mais velho e ter me envolvido muito com toda essa parte, vamos dizer inicial, que

⁸⁹ As eleições do quadro levam em conta apenas aquelas onde um representante da família foi o candidato. Extrapolando essa perspectiva e considerando os pleitos onde os Mendes apoiaram um candidato, contabiliza-se também as eleições de 1982, 1992 e 2008, todas para o executivo municipal, nas quais a família Mendes vence em todas as ocasiões através de seus representantes Pedro Lobato (nas duas primeiras) e José Arlindo (mais recentemente).

vai desde o comer até o planejamento de uma eleição onde papai deixou de ser liderado e passou a ser líder, me deu essa vontade de exercitar a política (Entrevista com Filuca Mendes)

acompanhando sempre a luta do meu pai que começou na política e aprendi a gostar e conviver nesse meio. Hoje eu tenho a política como opção, não como uma profissão, eu faço política porque eu gosto, porque eu me identifico, porque eu acredito que hoje ela é um sacerdócio ser político, não é fácil, não é 'ah, eu quero ser político' e pronto. Então eu vivi toda minha infância com isso e hoje aprendi a gostar [...] o que eu via todo dia, era aquilo que eu presenciava e acabei assimilando. Acabei me envolvendo, aí vieram as campanhas municipais e eu sempre estava presente, desde os meus dezesseis anos, catorze, o que eu podia fazer era carregar uma bandeira, colar uma adesivo ou então colar um cartaz eu fazia. E aí, foi tomando uma proporção maior, a gente foi se envolvendo, foi participando e culminou aí na eleição de deputado estadual (Entrevista com Victor Mendes)

Mesmo que ambos afirmem que escolheram a carreira política, suas falas mostram que os mesmos foram impelidos para o espaço político. O primeiro é o mais velho dentre os homens em sua linhagem. O segundo é o primogênito (e único homem) dos três filhos de Filuca Mendes. A participação em pleitos de qualquer forma que fosse, como afirmado pelos dois, fez parte da formação deles enquanto políticos e herdeiros do legado da família Mendes. Interessante notar que atualmente ambos dividem a liderança política em nível local, já que Filuca Mendes é o prefeito de Pinheiro e Victor Mendes em nível regional, deputado estadual em duas oportunidades, secretário estadual de meio ambiente e atualmente deputado federal.

Convém destacar que a família em questão possui outros membros que tem destaque em outras esferas sociais no município: **Sandra Mendes**, é uma das principais mantenedoras da Associação Pinheirense de Letras, Artes e Ciências (APLAC) e exerceu o cargo de diretora do hospital municipal Antenor Abreu em um mandato de seu irmão Filuca Mendes; **Décio Mendes**, empresário, é representante da Companhia de Bebidas das Américas (AMBEV) no município e região; **Márcio Mendes**, empresário possui postos de gasolina na cidade; **Marize Mendes** é assessora da câmara de vereadores e já exerceu o cargo de gerente regional de Pinheiro nos anos 2000; **Sílvio Mendes**, empresário, administra uma gráfica de propriedade da família. Os postos ocupados pelos membros da família evidenciam que a mesma detém não apenas na esfera política, mas também em outros⁹⁰, sobretudo no comercial.

⁹⁰ Maria Antónia de Lima estudou famílias em Portugal enquanto empresas, no sentido que os membros participam de diversas esferas, construindo e gerindo capitais de diferentes tipos, tais como econômico, político, social, etc., bem como as relações entre os próprios membros das famílias (2002).

Dois políticos estabelecem-se em Pinheiro em meados da década de 1980, porém, sem serem herdeiros consanguíneos das famílias locais: Pedro Lobato e José Genésio. Ambos são nascidos em cidades vizinhas, respectivamente Santa Helena e São Bento. O primeiro adentra o universo político através de seu sogro, Dedeco Mendes, que lhe confere a secretaria de saúde do município antes de lhe lançar como candidato a prefeito em 1982. José Genésio, por sua vez, apresenta-se ao eleitorado enquanto alternativa oposicionista aos Mendes e aos Paiva, no que obtém sucesso e, assim, estabelece-se enquanto uma força política local. Ambos saem da condição de outsiders para a de estabelecidos.

3.3. As eleições de 1988 e 2008

As eleições municipais são momentos ímpares em se tratando de disputas políticas. São aquelas nas quais o eleitor mais tem contato com os candidatos, dada a proximidade espacial entre eles⁹¹. Ao trabalhar o domínio de um político em um estado, vêm as questões: qual a influência do mesmo sobre um município em específico? Um político de importância nacional, que já exerceu o maior cargo político do país se preocupa com uma eleição municipal? E se esse município for onde o mesmo nasceu? A influência aconteceu em todas as eleições? Para tentar responder essas questões, elencam-se dois pleitos em específico: 1988 e 2008. Os mesmos foram escolhidos por terem características em comum, por terem sido eleições atípicas no sentido de terem mais participantes com força política que em outras oportunidades e por terem candidatos que, apesar de serem iguais, aos olhos dos que fazem a política local, eram diferentes.

Um dos principais políticos que dá sustentação ao que é proposto nesta tese é José Jorge Leite Soares. Nascido em Pinheiro, o mesmo é oriundo de uma família de políticos da cidade e, durante as décadas de 1980 e 1990, participou ativamente dos jogos políticos, não apenas em âmbito municipal, como também em nível estadual. O mesmo teve seu perfil sociopolítico abordado em estudo anterior (ARAGÃO, 2010), porém, faz-se necessário um breve apontamento sobre o mesmo, que será acrescido de análises do jornal *Cidade de Pinheiro* do ano de 1988, quando José Jorge esteve envolvido na disputa para a prefeitura da cidade. O ano não foi escolhido de forma aleatória: esta foi a única eleição municipal disputada enquanto José Sarney esteve na presidência da re-

⁹¹ PALMEIRA (2006).

pública. Assim, poder-se-á ter uma perspectiva se o ex-presidente exercia influência direta ou não na política em nível local.

A família Leite, antes de José Jorge, viu dois de seus membros envolvidos com a esfera política, seu avô, Chico Leite, que exerceu o cargo de vice-prefeito e um tio que obteve vaga na Assembleia Legislativa estadual, Jurandy Leite. De todos os políticos que foram alvo de análise em algum estudo sobre a política pinheirense, José Jorge é aquele com maior capital social. É engenheiro mecânico formado pela Universidade de Brasília, com duas especializações (conservação de energia e gestão de políticas públicas), ambas pela Fundação Getúlio Vargas. Seus estudos foram iniciados em Pinheiro, no Colégio Pinheirense, a maior instituição privada da cidade, mantida por padres italianos, de onde saiu aos 15 anos para entrar no antigo segundo grau (atualmente ensino médio). Essa mudança foi possível pela favorável condição financeira na região. Atente-se que, a maioria dos políticos do interior do Maranhão mandavam seus filhos estudarem em São Luís. José Jorge vai diretamente para a capital federal.

Sua carreira profissional antes de adentrar a esfera política tem como destaque a Universidade Federal de Pernambuco, onde atuou como professor do curso de Engenharia, cargo executivo em empresas de engenharia do Rio de Janeiro e na Companhia Energética do Maranhão (CEMAR), sendo uma delas durante o período em que José Sarney foi presidente e seu filho, Fernando Sarney, era presidente da empresa. Após esse percurso, sente-se impelido a pleitear posições políticas⁹². Segundo o mesmo, a vontade surgiu ao entrar em contato com prefeitos e vereadores do interior do estado (nesse momento, o mesmo exercia cargo de liderança no projeto de interiorização de energia elétrica), que lhe procuravam pedindo melhorias estruturais para suas cidades:

eu percebi que Pinheiro crescia mas não existia nada coordenado, nada planejado. Então eu me propus a fazer esse movimento. Sei que não tinha experiência nenhuma e talvez pela inexperiência cheguei na tentativa de colocar uma cunha entre a oposição, que não fazia nada, só reclamava, e também ao próprio poder instituído lá naquela época já era sinalizado por Dedeco e Maneco. E do outro lado era Zé Genésio, que fazia oposição, que já era depu-

⁹² Apesar de dois parentes terem exercido cargos públicos e de ter sido criado em um ambiente propício para o interesse pelas coisas da política, José Jorge afirmou em entrevista que tinha repulsa pelo ambiente político e que não tinha interesse, até aquele momento, de aventura-se em pleitos políticos. Em nenhum momento, porém, essa repulsão é vista, nem em textos do mesmo nem em jornais da época. Le Bart diz que o herdeiro é visto de forma natural e que, se o mesmo decidir não aventurar-se na política, deve expor tal decisão e não somente ausentar-se dela: “O herdeiro é um cidadão por quem a questão da ambição política se coloca explicitamente, naturalmente, o que constitui já uma ruptura fundamental com relação ao homem comum. O herdeiro pode recusar a carreira política, evidentemente, mas não pode se esquivar da escolha que essa recusa constitui. Ele não é jamais um apolítico natural” (p. 189).

tado, questionava muito isso, mas também sem nenhuma formação técnica e não tinha nenhuma condição de fazer um trabalho como mostrou posteriormente quando se elegeu e foi uma incompetência total. Porém tentei colocar meu nome e talvez por não ter a habilidade necessária para costurar essas alianças, eu acabei não logrando êxito (Entrevista com José Jorge em 2008).

Diferente de todos os outros políticos estados em nível municipal, José Jorge é aquele que participa de diversos círculos sociais intelectuais. Uma das possíveis explicações é o contato com diferentes círculos em Brasília e no Rio de Janeiro, onde é membro de clubes de engenharia, além de cônsul honorário da França no Maranhão e ocupante de cadeira na Academia Pinheirense de Letras, Artes e Ciência. É autor de diversas obras sobre a cidade de Pinheiro, seja na condição de autor (SOARES, 2006; SOARES, 2012) ou organizador (ABREU⁹³, 2006; VIVEIROS⁹⁴, 2007).

Antes de entrar na questão da eleição de 1988, destaco a trajetória política de José Jorge após aquele momento, que foi a primeira vez que o mesmo se aventurou em pleitos políticos, mesmo que não tenha sido candidato, situação que será explanada mais adiante. Em 1992, pela primeira vez o engenheiro se lança candidato, pleiteando o cargo de prefeito de Pinheiro. Teve como principal apoiador o então prefeito da cidade, Manoel Paiva (que exercia o cargo pela terceira vez, além de ter sido deputado estadual em duas oportunidades). Seu adversário era Pedro Lobato, que já tinha sido prefeito da cidade uma vez e era apoiado por seu sogro, Filadelfo Mendes Filho (tal como Manoel Paiva, ambos da mesma geração, foi deputado estadual). Nessa primeira experiência de fato, não obteve êxito. Importante destacar que nessa eleição José Sarney não teve a participação que teve em 1988 e que o jogo político local não sofreu influência do, à época, senador da república pelo estado do Amapá.

Dois anos mais tarde, candidatou-se ao cargo de deputado estadual, obtendo uma das vagas. Tentou reeleição em 1998, mas acabou na condição de suplente, assumindo vaga em 2001. No ano seguinte, mais uma vez candidata-se para o cargo em que estava, porém, não consegue eleição direta. Foi a última vez que José Jorge participou de uma eleição na condição de candidato. Entretanto, exerceu cargos de confiança na administração pública entre os anos de 2003 e 2004, quando a então governadora Roseana Sar-

⁹³ Ex-prefeito de Pinheiro, que publicava crônicas sobre as coisas da cidade no jornal *Cidade de Pinheiro*.

⁹⁴ Historiador maranhense da primeira metade do século XX, conhecido como um dos principais do estado. Escreveu um dos clássicos da historiografia maranhense, *Quadros da vida maranhense*, que serviu de inspiração para obras sobre Pinheiro. Os capítulos do livro foram lançados semanalmente no jornal *Cidade de Pinheiro* um ano antes do centenário da cidade, em 1956, e seria publicado em forma de livro, porém, a mesma não aconteceu à época. Foi esse trabalho de organização que José Jorge fez poucos anos antes do aniversário de 150 do município.

ney criou secretarias regionais de desenvolvimento. O político em questão assumiu o cargo nas cidades de Pinheiro e, posteriormente, em Rosário.

Voltando ao ano de 1988, José Jorge seria o preferido de boa parte dos políticos locais para ser o candidato de consenso entre aqueles que dominavam os postos políticos municipais, ou seja, Manoel Paiva e Dedeco Mendes, que tinham a primazia local desde o início da década de 1970. As disputas ficavam restritas a eles ou seus aliados, uma vez que a oposição local era quase inexistente, passando a ganhar corpo com a ascensão de José Genésio, único político de fora do círculo de influência dos Mendes e Paiva que ameaçou a configuração que estava posta. Ele é, até hoje, o único que venceu uma eleição em Pinheiro sem apoio de José Sarney ou de uma família de políticos já estabelecida na cidade, em 1996, quando derrotou Filuca Mendes em disputa pela prefeitura. Nascido na cidade de São Bento (vizinha a Pinheiro 40km), foi criado em Pinheiro após a ida dos pais para esse município. Filho de pai sapateiro e mãe dona de casa, formou-se em administração de empresas. Atualmente possui uma retransmissora de televisão, vinculada a TV Bandeirantes, onde são produzidos programas locais. Surge para a política em um momento de transição (meados da década de 1980), onde nem a família Mendes, tampouco a Paiva tinha um herdeiro consanguíneo para assumir o legado político de seus ascendentes (Manoel Paiva ainda era candidato em pleitos, enquanto Dedeco Mendes apoiava seu genro, Pedro Lobato). Neste vácuo, José Genésio surge enquanto uma “alternativa”, segundo o mesmo, para a população.

Sua primeira participação em pleitos acontece no ano de 1986, obtendo uma suplência na Assembleia Legislativa do estado, repetindo o feito em 1990 e conseguindo eleição direta em 1994. O sucesso em pleitos para o legislativo possibilitou que o mesmo se arriscasse em eleições municipais em Pinheiro, não obtendo sucesso em 1988 e 1992, vindo a sagrar-se vitorioso em 1996, quando derrota Filuca Mendes. Tais sucessos condicionam-no enquanto uma liderança na região de Baixada Maranhense, possibilitando um acúmulo de capital político. Entretanto, em 2000, antes do término de seu mandato, é cassado do mandato de prefeito, mas ainda consegue candidatar-se a reeleição, em que acaba derrotado por Filuca Mendes. A última vez em que participou de um pleito foi em 2002 tentando vaga no cargo de deputado estadual, não alcançando eleição direta, ficando na suplência.

No ano de 2004, pela primeira vez desde sua entrada no universo político pinheirense, a família Genésio não tem representante em pleito. No entanto, fez-se representar na eleição através do apoio ao candidato Pedro Lobato, ex-cunhado do seu adversário,

Filuca Mendes, com quem disputa a eleição no ano em questão. A partir de então, as duas famílias (Genésio e Lobato) mantêm alianças políticas, sendo o apoio mais explícito em disputas pelo executivo municipal evidenciado em 2008, onde Luciano Genésio teve como candidato a vice-prefeito, Frederico Lobato, sobrinho de Pedro Lobato. Atualmente, a parceria entre as famílias é considerada a oposição aos Mendes em Pinheiro.

Até o começo da década de 1990, José Genésio ainda não tinha decidido ser oposição aos políticos estabelecidos na cidade. Era deputado, tendo assumido após dois eleitos terem sido chamados para secretarias de governo e já tinha um capital político considerável, mas, levando-se em conta apenas a configuração local, ainda não era a oposição à família Mendes e seus aliados como ficou claro a partir da década de 1990. Artigo do dia 29 de maio de 1988, onde José Genésio inaugura um posto de saúde é celebrado pelo jornal. Mais um indicativo de que, até aqui, o mesmo não era um adversário político como passou a ser pouco tempo depois.

Em pesquisa feita no jornal *Cidade de Pinheiro*⁹⁵ nas edições das décadas de 1970 e 1980, percebe-se que são recorrentes as matérias que se referiam a José Jorge como um nome que poderia ser alçado a condição de prefeito da cidade. Enquanto o mesmo esteve morando em Brasília, Rio de Janeiro, Recife ou São Luís, ia a sua cidade natal com certa frequência, passagens essas que eram sempre retratadas pelas linhas do jornal, fossem apenas para informar que o mesmo estava na cidade, fosse para lembrar aos pinheirense que um dos seus filhos era alguém muito capacitado e preparado.

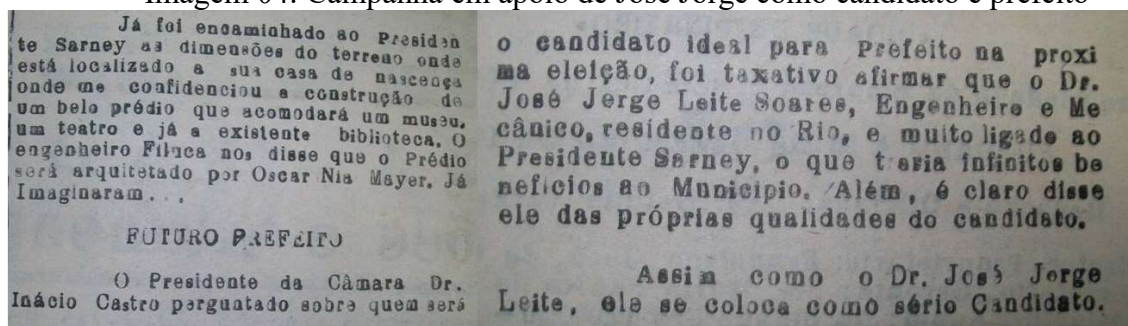
Imagem 03: Divulgação da passagem de José Jorge por Pinheiro



Fonte: Cidade de Pinheiro

⁹⁵ Convém destacar que o jornal pertencia a Francisco Castro Gomes (Sr. Chiquinho) até seu falecimento em XXXX e que o mesmo sempre foi aliado dos Mendes em Pinheiro. Nesse ponto do texto, ele será a principal fonte de informações, tendo o cuidado de levar em conta que o mesmo estava envolvido no jogo político sendo o representante midiático de candidaturas durante o processo, bem como para desqualificar adversários dos candidatos apoiados por seus mantenedores.

Imagem 04: Campanha em apoio de José Jorge como candidato e prefeito



Fonte: Cidade de Pinheiro

Durante todo o ano de 1988, o jornal teve como foco as eleições municipais. Em um primeiro momento, destacava ser José Jorge a melhor opção para a cidade; posteriormente, ressaltava as incertezas sobre as eleições, uma vez que a Assembleia Constituinte ainda decidia se o mandato dos prefeitos seria prolongado em dois anos; por fim, o periódico foi usado como representante da candidatura de Manoel Paiva, após a confirmação do mesmo como o candidato de José Sarney. Esse é o ponto chave sobre tal eleição: pelo pesquisado, a eleição de 1988 é única na história política local em que José Sarney precisa intervir de forma direta. Entre os motivos para tal atitude, encontram-se o surgimento de um novo personagem, José Genésio. Se o mesmo não era adversário, ainda não era um aliado, como diz matéria do *Cidade de Pinheiro*, onde o mesmo afirmava que só faria aliança com José Jorge. Um segundo motivo que está fortemente ligado ao primeiro é a falta de unidade entre aqueles que sempre dominaram os postos políticos locais. Em entrevistas realizadas com Manoel Paiva e Dedeco Mendes, ambos deixam claro que havia um ressentimento entre ambos. Até o presente momento, não foi possível descobrir o motivo de tal discórdia, que aconteceu no início da década de 1980. A hipótese mais provável é a quebra de um acordo que os dois tinham de indicar seus nomes para a prefeitura de Pinheiro nas eleições municipais. Em 1982, a “vez” seria de Dedeco Mendes, mas Manoel Paiva não aceitava o nome indicado, Pedro Lobato, genro de Mendes. Cada um lança um nome e Lobato vende Antonio Guterres, empresário, indicado por Paiva.

A última edição do jornal de 1987 trazia matéria intitulada “A melhor opção”:

O ano que antecede 88 foi marcado por muitas conversas, muito disse me disse, mas nada de concreto foi definido. As ideias se divergem e **os políticos não chegam a conclusão nenhuma**. A Constituinte sem uma data para definição de temas importantes como fixação do mandato de vereadores, prefei-

tos e presidente da República, continua com um saco de gato e deixam em suspense e ninguém se arrisca a nada. **A melhor conclusão chegada em Pinheiro em termo político quanto aos candidatos foi a de que José Jorge continua sendo a melhor opção por uma série de fatores que o povo já conhece.** Nos últimos anos o povo de Pinheiro aprendeu muito, politizou-se e cresceu politicamente. **E note-se que não cometerá os mesmos erros do passado.** Principalmente já acreditam querer um administrador de competência para administrar as coisas públicas de Pinheiro. **Visto os exemplos até hoje terem sido decepcionantes. O passado já se conhece e não deixa saudade, mesmo porque é passado e voltar atrás é muito ruim.** A famosa política do remédio sem o posto de saúde e a assistência médica já foi esquecida e quem ainda pensa em convencer adotando esse tipo, está redondamente enganado. A política de tapas nas costas e de compadre já não deixa nenhuma perspectiva. É esse o melhor ponto, o povo aprendeu apanhando e olha que apanhou bastante e hoje quer ver ação, trabalho, competência, desprendimento para arregaçar as mangas e sair a campo não só em época de campanha, mas em todos os dias e anos, e não ficar em gabinetes ou residindo em São Luís. **A opinião é unânime de que José Jorge depois de muitos anos afastado de Pinheiro não perde, pelo contrário, tem muito aprendido fora e poderá trazer para Pinheiro.** E é acreditando em um profissional conhecido pela sua competência de 3º grau que o povo de Pinheiro o aguarda esperando não cometer os mesmos erros do passado (Jornal Cidade de Pinheiro, 25 de dezembro de 1987. Grifos meus).

A passagem é salutar no sentido que expõe diversos aspectos trabalhados aqui, sendo os dois principais as veladas críticas feitas a Manoel Paiva e o apoio a José Jorge na condição de “pré-candidato” à prefeitura de Pinheiro. Até aquele momento, haviam conversas sobre quem seria o candidato, porém, o líder político da cidade no momento, Dedeco Mendes, preferia o engenheiro. Lembre-se que o prefeito à época havia sido indicação sua⁹⁶. Ressalte-se na passagem a questão do preparo. Aciona-se a competência de José Jorge fazendo referência a seus títulos escolares, uma vez que ter o ensino superior em meados da década de 1980 era algo muito raro para político do interior do Maranhão. O fato do mesmo ter se ausentado por muito tempo da cidade foi encarado de forma positiva, onde o mesmo esteve se capacitando e que seus estudos ajudariam o candidato, caso eleito fosse.

Com o passar do ano, outros políticos se posicionaram com relação a candidaturas. Em março haviam, segundo o *Cidade de Pinheiro*, sete candidatos, dentre os quais José Jorge, José Genésio e Manoel Paiva. Sobre o último primeiro, a matéria referente ao pleito dizia: “tem a simpatia da família Sarney”; com relação ao então suplente de deputado, assim se referia: “José Genésio tem conversado com Zé Jorge e poderá sair

⁹⁶ Na mesma edição, encontra-se matéria afirmando que o candidato seria de consenso, ou seja, percebe-se a clara intenção de manter uma união no seio político, sob a liderança do então presidente José Sarney: “Chega de brigas, de desavenças. Durante todos esses anos, Pinheiro tem se desgastado politicamente e tem perdido muito com isso. Aproveitando a estada do Presidente Sarney, que sempre participou da vida política de Pinheiro, deveremos aproveitar para acertar as aristas. É hora de união de todos mobilizarem esforços para darem a esta terra o que ela realmente merece”.

das conversas um acordo. Recentemente, o deputado esteve em Brasília pedindo o apoio do presidente e de Sarney Filho [...] Só com Zé Jorge fará algum tipo de acordo, garantiu Zé Genésio”⁹⁷; já com relação a Manoel Paiva, assim se expressava: “só um fenômeno não o impedirá de ser o candidato mais forte. No entanto, sua situação é complicada, já que não tem o apoio da família Sarney” (Cidade de Pinheiro, 1988).

As passagens reforçam a ideia de que José Sarney seria o fiel da balança em caso de continuidade na indecisão com relação a quem iria ser o principal candidato da coalizão que dominava politicamente a cidade à época. Se outrora o jogo era previsível para seus participantes, naquele momento, com sete candidatos no pleito, sendo um deles deputado estadual sem vínculos mais fortes com os estabelecidos⁹⁸, os riscos eram muito maiores. Daí várias matérias naquele ano ressaltando a união entre os membros e reforçando a ideia de que o candidato seria decidido por José Sarney.

A edição de 19 de março, trás diversas matérias sobre o tema eleição. A chamada de capa afirma que “Candidato é de Sarney” e destaca a importância de que o futuro prefeito estivesse alinhado com o então presidente:

Todos sem exceção concordam que deva a sucessão ser comandada pela família do presidente. Indiscutível é a vontade do povo de dar em reconhecimento o seu voto, por **quem de tudo tem feito por Pinheiro**. A vontade é da união, para formar uma força política que atenda os anseios da população e não interesses pessoais. Sem a união, não haverá consenso. Sem o entendimento não haverá partido forte e **Pinheiro não quer permanecer como uma casa sem pai** (Cidade de Pinheiro, 1988. Grifos meus).

Após a confirmação que Manoel Paiva seria o candidato escolhido por José Sarney, em texto do dia 22 de maio, percebe-se a ideia de que o mesmo seria o grande benfeitor da cidade e que isso não poderia ser contestado com uma candidatura que não fosse abalizada por ele. Mesmo que não fosse o candidato que a maioria dos que controlavam os postos políticos na cidade no momento, aceitar a indicação era o mais sensato, segundo os eles:

97 Em matéria do dia 19 de março intitulada “Genésio desmente informações levianas de Maneco Paiva”, o então deputado afirma ao jornal que não faria aliança com Manoel Paiva. O trecho a seguir não cita o nome de José Jorge, mas presume-se que o possível aliado seria ele: “O deputado afirmou que nunca pertenceu ao grupo político do Sr. Manoel Paiva, tendo em vista que esse cidadão já está totalmente ultrapassado politicamente e Pinheiro precisa de coisa melhor. José Genésio explicou que realmente recebeu um convite para conversar sobre sucessão municipal, mas isso não implica em acordo político, e que jamais ajudaria a eleger um político superado, que ainda usa métodos de campanha baseado na intriga e na levandade de informações”.

98 Elias, 2000.

O presidente do PFL confirmou como candidato oficial do partido o Sr. Manoel Maria Soares Paiva, que tem também a preferência do presidente. Dos 46 membros do diretório com direito a voto na convenção do partido, 38 já se manifestaram a favor da candidatura de Maneco, faltando colher a assinatura do restante. **A opinião da grande maioria dos membros do partido é de que não se pode negar o apoio ao candidato do presidente Sarney, a quem Pinheiro deve tudo que possui.** Com a decisão, o partido começará a trabalhar a candidato o Sr. Maneco, que vem lutando para o consenso da classe política de Pinheiro e que daria a nossa cidade a candidatura única com a preferência de todos, inclusive do filho mais ilustre, o presidente José Sarney (Cidade de Pinheiro, 1988).

Percebamos que o diretório municipal do PFL muda radicalmente de opinião com relação ao candidato assim que José Sarney indica Manoel Paiva como seu candidato. Dois meses antes, sua grande maioria repudiou sua candidatura à prefeitura de Pinheiro. A citação abaixo destaca que nenhuma posição unilateral será tomada com relação à indicação do candidato “de consenso”, mesmo que em todas as edições anteriores⁹⁹ tenha-se ressaltado de forma insistente que o nome seria indicado por José Sarney.

1) Manifestamos total repúdio a indicação feita pelo senhor Deputado João Jorge Pavão do senhor Manoel Paiva como candidato do PFL a prefeito municipal de Pinheiro; 2) o cidadão acima, proposto a candidato, em nenhuma instância teve o nosso apoio na empreitada a que se propõe; 3) não foi de forma alguma, outorgado ao senhor deputado Pavão o direito de em nosso nome divulgar ou contestar tendências políticas afeitas a nós; 4) todo e qualquer apoio a candidatos, que venhamos a dar, **deverá ter respaldo das lideranças locais e não serão admitidas indicações de cunho unilateral de quem quer que seja**; 5) acima de tudo, estamos prontos para a discussão de problemas ligados à sucessão, todavia, deveremos ser escutados quando da tomada de decisões desse nível. Pinheiro, 15 de março de 1988 (Cidade de Pinheiro, 1988. Grifos meus).

Ainda sobre as decisões do diretório municipal do PFL, chamam atenção matérias do jornal *Cidade de Pinheiro* do dia 9 de julho, nas quais há uma clara tentativa de mostrar ao (e)leitor um clima de calma e tranquilidade entre os políticos em torno da candidatura de Manoel Paiva. Enquanto a matéria *Reunião histórica – PFL reúne sua executiva* afirma que “O sr. Dedeco explicou a todos as vantagens da coligação que não estava sendo aceita por alguns vereadores. O candidato a prefeito Maneco também mostrou a todos o desejo de união e que ajudaria o partido. No final a opinião foi unanime

⁹⁹ Ainda nesta edição, duas matérias chamam a atenção: a primeira (*Dedeco Mendes chamado à Brasília*) ao noticiar que o presidente municipal do PFL, Dedeco Mendes foi a Brasília se encontrar com José Sarney para discutir a sucessão municipal em Pinheiro e a segunda (*Candidatos em desespero*) que afirma que José Sarney mandaria seu filho, o então deputado federal Sarney Filho a Pinheiro para se interar dos acontecimentos políticos locais para, assim, tomar sua decisão.

pela coligação e urgência em coloca o time nas ruas”, o texto de título *Situação política calma em Pinheiro* destaca o papel de líder de Dedeco Mendes, ao articular com o partido a tranquilidade necessária para a campanha que se iniciaria em breve:

Hoje sabe-se porque **o presidente Sarney convidou o deputado Dedeco Mendes, para participar novamente da sucessão de Pinheiro**. Três vezes vereador, uma vez prefeito e duas vezes deputado, o sr. Dedeco acumulou ao longo desse tempo, uma experiência invejável que dá a ele a segurança de saber com tranquilidade, sem zoadas e com muita paciência (dom dos mestres), ajeitar situações que para muitos sem solução. Uma situação que se não o tivesse, imaginamos estar hoje com muitas brigas, que a medo de outras, fez Pinheiro perder muito. Um exemplo disse foi a reunião da executiva do PFL esta semana, onde imaginava-se desacordos e brigas. Sob o comando e liderança do sr. Dedeco tudo foi transformado em conversas e na busca de soluções. Assim tem-se a esperança que o presidente Sarney possa ter com sua terra uma situação de conciliação e um dos responsáveis por isso é o sr. Dedeco Mendes (Cidade de Pinheiro, 1988).

O trecho e toda a explanação até aqui dos embates sobre a eleições em 1988 nos dá a ideia que Dedeco Mendes precisou abrir mão de sua indicação em prol da decisão de José Sarney. Durante a pesquisa, não foi possível elencar os ganhos de forma clara. Dessa forma, supomos que, dentre os motivos, estejam o apoio em eleições futuras para seu filho, Filadelfo Mendes Neto (Filuca Mendes). Esse inicia sua trajetória política na condição de candidato em 1990, buscando vaga na Assembleia Legislativa, o que não aconteceu, ficando como suplente. O apoio, porém, aconteceu em todas as eleições que o agente participou daí em diante. Vale lembrar que Filuca Mendes é afilhado de batismo de José Sarney.

Sobre as eleições de 1988, destaca-se ainda que, mesmo com todo o mantra que o candidato seria de Sarney, que era preciso união entre os beligerantes dentro da própria facção¹⁰⁰, o então presidente não esteve presente no município durante a campanha. Em visita ao município de Alcântara (as cidades se distanciam em pouco mais de 100 km), José Sarney esteve em comitiva com o então governador do estado, Eptácio Cafeteira, com quem inaugurou obras e foi recebido por uma comitiva de políticos de Pinheiro, dentre eles o prefeito Pedro Lobato, vereadores e o candidato, Manoel Paiva. Em entrevista ao jornal, afirmou que, como presidente, não poderia fazer campanha em qualquer município, mas que apoiava Paiva:

¹⁰⁰ Segundo Beatriz Heredia (2006), os confrontos internos são mais viscerais que aqueles que acontecem durante o processo eleitoral propriamente, entre candidaturas. A disputa para ter a primazia de ser candidato é mais forte, segundo a autora.

Maneco tem méritos para voltar a ser novamente prefeito de Pinheiro, fez muita coisa pela cidade como todos sabem e agora que ele se candidata eu acho que o povo de Pinheiro naturalmente saberá julgar de novo os seus méritos. Como presidente da república, evidentemente não posso participar de campanhas municipais, mas o que eu desejo é que minha terra tenha um prefeito que possa realmente continuar a trabalhar pelo engrandecimento e resolvendo os problemas da cidade. E que seja Maneco (Cidade de Pinheiro, 1988).

Sobre José Jorge, após as eleições¹⁰¹ e os imbróglios políticos em 1988, ainda foi mencionado algumas vezes no matutino local, como por exemplo, em ação de distribuição de leite para crianças carente. O fato de José Jorge estar exposto nas páginas dos jornais, ir à cidade em algumas oportunidades e ser oriundo de uma família com membros que ocuparam postos políticos marca uma diferença singular com relação a outro pleiteante ao cargo de prefeito de Pinheiro, porém, vinte anos depois, na qual teve seu nome envolvido na disputa. Ele seria o preferido de José Sarney. Porém, Filuca Mendes preferia seu vice-prefeito, José Arlindo, que saiu vitorioso na disputa. Tendo como fonte a entrevista feita com o último, alguns contatos foram feitos para viabilizar seu nome como o candidato dos Mendes, que nesse momento já detinham poder suficiente para decidir quem seria o candidato, uma vez que não havia poucos riscos de uma derrota.

Dessa forma, a configuração para a eleição de 2008, transcorrida sem nenhuma interferência de membros da família Sarney¹⁰², contou com três candidatos: o próprio José Arlindo, representante da família Mendes; Luciano Genésio, filho de José Genésio; Leonaldson Castro (Dr. Léo), que, assim, como José Jorge, sai de Pinheiro na adolescência para completar seus estudos, primeiramente em São Luís e posteriormente no Rio de Janeiro. Em 2008, diferente de 1988, o clima era de total segurança por parte dos Mendes, no que tange à hegemonia política municipal e regional, uma vez que o filho de Filuca Mendes, Victor Mendes, havia sido eleito deputado estadual dois anos antes com o apoio de diversos prefeitos de cidades próximas.

José Arlindo, nascido em Pinheiro, foi vice-prefeito da cidade por oito anos (2001-2008) nos dois mandatos de Filuca Mendes. Filho de música e doméstica, foi pescador antes de adentrar a esfera política. A profissão o levou a candidatar-se ao cargo de vereador na analisada eleição de 1988, não tendo êxito. Em 2000, na condição de presidente da colônia de pescadores local, iria se candidatar novamente para o cargo de

¹⁰¹ Manoel Paiva saiu vencedor com 6713 votos contra 5808 de José Erivam (2º) e 5803 de José Genésio (3º).

¹⁰² Exceção feita à gravação de um programa eleitoral com a participação de Sarney Filho, deputado federal à época.

vereador, porém, aceita o convite para ser membro na chapa encabeçada por Filuca Mendes. Tem três cursos superiores: Geografia (Universidade Estadual do Maranhão), Ensino Religioso (Faculdade Assembleiana de Ensino Religioso) e Direito (Faculdade Santa Terezinha). Todos os cursos foram obtidos após o ano de 1988. Em entrevista, sobre a experiência de 1988, afirma que “foi gratificante eu ver que naquele momento eu não estava preparado para exercer nenhum tipo de cargo dessa magnitude, então a partir daí eu comecei a me preparar e uma das metas que eu tracei foi uma formação superior” (José Arlindo, entrevista em 2008).

Luciano Genésio¹⁰³, filho de José Genésio e Graça Soares, médica pediatra, nasceu em São Luís e é formado em administração de empresas (Centro Universitário do Maranhão), sempre morou na capital do estado, fazendo todo seu percurso escolar ali. Assume a condição de herdeiro do legado político de seu pai em meados de 2000, porém, até o presente momento, não obteve êxito em nenhuma eleição que tenha concorrido, seja para prefeito de Pinheiro (2008), vice-prefeito¹⁰⁴ (2012) e deputado estadual (2006, 2010 e 2014).

O terceiro candidato a prefeito em 2008, no entanto, é o mais emblemático e o que rompe com o ciclo de disputas que tinham apenas dois candidatos mais destacados. Leonaldoson Castro é pinheirense, filho de artista circense e dona de casa (filha de um dos maiores comerciantes da cidade, português que chegou na região no início do século XX. Dentre os empreendimentos da família, constam padaria, farmácia, engenho de açúcar e beneficiadora de babaçu¹⁰⁵), fez seus primeiros estudos no Colégio Pinheirense (o mesmo onde estudou José Jorge), deixando a cidade para iniciar o antigo segundo grau na capital, São Luís, onde estudou no Colégio Marista, um dos mais tradicionais do Maranhão. Ingressa no curso de Medicina na Universidade Federal do Maranhão, onde se forma. Participou do diretório acadêmico enquanto esteve na instituição. Fez três especializações, mestrado e doutorado (sendo parte do último na Universidade de Cornell, em Nova Iorque, Estados Unidos).

Em 2008, candidata-se pela primeira vez a um posto político, incentivado pelo irmão, Erinaldoson Castro, que fazia parte do governo do então governador Jackson

¹⁰³ João Luciano Silva Soares nome de batismo.

¹⁰⁴ O cabeça de chapa era José Arlindo, que rompeu com seu padrinho político dois anos após tomar posse como prefeito.

¹⁰⁵ Soares, 2006.

Lago¹⁰⁶. Era filiado ao Partido Democrático Trabalhista (PDT), o mesmo do governador. Entre os anos de 2006 e 2008, diversos políticos opositoristas à família Mendes se reuniram e tinham como objetivo fazer um chapa que pudesse concorrer em condições de vitória, buscando uma unidade que não aconteceu¹⁰⁷. Para o que nos interessa neste estudo, é importante a figura de Leonaldson Castro na eleição de 2008 em comparativo com José Jorge em 1998 por conta do estigma que o primeiro sofreu durante todo o processo eleitoral. Se por um lado ambos tinham as mesmas características no momento em que pleitearam a prefeitura da cidade (nascidos na cidade, saem em busca de estudos e voltam depois de um bom tempo visando o mais alto posto político do município), três características afastam os perfis: 1) enquanto José Jorge fazia parte de uma família que já tinha experiência no mundo político, Leonaldson Castro era o primeiro da família a tentar ocupar um posto público; 2) durante a pesquisa no jornal *Cidade de Pinheiro*, percebem-se diversas referências a José Jorge. Como dito em outro momento, as menções iam desde uma simples visita à cidade até um texto fazendo referência a sua capacidade administrativa. No intervalo de tempo entre as décadas de 1960 e 1990, em apenas duas oportunidades Leonaldson Castro foi citado, quando de sua formatura em Medicina e quando se casou; 3) a eleição de 1988 foi em um momento ímpar, onde José Sarney era presidente da república e a política local passava por um momento de transição, com políticos saindo de cena e outros entrando. Assim, o ex-presidente precisou intervir de forma categórica na disputa, o que não acontece em 2008, quando a família Mendes tinha pleno controle do jogo político local.

Diferente de José Jorge, o médico é acusado de ser “forasteiro”, “estrangeiro”. Seu principal trunfo de campanha, seu capital cultural, foi desqualificado por seus adversários levando em conta o longo período de ausência do mesmo da cidade, como a fala de um de seus adversários no pleito evidencia:

Um dos concorrentes a gente nem conhece muito [...] Eu tenho cinquenta anos como pinheirense só agora que to conhecendo ele, assim como a grande maioria da população também não conhecia essa pessoa aqui no nosso município [...] Pelo que se diz é doutor, que faz curso na Europa, no Japão, na China, no Canadá, deve ser preparado pra área de saúde, agora conhecer o município eu acredito que ele não conheça (José Arlindo, 2000).

¹⁰⁶ Jackson Lago vence as eleições para o governo do Maranhão em 2006. Após denúncias de abuso de poder durante a campanha (compra de voto), é cassado em 2009.

¹⁰⁷ Para mais detalhes, ver ARAGÃO (2010), capítulo 2.

O processo de desqualificação¹⁰⁸ não ficou restrito a um candidato. Enquanto José Arlindo acionava a experiência administrativa como seu principal recurso, Luciano Genésio pediu insistentemente a renovação política local. As desqualificações sobre tais atributos recaíam sobre uma possível submissão de José Arlindo a Filuca Mendes e à falta de experiência de Luciano Genésio, que nunca havia exercido um cargo público e tinha menos de 30 anos em 2008. Se é verdade que é fundamental ter um capital político e uma herança política em processos políticos, percebe-se que, em 1988, a escolha de Manoel Paiva indica que a combinação dos dois recursos foi decisivo para que José Sarney o escolhesse como o candidato da facção e que ele intervisse no processo. Em 2008, com o controle da situação e tendo a família Mendes como a depositária de seu capital político na cidade, José Sarney não atua de forma direta, apenas na figura de seu filho, em uma gravação de um programa do Horário Eleitoral Gratuito.

3.4. A herança em outros níveis: recursos eleitorais e eleições municipais

Até aqui, a problemática da herança política foi exposta a partir de disputas para cargos de nível estadual e para o executivo municipal. Porém, a mesma acontece também quando o patrimônio político é transmitido em casos de vereança, onde em muitas oportunidades os pais legam a seus filhos seu capital político. Dessa forma, dentro dessas lógicas, serão expostos os casos mais salustares de candidatos a vereador que observei em 2012. Dos nove que disputavam vaga na Câmara acionando o passado de parentes que já haviam exercido cargos públicos, pude observar de perto quatro durante eventos de campanha¹⁰⁹. O acompanhamento das mobilizações dos candidatos era feita quando os mesmos participavam de eventos da coligação, como caminhadas em bairros, comícios em povoados, carreatas, reuniões, etc. Desses, apenas Carlos Eduardo¹¹⁰ não era acompanhado por membros de sua família nos eventos. Os outros três eram seguidos por um séquito familiar, onde era indispensável a presença daquele(s) que lhe(s) transmitiam seu legado político.

¹⁰⁸ Para Offerlé, a desqualificação é algo comum nesses processos: “um mesmo atributo pode ser valorizado ou desvalorizado em algumas conjunturas históricas ou em algumas partes do espaço político [...] um mesmo atributo pode ser trabalhado (pelo homem político, seus conselheiros, seus adversários, seus biógrafos...) em certos momentos de sua carreira e ser deixados de lado” (p. 27).

¹⁰⁹ Os outros cinco eram da coligação adversária à de Filuca Mendes, ficando restrita a observação dos mesmos a momentos como carreatas ou grandes caminhadas, que cruzavam boa parte da cidade. Mesmo sabendo do acompanhamento mais próximo de uma candidatura adversária a que ele apoiava, o candidato Ronald Coqueiro concedeu entrevista ao pesquisador.

¹¹⁰ Sua mãe assume o cargo de vereadora por um período entre os anos de 1997 e 2000. De todos, é o único que não teve parente eleito de forma direta.

Tabela 12: Candidatos e vereador em Pinheiro em 2012 com ascendentes políticos

Candidato	Ascendente (parentesco)	Cargo(s) exercido(s) pelo ascendente
Josuel Mendes	Maria Mendes (mãe)	Vereadora
Ronald Coqueiro	Raimundo Coqueiro (pai)	Vereador
Layanna Ferreira	Tony Ferreira (pai)	Vereador
Valter Soares	Gilmar Soares (pai)	Vereador
Carlos Eduardo	Maria Rodrigues (mãe)	Vereadora
Elizeu Furtado	Domingos "Tantam" (pai)	Vereador
Edinildo Rodrigues	José Gabriel (pai)	Vereador e vice-prefeito
Fred Lobato	Pedro Lobato (tio)	Prefeito
Francisco Araújo	José Raimundo (pai)	Vereador

Fonte: Jornal Cidade de Pinheiro

A participação da família dava-se em diversos aspectos, fosse ajudando a colar cartaz do candidato em casas visitadas, dirigindo carros que executavam jingles dos candidatos, distribuindo santinhos, organizando reuniões onde os candidatos iam discursar, etc. O conjunto do material coletado possibilita a reconstrução de espaços nos quais os mesmos estavam inseridos ao longo do tempo, bem como os processos de reconfiguração, dando boa medida de como as famílias políticas em Pinheiro surgiram, inseriram-se na esfera política, aumentaram sua influência naquele espaço pelas mais diversas vias, bem como as mesmas usam o trunfo da tradição política familiar em eleições de diferentes níveis. Além dos materiais, outros foram incorporados à pesquisa, tais como documentos oficiais de órgãos públicos, como a prefeitura municipal e/ou a câmara de vereadores visando adicionar mais peças no quadro de fontes possíveis de se trabalhar para buscar entender como funciona o poder local.

Para além de casos de herdeiros consanguíneos ou simbólicos, uma gama de personagens faz parte do universo político nos municípios brasileiros. Entretanto, muitas vezes sua participação se dá no nível da vereança, uma vez que não possuem determinados recursos que político em outros níveis detém. Nesse sentido, destaca-se no universo acadêmico a sociologia do engajamento militante e os usos de certos trunfos em pleitos eleitorais.

A partir da década de 1980, a sociologia do militantismo cresce sobremaneira, possibilitando estudo de alguns objetos por outros vieses. Esse aumento de oferta de abordagens na França inspira estudos no Brasil e, em consonância com a sociologia das elites, leva pesquisadores como Odaci Coradini (2006) a propor que não é um recurso isolado que é preponderante no sucesso eleitoral, mas sim um conjunto, sendo um des-

ses elementos a militância ou inserção e investimentos em determinadas esferas. Dessa forma, procuramos analisar o caso de Pinheiro tentando perceber os usos das categorias profissionais na eleição de 2012 para o cargo de vereador.

Sawicki e Siméant fazem um amplo panorama sobre a sociologia do engajamento militante. Para eles, tal modalidade da sociologia é configurada por "toda forma de participação duradoura em uma ação coletiva que vise à defesa ou à promoção de uma causa" (p. 201). Sobre essa definição, destaca-se o termo "duradoura". Os autores reforçam esse ponto de vista afirmando que o termo engajamento pressupõe duração e destacam a coexistência de duas sociologias no seio da disciplina em se tratando de engajamento: uma que trabalhava mais fortemente o sindicalismo, ou seja, as organizações, crises econômicas e suas consequências para o universo do trabalho, etc. e outra mais preocupada com o engajamento dos agentes em certos partidos, mais destacadamente o Comunista e ressaltam que o engajamento em outros partidos foi por muito tempo negligenciado (p. 203). Recentemente, uma série de trabalhos foram desenvolvidos tentando entender o engajamento e a militância em outras esferas, tais como movimentos humanitários, ambientalistas, sem-teto, etc. Se por um lado há a renovação dos estudos e de objetos, por outro, segundo os autores, tais novidades trouxeram alguns "pontos cegos", como a caracterização de novas formas de militar, mas que não eram em essência novos senão nos nomes e/ou a forma como as instituições estudadas selecionam os membros para seus quadros (p. 206).

Ainda sobre essa renovação, afirmam os autores que a ênfase nos trabalhos até a década de 1990 era na relação entre as instituições (militantes entre si ou entre ela e os partidos) ou entre as instituições e seus membros, porém, sem levar em conta as trajetórias desses membros. Em seus dizeres, "a sociologia dos militantes, essencialmente quantitativa, visava primeiramente a caracterizar as organizações ou os movimentos em relação à estrutura social" (p. 208). Ocorre, então, uma mudança de uma abordagem, de uma perspectiva individualista para a interacionista.

Ponto importante é a questão das retribuições decorrente do engajamento. Cefai afirma em *Como nos mobilizamos? A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva* (2009) que tal dimensão não pode ser vista de forma racional, calculista¹¹¹. Sawicki e Siméant, citando Albert Hirschman, dizem que deve-se

¹¹¹ O pesquisador afirma que as teorias da ação racional e da mobilização de recursos dominaram a literatura da sociologia da ação coletiva, que afirmava que as mobilizações eram oriundas. De cálculos interessados, fossem esses ganhos materiais ou simbólicos. Tal forma de pensar tinha origem na economia. A

atentar para as situações onde o engajamento em si é a própria recompensa e que as mesmas tem de ser trabalhadas de forma relacional, "visto que só podem ser pensadas a partir do que significam em uma posição social específica" (p. 211).

A questão do desinteresse também é trabalhada por Fillieule e Pudal (2010), quando os mesmos citam um possível deslocamento da problemática do militância, que aconteceria quando o agente é visto como alguém que calcula os movimentos feitos visando a obtenção de bens materiais, etc., em detrimento de uma visão onde o agente é visto como o militante operário, ligado à indústria, o qual "tem sua 'aura' no que ele simboliza o mais alto grau de engajamento e o mais alto degrau de desinteresse, até o sacrifício de sua vida, as vezes" (p. 167).

Em se tratando do engajamento como processo, apontam os autores para a linha das influências que levam os agentes a fazerem parte de determinadas organizações. Na maior parte dos casos, são pessoas próximas que fazem a mediação para as instituições, tais como parentes, amigos, etc. Destaque-se o fato que o convívio nas indústrias com outros trabalhadores não é suficiente para que os mesmos se engajem em determinadas causas, bem como suas origens familiares, normalmente oriundos de classes sociais baixas. Ou seja, a influência de determinados agentes sobre aqueles é que muitas vezes fazem com que eles militem em uma frente. Esses mediadores podem ser padres, parentes, amigos, etc. A partir do momento em que alguns agentes engajam-se em algumas causas, pode ser que fiquem marcados, estigmatizados pelos mesmos e assim correr certos riscos, tal como perder seu emprego. Dessa forma, por vezes, "o engajamento leva a endossar uma identidade para si mesmo e para os outros, que pode ser custoso e doloroso abandonar" (p. 215). Nessa perspectiva, muitas vezes os militantes que sofrem tais consequências precisam ser alocados em certos espaços em instituições controladas por partidos ligados à causa ou outros espaços. Tal movimento seria uma recompensa pelo tempo dedicado à organização, no qual o agente não teve como fazer outra coisa, a não ser defender a causa.

A sociologia do engajamento militante precisa articular duas dimensões, segundo Sawicki e Siméant, que são os níveis micrológicos, dando ênfase para os agentes e as articulações entre eles e os macrológicos, onde os contextos políticos, sociais, etc., pre-

partir daí, novas formas de se pensar a ação coletiva começaram a ser desenvolvidas e um dos avanços foi pensar a ação como "arquiteturas complexas da situação, da pessoa e do coletivo" (2009, p. 14). É nesse sentido que Cefai afirma que os agentes não mais fazem cálculos, visando uma "rentabilidade" ou "produtividade" e que os mesmos "são submetidos a coerções ecológicas fortes, mesmo dispondo de uma margem de manobra que lhes confere alguma liberdade. E, sobretudo, dispõem de uma capacidade de julgamento estético, moral e político" (p. 15).

cisam ser considerados¹¹². Um exemplo desse segundo nível é o movimento feminista, onde, com a maior ocorrência de mulheres no mercado de trabalho faz com que haja mudança no movimento, mas essa entrada das mulheres só foi possível por uma série de mudanças de nível socioeconômico mais amplo¹¹³. Como os autores afirmam, "nem sempre a atenção dada às propriedades dos indivíduos é associada a uma comparação com a distribuição dessas mesmas propriedades na sociedade com um todo ou no grupo dos potenciais mobilizados" (p. 229). Porém, não deve haver generalizações acerca dessas possibilidades de maior ou menor engajamento, uma vez que as

mudanças sociais e macropolíticas [...] não afetam as chances de se engajar e as formas de engajamento senão pela maneira como são retraduzidas, às vezes amortecidas, outras amplificadas, pelas organizações que atuam nos campos associativo, político e sindical em função da história própria a cada nação, a cada região e até a cada organização (p. 232).

Enquanto organização, "não se entende apenas uma entidade formalizada e inscrita legalmente, mas todas as formas de ação instituídas e as imposições que pesam sobre seus membros, assim como a seleção que esses modos de agir opera sobre os novos ingressantes" (p. 236).

Não se deve perder de vista que as organizações militantes são constituídas de agentes e que há uma interação contínua entre ambos. Nesse sentido, é importante saber como tais instituições recrutam e mantêm aqueles agentes em suas fileiras. Assim, precisa-se levar em conta alguns fatores que podem alterar os mecanismos de entrada na organização. Recentemente, a midiaticização de certas causas é fator fundamental nesse processo, uma vez que o crescente número de adeptos pode fazer com que nem todos sintam-se recompensado naquele meio, que não pode retribuir a todos da mesma forma. Sawicki e Siméant expõem o exemplo de uma organização que pode não assalariar a maior parte de seus membros por conta de suas condições e que isso pode fazer com que alguns dos membros tende a deixar a mesma em busca de outras que lhe recompense¹¹⁴.

¹¹² Fillieule e Pudal seguem no mesmo sentido, ou seja, com duas dimensões que levam em conta o caráter processual e configuracional com relação aos agentes: 1) uma perspectiva diacrônica, aquela da transformação das identidades; 2) uma perspectiva sincrônica, aquela da pluralidade de espaços de inscrição dos atores sociais (p. 172).

¹¹³ Ainda sobre esse ponto, afirmam Fillieule e Pudal que "algumas propriedades sociais e disposições irão se encontrar desvalorizadas ou ao contrário, favorecidas. Sabe-se que o valor social de uma causa, bem como maneiras de com ela contribuir, pode variar em função das transformações do espaço social no qual ela inscreve-se" (p. 173).

¹¹⁴ Fillieule e Pudal trabalham os motivos pelos quais as pessoas deixam o militância. Dentre os citados, estão "a rotinização e a institucionalização das atividades ou a perda da fé no triunfo da causa", "o casamento ou o nascimento de um filho". Ainda sobre esse ponto, dizem que "no contexto de efervescên-

Ainda nesse sentido, Fillieule e Pudal advertem para algumas contribuições do militan-
tismo para que não haja confusão, tais como: 1) as retribuições efetivamente retiradas
do militanismo não são forçadamente percebidas pelos atores; 2) os custos se confun-
dem as vezes com os benefícios; 3) as retribuições variam com o grau de evolução dos
contextos e das experiências individuais (p. 177). Isso mostra que os militantes não fa-
zem cálculos durante sua atividade, haja vista que há mais desprendimento que certezas
de recompensas naquele exercício.

Tendo origem etimológica na religião, o termo militanismo foi laicizado ao lon-
go do tempo. Como seu conceito, hoje, é múltiplo, polissêmico, uma das conotações
mais usadas para o termo militanismo é a política. Definem os autores tal atividade,
apoiando em estudo de Jacques Lagroye, como "uma forma de participação ativa, não
assalariada, não orientada prioritariamente visando a obtenção de proveitos materiais e
geralmente apresentada como exemplar, desde sua intensidade evidencia a importância
e o valor que podemos conceber às atividades de organização" (LAGROYE Apud FIL-
LIEULE e PUDAL, 2010, p. 164).

Com relação à forma processual e relacional de trabalhar o militanismo, é usada
a perspectiva trabalhada por Norbert Elias. Afirmam eles que essa forma "oferece o
meio de uma atenção aos processos e à dialética permanente entre história individual,
instituição e contextos" (p. 171):

permite reconstruir 'uma sucessão de fases, de mudanças de comportamento e
de perspectivas do indivíduo. Cada fase requer uma explicação e uma causa
atuando durante uma das fases da sequência pode ter uma importância negli-
genciável durante outra fase [...] A explicação de cada fase constitui então
um elemento de explicação do componente final (BECKER Apud FILLIEU-
LE; PUDAL, 2010, p. 172).

Bem como Sawicki e Siméant, Fillieule e Pudal chamam a atenção para a maior
ou menor possibilidade de engajamento, levando em conta os contextos mais amplos.
Dizem eles que para os jovens, por exemplo, é mais difícil se engajar em determinados
contextos onde os mesmos precisarão decidir o que vale mais a pena, seu futuro profis-
sional ou o desprendimento em prol da causa. Além disso, dependendo do nível de insti-
tucionalização do movimento, pode-se começar a questionar a participação no mesmo, o
que pode levar a cisões e a criação de facções dentro do movimento. Dizem os autores:
"Aderir a uma organização é, antes de tudo, pertencer a um grupo, com suas fronteiras e

cia, os benefícios do engajamento tem todas as chances, em efeito, de ser superiores àquelas oferecidas no
momento de perda de confiança na eficácia da ação política" (p. 178).

seus universos de significações, é participar de sua *illusio*; é interagir com outros membros, de maneira mais ou menos regular, é então construir um lugar ou uma identidade" (p. 181). É nesse sentido que afirmam que existem técnicas e meios de controle com relação aos agentes para que a coesão da organização seja garantida, sendo uma dessas a mortificação de si, que refere-se ao abandono da identidade privada em nome do grupo.

Na mesma linha do texto anterior exposto, Olivier Fillieule trabalha dimensões dos estudos sobre o militância. Afirmar ele que o mesmo deve ser entendido "como atividade social individual e dinâmica". Ponto importante na obra em voga é a preocupação de Fillieule acerca de uma abordagem sincrônica da vida dos militantes. Essa, em conjunto com um estudo diacrônico dos mesmos seria o ideal para trabalhar o engajamento dos agente. A pluralidade de espaços onde o agente se situa, por vezes ao mesmo tempo, faz com que ele possa ter momentos de tensão por estar em espaços, *a priori*, contraditórios. O autor cita dois pesquisadores que trabalham esse ponto, a saber: Anselm Strauss e Bernard Lahire. O primeiro afirma que "a inscrição dos atores sociais em múltiplos mundos e submundos que podem, a ocasião, entrar em conflito, é uma das características fundamentais da vida social contemporânea" e completa:

levada à ideia segundo a qual as organizações militantes se compõe também de indivíduos inseridos em uma multiplicidade de lugares de espaço social. Eles são, então, permanentemente submetidos a obrigações de dever obedecer diferentes normas, regras e lógicas que as vezes podem entrar em conflito (p. 207).

Já Lahire, na mesma linha de Strauss, assevera que os agentes podem ser submetidos a uma pluralidade de mundos sociais e que os mesmo podem ser, por vezes, contraditórios entre si. Como exemplo, Fillieule expõe que pode haver casos onde um agente é submetido a lógicas de carreiras militantes, profissionais, sexuais e da doença, ao tratar de pessoas que militam na luta contra a AIDS.

Como dito anteriormente, um ponto importante na forma como trabalhar o militância e o engajamento dos agentes é a análise dos contextos políticos nos quais os mesmos estão submetidos. Ou seja, não é apenas um ou outro motivo que levará uma pessoa a participar de determinados movimentos, mas sim um conjunto, onde um dos mais importantes é exatamente o período em que os mesmos vivem. Sem ter como *background* essa dimensão, entender o engajamento ou desengajamento fica sem sentido. Fillieule, porém, deixa claro que seu texto não pretende fornecer um modelo de análise para entender o engajamento ou a militância, mas sim "mostrar tudo o que podemos

ganhar articulando uma análise compreensiva das razões de agir avançadas pelos indivíduos à observação das posições sucessivamente ocupadas por esses indivíduos" e completa afirmando que o modelo exposto "tem a vantagem de sugerir não mais apenas de se ter a análise dos fatores determinantes do militância para examinar como os processos de engajamento se inscrevem no ciclo de vida" (p. 214).

Após trabalhar textos acerca do engajamento e militância, destaca-se alguns de ordem mais prática do pesquisador Odaci Luiz Coradini, onde em alguns estudos relaciona a participação de agentes em determinadas esferas sociais e a participação dos mesmos em pleitos. No conjunto de textos aqui elencado, percebemos que a participação em algumas organizações, tais como associações profissionais, bem como a ocupação de cargos pode ter peso fundamental em certos espaços para o sucesso em disputas eleitorais. Por exemplo, a inserção de profissionais em sindicatos de suas categorias e a possível reconversão desse capital militante em trunfo eleitoral. Um dos textos de Coradini que trabalha a questão é *Em nome de quem?* (2001) no qual o autor destaca que, *a priori*, o candidato vincula-se a um trunfo, porém, o mesmo, normalmente, está munido de um arsenal amplo de recursos e que é esse conjunto que determina em muitos casos o sucesso ou não dos pleiteantes.

Coradini não trabalha especificamente o poder político, mas que o objetivo é entender "os recursos e modalidades de legitimação frente a eleitores em potencial" (p. 8), ou seja, o objetivo é apreender como alguns agentes acionam a profissão, o fato de já ter exercido um cargo público, etc., para obter sucesso entre um conjunto de eleitores. Para isso, lança mão do método da sociografia, ou seja, a relação entre algumas características sociais e sua trajetória¹¹⁵, bem como a tomadas de posição nos diferentes momentos de sua trajetória nos mais diversos espaços sociais¹¹⁶ ao longo de sua vida. Alerta o autor para o fato que não podemos fazer a associação direta entre origens e trajetórias dos candidatos, uma vez que a preocupação do trabalho, antes de tudo, é entender mais as "condições e lógicas sociais" das seleções de agentes políticos do que suas "to-

¹¹⁵ O conceito de trajetória aqui adotado é o trabalhado por Pierre Bourdieu, que a define como uma "série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes transformações" (1998a, p. 189).

¹¹⁶ Para Bourdieu, espaço social é um local "construído na base de princípios de diferenciação ou de distribuição constituídos pelo conjunto de propriedades que actuam no universo social considerado, quer dizer, apropriadas a conferir, ao detentor delas, força ou poder neste universo. Os agentes e grupos de agentes são assim definidos pelas suas *posições relativas* neste espaço. Cada um deles está acantonado numa posição ou numa classe precisa de posições vizinhas, quer dizer, numa região determinada do espaço, e não se pode ocupar realmente duas regiões opostas do espaço – mesmo que tal seja concebível (BOURDIEU, 2007a, p. 133-4).

madas de posição". Nos dizeres do mesmo, "nessas lutas eleitorais não se trata de indivíduos enquanto tais que visam à legitimação, mas determinadas características parciais que podem se constituir em recursos presumidos como eleitoralmente relevantes" (p. 9).

Percebe-se assim que não é um recurso por si só que faz do agente um candidato em potencial, mas um conjunto, ou seja, só dizer que uma mulher está defendendo as mulheres e quer se candidatar é equivocados, uma vez que no seu itinerário de vida supõe uma série de outras nuances para devem explicar esse envolvimento com a política, sendo o gênero um dos recursos usados. É nesse sentido que Coradini afirma que "a quase totalidade desses candidatos lança mão de mais de uma dessas bases de recursos e esferas sociais, de acordo com seu trajeto e inserção social e política e as afinidades possíveis" e que "a quase totalidade desses candidatos está inserida num sistema multi-posicional, ou seja, usa mais de uma dessas bases de recursos eleitorais" (p. 14).

Tal problemática é abordada também em *Relações profissionais e disputas eleitorais* (2006), porém, a questão central aqui é o uso da profissão enquanto trunfo eleitoral. Coradini reforça a ideia de que não se pode perder de vista que não se trata de apenas um recurso usado pelos pleiteantes isoladamente, mas sim um conjunto, mesmo que durante a campanha apenas um seja destacado. Assim, há uma combinação de recursos e o exercício profissional é usado muitas vezes como forma de entrada em determinados espaços para dali em diante o agente construir sua rede e futuramente usá-la visando o pleito. Daí em diante o agente pode se visto como um líder e legitimar sua candidatura:

mais que relações estabelecidas no exercício profissional, em geral, tratam-se de usos de títulos profissionais em combinação com outros 'títulos' e esferas de atuação e a consequente formação de capital de relações e de 'liderança'. Em alguns casos, essa acumulação de capital de relações sociais pode estar associada e se complementar com atividades de representação categorial, como militância sindical ou em algum tipo de associativismo, não necessariamente ligado à 'politização' no sentido de 'partidarização' (p. 268).

Como a referência à profissão é um do recurso dentro de um conjunto, Coradini afirma que, na maioria das vezes, aqueles que fazem referência a esse trunfo para se diferenciar daqueles que estão no início de suas trajetórias políticas¹¹⁷.

¹¹⁷ Dois casos apresentados pelo Coradini mostram que o título ajudou os candidatos em um determinado momento de suas trajetórias políticas, mas destaca que os mesmos não foram decisivos para a vitória ou derrota nas eleições disputadas. O primeiro caso é de um engenheiro que chegou a assumir a secretaria de Turismo do RS e que antes tinha exercido a direção de uma companhia pública do estado, porém, sua trajetória foi marcada pelo militância no movimento estudantil, exercício de chefia de partido de cunho socialista, etc. A direção da companhia que exerceu foi uma recompensa por todo o investimento feito. Assim, percebe-se que o título de engenheiro não foi o que o levou a se candidatar. O segundo caso é de

Dois pontos chamam a atenção no estudo: a função de *broker* (mediador) dos candidatos e aí entra não apenas aqueles que acionam suas profissões enquanto principal recurso eleitoral e as diferenças entre os candidatos que fazem uso desse recurso. O primeiro ponto é salutar na medida em que "na maior parte dos casos, em graus variados, a própria atividade política é concebida como uma extensão de atividades de *brokerage*" (p. 293) e que isso leva a formação de lideranças de diferentes espécies (regionais, profissionais, etc.) que usaram o capital social adquirido nos espaços sociais onde estão inseridos e tentarão reconverter tal recurso em capital político. Uma vez que tais indivíduos tem acesso a espaços e recursos que a maioria não tem, caracteriza-se assim sua atuação enquanto *broker*.

Já com relação aos diferentes tipos de candidatos que lançam mão de um capital profissional prioritariamente nos pleitos, Coradini chama ainda a atenção para o fato que os mesmos estão divididos em: 1) aqueles com títulos mais nobres, mais valorizados, que falam em nome de ideias e 2) aqueles com títulos mais modestos, que tentam uma conversão mais direta da profissão para a política, de origem social mais baixa e que pretendem ser mais práticos que ideológicos.

Odaci Coradini ainda oferece importantes observações no texto *Categorias sócio-profissionais, titulação escolar e disputas eleitorais* (2012), onde relaciona profissões, títulos escolares, investimento financeiro no pleito e a ocupação de cargos como recurso de campanha. O pesquisador afirma que há uma relação entre o nível dos títulos escolares dos candidatos e os cargos pleiteados, ou seja, quanto mais alto o cargo objetivado, mais os pleiteantes precisam ter títulos escolares, mais precisamente o ensino superior completo, com destaque para algumas profissões. Outro ponto trabalhado é que a prévia ocupação de cargos públicos é destacada na medida em que o cargo pretendido é alto. Sobre esse ponto, normalmente, os candidatos que já ocuparam tais postos, principalmente cargos eletivos, usam tal artifício como o principal trunfo em suas campanhas, mesmo que a profissão tenha sido o principal na época de sua primeira eleição. O autor alerta para a generalização dos dados apresentados, destacando o perigo da associação estatística com determinações, além de condicionar o sucesso eleitoral a determinados títulos escolares ou condições profissionais. Apoiado em estudo de Daniel Gaxie, afirma Coradini que "a principal questão não está nas relações entre o conteúdo intrín-

um médico, de baixa origem social, evangélico, que escolheu a Medicina para ajudar os mais necessitados. Quando se candidata, aciona o exercício profissional, porém, por trás, havia uma combinação de recursos que lhe conferia alguma notoriedade para que o mesmo se aventura na esfera política.

seco de determinadas atividades profissionais e formação escolar com atividades políticas, mas entre **posição e legitimidade social** e suas possibilidades de conversão em legitimidade política" Grifo meu (p. 111). Aí se percebe que determinados títulos são mais destacados que outros no pleito. O caso do uso da partícula "Dr." é salutar nesse sentido, onde a maioria dos que assim o fazem tem curso superior em Medicina ou Direito.

Aliado ao título escolar e à ocupação de cargos públicos está o montante de investimentos disponíveis dos candidatos. Segundo o autor, há uma associação entre a categoria profissional, o título escolar e o investimento disponível na campanha do agente. Dessa forma, formam-se polos, onde de um lado tem-se empresários, advogados, médicos, engenheiros, etc., e o outro constituído por comerciantes, agricultores, funcionários públicos, trabalhadores em geral, etc. No primeiro polo, os agentes pleiteiam altos cargos, tais como senador, deputado federal e governador; no extremo estão aqueles que disputam a vereança e os executivos locais. O cargo de deputado estadual fica em um meio termo. Convém destacar que essa análise não pode ser generalizada, uma vez que precisa-se estudar caso a caso, onde, por vezes, essas associações não necessariamente pode fazer sentido em outros universos pesquisados.

Partindo desse princípio, quanto mais alto o cargo pretendido, mais os candidatos terão que apresentar um conjunto maior de recursos para legitimar sua candidatura e aí entra o recurso da ocupação prévia de cargos como principal recurso. Há uma forte tendência para a reeleição daqueles que já exercem cargos no legislativo. Quando esses entram no jogo enquanto candidatos pela primeira vez, usam outros recursos, tais como herança política, associação com sua profissão, vínculo com regiões, etc., porém, depois de eleitos, o principal trunfo é a ocupação do cargo, onde o mesmo destaca as graças obtidas através de seu mandato.

3.4.1. Eleições para vereador em Pinheiro em 2012

Ao analisar o caso de Pinheiro e tendo como norte a afirmação de Coradini que há uma "progressiva 'profissionalização' da carreira política e o crescente peso do grau de escolarização no ingresso e na carreira política" (2012, p. 110), percebe-se que há uma relação direta entre o tamanho do município, o cargo pretendido, os títulos escolares e o montante de dinheiro informado disponível para gastos na campanha. Três pesquisas puderam ser cruzadas, todas com as mesmas variáveis: idade dos candidatos,

sexo, escolarização, patrimônio, profissão, partido, etc., a saber: pesquisa feita por Igor Grill¹¹⁸ que traçou um perfil dos candidatos a prefeito no Maranhão no ano de 2008. Uma segunda foi feita com os candidatos a vereador em Pinheiro em 2012, bem como uma semelhante, porém, no município de Palmeirândia¹¹⁹, ambos no Maranhão. A primeira e a última servirão aqui enquanto comparativo para a segunda, que será aquela que os dados serão mais profundamente analisados.

Em 2012, apresentaram-se na condição de candidatos ao legislativo pinheirense um total de 163 candidatos. O filtro usado no presente texto foi aquele que fez referência à suas profissões no nome da urna, totalizando 21 (12%). Alguns casos não foram considerados mesmo que sua entrada na disputa tenha sido uma tentativa de reconversão de prestígio oriundo de suas profissões para a esfera política, porém, como não usaram no nome da urna de tal trunfo, não foram considerados (por vezes, parênteses serão abertos incluindo mais candidatos para uma melhor explicação de certos casos).

Os 21 casos foram divididos em três grupos que serão detalhados a frente: 1) aqueles que usaram o "Dr" no nome da urna, fazendo referência ao título de doutor, totalizando cinco casos; 2) aqueles que colocaram "Professor(a)" no nome da urna, referindo-se à profissão do magistério, contando cinco casos; e 3) onze candidatos que destacaram suas profissões, sendo essas bem variadas, indo desde motoristas, empresários, etc.

A tabela a seguir faz um comparativo entre alguns dados referentes aos candidatos selecionados e o conjunto completo de pleiteantes.

Tabela 13: Características sociais de candidatos a vereador

Candidatos	Escolaridade (Curso superior)	Sexo (M)	Idade	Patrimônio (Em R\$)	Nascimento (Em Pinheiro)
Geral	20%	67%	42	55 mil	85%
Profissionais	60%	86%	41	94 mil	81%

Fonte: TSE

No que tange a sexo, idade e local de nascimento dos candidatos, a média entre o conjunto geral e aqueles que acionam suas profissões são bem próximas. Porém, comparando o grau de escolaridade e o patrimônio, há grandes discrepâncias. No caso da escolaridade, uma vez que esse grupo de candidatos tem como principal trunfo¹²⁰, a

¹¹⁸ Grill (2010).

¹¹⁹ Em Palmeirândia (MA) apenas 3 de 134 candidatos acionaram sua atuação profissional no nome da urna. Talvez uma explicação pra isso seja o baixo grau de escolaridade dos candidatos, onde menos de 13% tem curso superior (8% completo e 5% incompleto).

¹²⁰ Apenas quatro candidatos tinham menos que o Ensino Médio Completo.

priori, suas profissões, é de se imaginar que os mesmos necessitem de níveis de escolaridade o mais alto possível. Uma vez obtidos tais títulos, pode-se pensar que sua condição socioeconômica se eleve, o que pode ser visto na diferença entre o patrimônio declarado entre os dois grupos comparados. Tal como observado por Coradini (2012), parece haver uma forte relação entre o nível de escolaridade, patrimônio dos agentes e a seleção de candidatos no caso ora estudado. Em Pinheiro, em 2012, dos 21 candidatos escolhidos para a presente pesquisa, os dois com maior patrimônio declarado junto ao TSE saíram-se vitoriosos.

Retornando ao ponto em que o próprio Coradini afirma que no caso de candidatos que pretendem usar seu prestígio da esfera profissional na arena política eles usam um conjunto de trunfos e não um recurso isolado, seis candidatos dentre os 163 do total geral afirmaram ter como profissão "vereador". Desses, quatro conseguiram reeleição, dentre eles os dois a pouco citado, ou seja, além de terem grande quantia financeira e usarem suas profissões para legitimar suas candidaturas, já tinha ocupado o cargo ora pretendido.

Sobre esse ponto, Coradini (2001) diz que a ocupação de cargos antes do agente se lançar na política é um trunfo raro, uma vez que poucos tem tal recurso. Uma das explicações para isso é o fato que, em se tratando de cargos eletivos, o político precisa já ter passado pelo processo de legitimação através de eleições anteriores e para o caso daqueles que ocuparam cargos dentro da administração pública, o fizeram por ter sido cooptados e alocado em "cargos de confiança".

Nas duas últimas eleições em Pinheiro, dois candidatos apresentaram-se como representantes de uma instituição que congrega um tipo de profissional específico: os pescadores. No caso de 2008, José Arlindo e em 2012, Selma da Colônia. O primeiro usou sua identificação com a cidade, bem como sua origem humilde para se diferenciar dos outros candidatos, que ostentavam títulos escolares supostamente superiores e mais prestigiados que os seus¹²¹. Em vários programas televisivos, imagens dos campos alagados eram exibidas, fazendo referência à profissão de pescador do candidato, mesmo que à época já exercesse o cargo de vice-prefeito por oito anos e tenha informado ao TSE que sua profissão era professor. Vale lembrar que José Arlindo, quando chamado para compor a chapa que venceu as eleições em 2000 era presidente da colônia de pes-

¹²¹ Para mais, ver ARAGÃO (2010).

cadores e que tinha como objetivo ser candidato a vereador, como o mesmo afirmou em entrevista:

surgiu a oportunidade em 2000 de não ser só candidato a vereador mas ser candidato a vice-prefeito pelo trabalho que a gente vinha desenvolvendo junto à colônia de pescadores, junto às entidades, outras entidades de classe, junto às comunidades [...] Eu na colônia estou há dez anos como presidente. Eu assumi em 98 e agora em 2008 eu completei 10 anos como presidente da entidade (José Arlindo, entrevista em 2008).

Na passagem, percebe-se a importância dada ao fato do exercício da presidência da entidade como trunfo, o mesmo usado pela candidata Selma da Colônia em 2012 que foi a grande aposta do chefe do executivo para a disputa pela vereança. A mesma teve uma das maiores votações do município e a associação à profissão foi exposta não só em seu material de campanha, mas também no nome que usou na urna, fazendo associação direta à instituição que presidia à época, a mesma que anteriormente foi ocupada por José Arlindo¹²². Dessa forma, a candidata fazia parte de um grupo de concorrentes que Coradini chama de "corporativos" ou "sindicalistas", ou seja, "aqueles candidatos definidos como representantes de algum 'segmentos'" (2001, p. 160)¹²³.

3.4.1.1. Quando o patrimônio pesa a favor

Um outro caso bem sucedido de transmissão do “herança político familiar”¹²⁴ em Pinheiro que expor-se-á rapidamente é o que envolve Gilmar Soares e seu filho Valter Soares, ambos em nível de vereança. Gilmar Soares, pinheirense, possui o antigo segundo grau completo. Sempre estudou em escola pública, todas em Pinheiro. Seus pais possuem apenas o antigo primário (4ª série do ensino fundamental). Tem como profissões a docência (ed. física) e a vereança, que exerceu até 2012 em concomitância.

Em sua trajetória escolar, foi presidente de grêmios estudantis em várias ocasiões. A essas experiências, seguem-se a presidência de uma escola de samba local (Arakem) e a presidência da Liga Pinheirense de Esportes. Filia-se em um partido polí-

¹²² Convém destacar que Pinheiro fica em uma região de campos alagados, margeada pelo Rio Pericumã. A pesca é uma das principais atividades econômicas do município.

¹²³ Segundo o autor, ainda há mais dois tipos de candidaturas: as dos candidatos que se definem como "distritais", ou seja, representantes de uma região e aquelas "globais", onde o candidato não se associa nem a região e nem a um segmento (p. 160).

¹²⁴ Ainda segundo Marc Abélès, acerca dos vínculos políticos e os laços de parentesco, em nível local, destaca a “importância da transmissão em linha direta de um verdadeiro **patrimônio político** [isto é] a memória das posições políticas que ocuparam os diferentes ascendentes, mas igualmente um elemento ideológico, distintivo que é possível transmitir pelo parentesco” (ABÉLÈS, 1992, p. 82, grifo meu).

tico em torno dos 20 anos, no Partido da Frente Liberal (PFL), filiando-se posteriormente nos seguintes partidos: PSC, Partido Popular Socialista (PPS) e PV. Em entrevista, afirma que participou de várias campanhas antes de entrar na política por gostar do "movimento" durante o período eleitoral, porém, sem apoiar ninguém: "as vezes eu nem sabia o que tava fazendo direito, mas estava participando" (Entrevista com Gilmar Soares). A primeira vez que concorreu a um cargo público foi tentando uma vaga na Câmara de Pinheiro, em 1992, onde não obteve vaga, ficando na suplência. A primeira eleição direta aconteceu em 1996, tendo exercido quatro mandatos seguidos (1997-2012). Na ocasião da primeira eleição, esteve apoiando o primo, candidato a prefeito, o advogado José Raimundo Montenegro (conhecido como Dr. Montenegro). Após essa campanha, sempre esteve ao lado de Filuca Mendes nos pleitos.

Em concomitância com a vereança, exerceu por vezes alguns cargos dentro da administração pública, tais como subsecretaria de cultura e subsecretaria de esporte. No seu terceiro mandato (2005-2008) foi eleito presidente da Câmara de vereadores de Pinheiro. Gilmar Soares não se candidatou em 2012 por conta das contas da Câmara não terem sido aprovadas quando de sua passagem pela presidência da casa. Tal problema inviabilizaria a candidatura. Assim, lança seu filho, Valter Soares como candidato.

Sua trajetória evidencia que o político aciona a "juventude" em seu itinerário político. Seu trabalho como professor de educação física de uma das principais escolas¹²⁵ da cidade, bem como sua participação na condição de organizador e/ou apoiador de eventos de cunho esportivos/culturais explica seu sucesso em campanhas. Quando perguntado sobre sua participação na Câmara de vereadores na promoção dos Jogos Estudantis Pinheirense (JEPs) ao longo do tempo, o mesmo afirma que o evento não aconteceria: "comigo que fico batalhando eu tenho dificuldade de realizar, com certeza não ia ter".

Seu filho, Glaydson Valter Lima Soares, 26 anos, também é natural de Pinheiro. Possui nível superior completo, tendo feito o curso de Enfermagem. Toda sua escolarização foi feita em Pinheiro, com exceção do curso superior, obtido em São Luís. Já trabalhou na superintendência da secretaria estadual de meio ambiente e na secretaria municipal de educação de Pinheiro. Tal como seu pai, foi presidente de grêmios estudantis e da escola de samba pinheirense Arakem. Além dessas, também já exerceu o mesmo cargo no time de futebol Juventude, de um povoado do município.

¹²⁵ Colégio Pinheirense, por onde a maioria dos políticos pesquisados no estudo passaram em algum momento de seus itinerários escolares.

Primeira vez que participou de uma campanha foi em 1996, quando seu pai se candidatou a vereador pela segunda vez. Sua participação dava-se no acompanhamento nas reuniões que seu pai fazia a residências na zona urbana, já que o mesmo afirma que seu pai ia aos comícios e aos povoados. Outras formas citadas eram a participação em caminhadas distribuindo santinhos, colando cartazes, etc. Sua primeira filiação é a atual, no PV. Em 2012 era a primeira vez que concorria a um cargo público, onde conseguiu obter eleição direta. Valter Soares afirma em entrevista que a motivação para a candidatura foi primeiramente o incentivo do pai, além da vontade de continuar o trabalho do mesmo nas principais esferas de atuação daquele:

Primeiramente incentivo: a gente já tem há vários tempos meu pai e também a confiança que eu tinha e tenho nele e depois o descaso com a cultura e o esporte, que esse ano [2012] foi um desastre [...] Então como a gente já mexe com isso há 20 anos não pode deixar parar o que a gente já criou, que já é nossa logomarca que é o JEPs [Jogos Estudantis Pinheirense] que a gente criou, o JEMs [Jogos Escolares Maranhense] que a gente conseguiu levar muita gente daqui de Pinheiro pra São Luís (Entrevista com Valter Soares).

A passagem mostra que o principal evento esportivo da cidade é considerado tanto pelo pai como pelo filho uma iniciativa familiar, onde sem sua intervenção na organização, o mesmo não existiria. Os apoios declarados por Valter Soares a sua candidatura também dão uma boa medida de que seu pai lhe transfere os mesmos, que seriam seus, caso pudesse ser o candidato a vereador:

Boi do Ribinha, o Bumba-meu-boi do Pericumã, o grupo folclórico Tradição de Portugal, a Dança Portuguesa, o Juventude, time de futebol que eu sou presidente, o Joel Júnior¹²⁶ como médico aqui da nossa cidade que tá acreditando em mim (filho dos ex-veredores Arimatéia Nunes e Joel Nunes), além do meu pai, que é o maior cabo eleitoral que a gente tem hoje (Entrevista com Valter Soares).

3.4.1.2. Quando o patrimônio pesa contra

Se a herança de um patrimônio político familiar é de fundamental importância para o sucesso em eleições, pode tal recurso pesar contra um herdeiro? Uma das críticas feitas por Offerlé à coletânea *A herança na política* (PATRIAT; PARODI, 1992) é a ausência de um estudo que tente explicar fracassos eleitorais de agentes que possuam um legado político familiar:

¹²⁶ O nome do mesmo esteve envolvido na disputa pela composição da chapa para o cargo de prefeito, mas o mesmo foi preterido pelo bancário César Soares, que entrou na condição de vice-prefeito.

Lamentamos [...] a ausência de estudos de fracassos sucessoriais (diante dos eleitores, diante da eleição, ou por recusa ou inaptidão como herdeiro - por que eles são tão numerosos se a via é tão segura?) que teria permitido dar um esclarecimento suplementar sobre esse tipo de transmissão e sobre o funcionamento ao acesso e à competência política (OFFERLÉ, 1993, p. 851).

O caso da família Genésio é exemplar nesse sentido, haja vista que o precursor da tradição política familiar, José Genésio Mendes Soares, acumulou capital político ao longo de sua trajetória, porém, um processo de cassação de mandato contra ele cria grandes obstáculos para o sucesso de seus herdeiros.

Se outros políticos não foram considerados bons administradores, coube a tal o estigma de único prefeito cassado da história política de Pinheiro a José Genésio. Tal fato tem sido decisivo nos insucessos tanto de sua própria trajetória política desde então (em 2000 quando tenta reeleição à prefeitura, 2002, na tentativa de assumir uma vaga na Assembleia Legislativa do Maranhão e 2004, quando apoia Pedro Lobato), como na de seu filho, Luciano Genésio.

Se por um lado, conta com o apoio de toda a rede política de seu pai, que começou a ser construída na década de 1980 e isso lhe dá vantagem sobre outros concorrentes. Porém, por outro lado, o fato de seu pai ter sido cassado, sendo o único prefeito a ter o mandato cassado na história política de Pinheiro, é, até o momento, um peso que lhe é muito caro, sendo recorrentemente tal fato acionado pelos adversários. Os dois candidatos adversários de Luciano Genésio em 2008 quando concorreu a prefeito, teceram comentários no mesmo sentido:

O Luciano esse também tem um pai que dispensa qualquer comentário, que já foi prefeito de Pinheiro, que foi cassado e a gente espera que faça uma campanha de alto nível (Entrevista com José Arlindo).

O Luciano é filho do ex-prefeito José Genésio que teve seu mandato cassado enquanto prefeito. A meu ver é um jovem, que pode ser muito diferente de seu pai, mas que neste momento ainda não tem autenticidade, independência e, portanto eu acho muito influenciado pelas ideias de seu pai (Entrevista com Dr. Léo).

Até o momento da cassação, José Genésio era um político em ascensão no município. O crescimento do eleitorado pinheirense era acompanhado de um crescimento do número de eleitores daquele agente. Sua primeira investida em pleitos foi no ano de 1986, concorrendo ao cargo de deputado estadual, onde conseguiu 4.764 votos no município, ficando na condição de suplente. Dois anos mais tarde, concorre a prefeito, fi-

cando atrás do eleito Pedro Lobato e de José Jorge. Nesta tentativa, obteve quase 6 mil votos. Seu número de votos cresceu ao ponto de vencer sua primeira eleição direta no ano de 1994 para deputado estadual. O auge de sua trajetória política foi a eleição para a chefia do executivo pinheirense dois anos mais tarde, derrotando Filuca Mendes com mais de 11 mil votos. Segue abaixo quadro demonstrativo das eleições onde a família Genésio esteve representada a partir da primeira tentativa:

Tabela 14: Votação da família Genésio em eleições

Candidato	Ano	Cargo	Votação ¹²⁷	Situação
José Genésio	1986	Dep. estadual	4.764	N.O. ¹²⁸
José Genésio	1988	Prefeito	5.803	Não-eleito
José Genésio	1990	Dep. estadual	N.O.	Suplente ¹²⁹
José Genésio	1992	Prefeito	N.O.	Não-eleito
José Genésio	1994	Dep. estadual	9.975 ¹³⁰	Eleito
José Genésio	1996	Prefeito	11.512	Eleito
Maria da Graça Silva Soares	1998	Dep. estadual	4.318	Suplente
José Genésio	2000	Prefeito	11.111	Não-eleito
José Genésio	2002	Dep. estadual	8.761	Suplente
Luciano Genésio	2006	Dep. estadual	6.541	Suplente
Luciano Genésio	2008	Prefeito	10.644	Não-eleito
Luciano Genésio	2010	Dep. estadual	8.247	Suplente
Luciano Genésio	2012	Vice-prefeito	18.660	Não-eleito
Luciano Genésio	2014	Dep. estadual	18.728	Suplente

Fonte: TSE e Jornal *Cidade de Pinheiro*

Percebe-se que, a partir do deferimento do processo de cassação de seu mandato, os números de votos obtidos vem decaindo gradativamente. Em 1998, já prefeito, Genésio lança a candidatura de sua esposa; em 2000, ainda sob o golpe do processo que lhe tirou da prefeitura, obteve votação semelhante a que teve quando eleito. Porém, convém destacar que, se a votação é semelhante, o eleitorado continuava crescendo, fazendo com que a percentagem de seus votos caísse pouco a pouco. Em sua última disputa, consegue pouco menos de 9 mil votos. Já quando seu filho herda seu patrimônio político, obtém números semelhantes aos do pai, tanto na votação para deputado como para a

¹²⁷ No caso de eleição para deputado, os votos são referentes apenas aqueles obtidos em Pinheiro.

¹²⁸ N.O. (não obtidas). As fontes que tive acesso até o momento não me permitiram identificar a situação do candidato no ano de 1986 bem como as votações especificamente em Pinheiro de José Genésio nos anos de 1990 e 1992.

¹²⁹ Assumiu logo no início do mandato, com a ida de dois deputados (um eleito, Francisco Camelo e o primeiro suplente, Clodomir Paz) para secretarias de estado do Maranhão.

¹³⁰ Número referente ao total de votos e não apenas em Pinheiro. Para a votação do ano em questão, o site do TSE não disponibiliza dados mais refinados, como a votação do candidato por município, apenas a votação total.

de prefeito (exceto em 2012, quando estava coligado com o então prefeito da cidade, José Arlindo).

Segundo Marc Abélès, administrações de um determinado político podem ser refletidas sobre seus descendentes: “quando um prefeito consegue no exercício de seu mandato ser considerado ilustre por sua competência e sua eficácia, o prestígio que ele adquiriu reflete em sua linhagem” (1992, p. 84). Em Luciano Genésio o efeito foi contrário: a cassação do mandato de prefeito de José Genésio é uma marca que o jovem político ainda não conseguiu se desvencilhar. Ainda sobre o ponto da herança negativizada, Luciano Genésio não teve oportunidade de exercer qualquer cargo eletivo ou administrativo. Em campanha, procura destacar os pontos positivos da administração de seu pai e o passado oposicionista do mesmo com relação às famílias que sempre detiveram o poder de decisão em Pinheiro, principalmente os Paiva e os Mendes. Tenciona dessa forma ser visto como continuador das obras feitas por seu pai¹³¹.

Como forma de ser percebido através de seu próprio itinerário, Luciano Genésio, em 2008, aplicou em seu material de campanha uma forma diferente de autoapresentação. Em 2006, quando da campanha para deputado estadual, suas peças publicitárias apresentavam-no como “Luciano Genésio”, seguido de seu número. Dois anos depois, nos santinhos, folders, panfletos, etc., era apresentado como “Dr. Luciano”¹³². Se como diz Igor Grill que o “nome” da família é um recurso enfatizado e valorizado pelos herdeiros no sentido que os mesmos “condensam e agilizam o capital político do grupo familiar” e que tal instrumento é “uma espécie de catalisador dos feitos e imagens acumuladas ao longo de gerações de políticos” (2005, p. 141), acontece com o político ora em destaque uma tentativa de não vinculação com o passado político de seu progenitor.

Em 2010, volta a reproduzir em seu material gráfico o nome e o sobrenome “Luciano Genésio”. Uma possibilidade para tal estratégia é a maior amplitude da eleição para o legislativo, que não se restringe a um município. Na eleição de 2006, o candidato teve votos válidos em 126 municípios, totalizando 8.609 (em apenas quatro obteve mais

¹³¹ Sobre esse ponto, Christian Le Bart afirma que “o herdeiro não somente é percebido como o autor ‘real’ dessas realizações, mas como aquele que poderia fazê-las, que ele teria feito se estivesse lá e que continuará a fazer quando for eleito. O que o pai construiu, o filho poderia construir, pois vê-se na obra a marca de uma família e não aquela de um simples indivíduo” (1992, p. 197).

¹³² Outro motivo de tal mudança foi a titulação do candidato Leonaldson Castro, o Dr. Léo, que possuiu doutorado em medicina e que tinha como principal trunfo de campanha, seu alto volume capital escolar.

de cem votos, a saber: Pinheiro, Presidente Sarney, São Luís e Palmeirândia¹³³). Quatro anos mais tarde, chega a marca de 13.132 votos, distribuídos em 95 municípios, sendo treze com mais de cem votos (na ordem, os cinco primeiro foram Pinheiro, Bom Jardim, Chapadinha, São Luís e Presidente Sarney)¹³⁴.

Partindo da premissa que a herança política pode pesar contra um candidato, outro agente, ainda no município de Pinheiro, pode ser apresentado como um herdeiro de um patrimônio que foi usado mais contra do que em seu favor. Na eleição de 2008, a candidata a vereança Ana Paula Leite passou por situação semelhante à de Luciano Genésio. Filha de Herasmo Leite, teve seu nome associado ao de seu pai, vereador em Pinheiro por três vezes (entre os anos de 1993 e 2004), tendo sido presidente da Câmara de vereadores em uma oportunidade (1997-2000).

Primo de Filuca Mendes, já esteve alinhado em diversas facções políticas na cidade ao longo do tempo. Sua primeira eleição para a câmara municipal aconteceu em 1992, apoiando o candidato José Jorge. Quatro anos mais tarde, disputa as eleições municipais alinhado com José Genésio, que sai vitorioso do pleito. No ano de 2000, candidata-se na coligação em que o candidato a prefeito era Achilles Ribeiro, vice-prefeito que assumiu a prefeitura quando da cassação de José Genésio. Essa foi a última vez que Herasmo Leite venceu uma disputa eleitoral. Já em 2004, esteve ao lado de seu primo, Filuca Mendes na disputa política municipal. No último pleito, Herasmo Leite lança sua filha, Ana Paula Leite como candidata em apoio a Dr. Léo, porém, sem êxito.

Tabela 15: Votação da família Leite

Ano	Candidato	Votação	Partido	Situação
1992	Herasmo Leite	N.O.	N.O.	Eleito
1996	Herasmo Leite	434	PSDB	Eleito
2000	Herasmo Leite	467	PMN	Eleito
2004	Herasmo Leite	648	PV	Suplente
2008	Ana Paula Leite	235	PDT	Não-eleita

Fonte: TSE

¹³³ Todos, com exceção de São Luís, capital do estado, municípios da Baixada Maranhense, região onde a principal cidade é Pinheiro, base eleitoral de seu pai.

¹³⁴ Atentar para o número de votos em Bom Jardim e Chapadinha. Em 2006, o candidato obteve nos municípios cinco e um votos, respectivamente, aumentando para 1.194 e 718 em 2010. Com relação ao primeiro município, não obtive dados que levasse a um motivo para tal aumento; com relação a Chapadinha, entre uma eleição e outra, Luciano Genésio iniciou um relacionamento com a filha de Talvane Hortegal, candidato a deputado estadual em 2006 e a prefeito em 2008, obtendo 3.996 e 2.174 votos, respectivamente (casado com Almiralice Hortegal, vereadora em diversas oportunidades). Em 2010, Talvane Hortegal abre mão de uma nova candidatura a deputado estadual em favor de Luciano Genésio.

Se Ana Paula Leite também tinha um ônus com relação ao nome de sua família¹³⁵, o fato devia-se a um motivo diferente do caso de Luciano Genésio. Como exposto acima, seu pai nunca esteve ao lado de uma liderança política por um período maior que um ciclo eleitoral. A cada quadriênio, unia-se a diferentes políticos que se digladiam na arena política local desde meados da década de 1980. Em todas as suas campanhas, sempre esteve filiado ao partido do candidato a prefeito que prestava apoio no momento, estratégia cessada em sua última tentativa em eleições, em 2004 e na oportunidade em que se ausentou do pleito em favor de sua filha (2008). É esse intenso trânsito entre os adversários políticos na cidade que faz com que a sua reputação caia em descrédito não apenas entre os próprios políticos, como também entre o eleitorado.

¹³⁵ Tal como Luciano Genésio, a candidata apresentou-se em seu material gráfico apenas como "Ana Paula", sem seu sobrenome.

Conclusão

O trabalho aqui desenvolvido pretendeu dar conta da análise de parte do domínio de da família Sarney, liderada por José Sarney, no Maranhão nas últimas cinco décadas. A maior parte das federações brasileiras passou por momentos de domínio de uma pessoa e seus aliados mais próximos, fossem eles parentes consanguíneos ou simbólicos. No caso do Maranhão, como afirma Flávio Reis em *Grupos políticos e estrutura oligárquica no Maranhão* (2007), desde meados do século XIX que o estado é dominado por “oligarcas”, sendo que, aqueles que rompem com essa lógica, advêm do seio daqueles que dominavam, como foi o caso de Benedito Leite, Urbano Santos, Vitorino Freire e, por último, José Sarney. As disputas intra-oligárquicas são comuns no Maranhão durante o século XX e as mudanças acontecem através de influências externas, como alterações na política em nível nacional, por exemplo.

Muito já se escreveu sobre “oligarquia” no Maranhão, bem como sobre a família Sarney, através de mais diferentes categorias de análises e tradições de estudos (história, comunicação, sociologia, etc.), porém, as mesmas pouco ou nada discutem os mecanismos de domínio que tal família exerce no Maranhão, a construção de seu patrimônio político familiar, suas relações com políticos de nível hierárquicos mais baixos, suas articulações com líderes regionais, os ganhos que ambas as partes envolvidas no jogo político local tinham através das ajudas em si. O ponto de partida dos estudos é que há o mando político pela família Sarney, porém, sem resgatar o processo que se deu até que a mesma tivesse condições de ser a detentora dos maiores postos políticos do Maranhão. É nesse vácuo que o presente trabalhou pretendeu dar sua contribuição para entender a política maranhense contemporânea. Dessa forma, buscou-se a contribuição dada pelos mais diversos estudos que se articulavam com a pesquisa para avançar nas pesquisas sobre a política do Maranhão no sentido de expor o processo de construção do poderio político da família Sarney, principalmente através da distribuição de gratificações, materiais ou simbólicas, a aliados entre as décadas de 1970 e 1990.

Os estudos em História destacam, sobremaneira, a ascensão de José Sarney ao poder em 1966. É comum estudos historiográficos locais evidenciarem momentos chaves da história política maranhense, como a eleição de 1965, as quedas de alguns “oligarcas” ou as disputas intra-oligárquicas, porém, sem levar em conta quais os recursos dos mais diferentes participantes do jogo político, exceção feita a poucos vultos, como o próprio José Sarney. Como exposto no trecho sobre os filhos, com raras exceções, não

há referências à Roseana Sarney ou Sarney Filho nas análises sobre a política maranhense. As produções em Comunicação Social são menos numerosas, porém, com uma profundidade maior no que concerne à modalidade escolhida aqui para a análise do poderio da família Sarney, ou seja, os meios de comunicação como trunfo para manutenção de fidelidades com políticos dos mais diversos níveis da política. Já os trabalhos em sociologia que serviram de inspiração para pensar o caso maranhense foram decisivos para se pensar a pesquisa, uma vez que a mesma está inscrita na tradição de estudos que recentemente passou a pensar a política através dos recursos que cada um dos envolvidos no jogo dispõe para se fazer presente nos espaços de poder da política local.

A pesquisa avança nas questões sobre a política maranhense, porém, entendem-se os limites da mesma. Estudar sobre uma família tão poderosa como é a Sarney acarreta grandes dificuldades e uma das principais é a falta de material para se estudar seus membros de forma mais aprofundada. Tentou-se contornar tais limites através da busca de informações não apenas sobre seus membros e aliados mais próximos, mas também àqueles que foram ou são seus aliados durante longa data em regiões do Maranhão. Se o principal jornal local, *O Estado do Maranhão*, foi fonte de pesquisa para parte das informações colhidas sobre os Sarneys, a mesma precisa ser relativizada por se trata de um veículo de propriedade de um deles. Muitas das relações entre políticos das mais diversas regiões do Maranhão com a família Sarney só foi possível através de documentos oficiais, como a relação de proprietários dos meios de comunicação do Maranhão disponibilizados pelo Ministério das Comunicações em seu *site*. Com posse dessas informações, foi possível fazer um cruzamento de dados, ainda que parte das concessões de radiodifusão do Maranhão não esteja em nome de seus verdadeiros donos, por eles serem políticos e boa parte deles com fortes vínculos com a família Sarney. Convém ressaltar que tais problemas dificultaram parte da execução da pesquisa, entretanto, a mesma pôde evidenciar em boa medida como o poder da família Sarney foi gerado e gerido através de quase cinquenta anos por seus membros e aliados próximos, que formavam um núcleo em torno do qual giravam políticos de diferentes níveis (prefeitos, deputados estaduais, federais e senadores) e regiões.

Os resultados que a pesquisa trouxe foram que, logo após seu líder assumir o governo do estado em 1966, inicia-se um processo de construção de uma rede de líder e seguidores capaz de atrair cada vez mais políticos para o entorno do núcleo, ou seja, a família Sarney. Através de ajuda mútua, políticos de nível municipal apoiavam os Sarneys em eleições para cargos mais altos, como governador, senador e deputado federal

em troca de ajuda para as eleições daqueles em pleitos de nível mais baixo, como prefeito e deputado estadual. Esses últimos seriam os elos da cadeia, cabendo a eles o papel de mediadores e líderes regionais.

A partir de 1970, quando deixa o cargo e torna-se senador da república, José Sarney contava com o apoio dos militares, que o ajudaram sobremaneira a vencer as eleições de 1966, processo esse que Wagner Cabral chama de “estratégia periférica”, a ajuda externa para que o jovem deputado federal tivesse condições de vitória contra o candidato de Vitorino Freire. Assim, os anos 70 assumem um caráter de transição na política maranhense, onde os políticos buscam estar ao lado daquele que podia captar recursos para os municípios e podia auxiliá-los em pleitos. Nesse momento, a rede começa a ganhar corpo. Convém ressaltar que, neste período, seu principal adversário ainda tinha certa influência junto ao poder central.

Na década seguinte, com seu capital político mais avolumado e já sem a sombra de Vitorino Freire, estabelece-se como o líder político do estado, indicando todos os governadores e fazendo com que seus indicados para o Senado Federal saíssem vencedores em todos os pleitos. Começa a iniciar seus filhos no mundo da política, primeiramente José Sarney Filho, que se elege deputado estadual no final da década de 1970 e obtém vaga na Câmara dos Deputados em 1982, cargo que renova a cada quatro anos até o presente momento. Sua filha, Roseana Sarney, passou por diversos postos do poder administrativo, fosse a nível estadual ou federal, uma vez que seu pai foi presidente da república durante a segunda metade da década de 1980. Esse posto foi fundamental para o aumento de poder político no Maranhão, uma vez que o mesmo distribuiu concessões de radiodifusão a aliados políticos em diversas cidades do estado, fazendo assim que a lealdade de alguns fosse recompensada e que a relação continuasse sendo rentável para ambos os lados, uma vez que tais políticos eram líderes regionais, sendo eles os representantes da família Sarney nessas regiões.

Já na década de 1990, membros da família começam a pleitear os mais altos cargos políticos do estado: Sarney Filho teve seu nome envolvido na campanha a governador de 1990, mas declina seu o apoio do então governador Eptácio Cafeteira, que rompe com José Sarney antes do fim do mandato. Sua irmã, Roseana Sarney, elege-se deputada federal neste mesmo ano e disputa com o supracitado Eptácio Cafeteira o governo do estado em 1994, cargo para o qual se reelege em 1998. Ao deixar o cargo, vence a disputa para o Senado Federal. Percebe-se nesse momento que José Sarney pouco participa da vida política do estado (era senador pelo estado do Amapá), cabendo aos filhos e

aos aliados mais próximos, como Edison Lobão, o controle político do Maranhão, que contou fortemente com o apoio do Sistema Mirante de Comunicação, de propriedade de seu terceiro filho, Fernando Sarney. Tal empresa, que conta com os três irmãos como sócios, distribui as mensagens de interesses dos Sarney à maior parte do Maranhão, uma vez que a maioria dos municípios locais recebiam imagens apenas da TV Mirante, afiliada da TV Globo e da TV Difusora, de propriedade da família Lobão.

Os últimos quinze anos foram aqueles onde houve uma reconfiguração do quadro político local, onde em duas eleições os membros da família Sarney (Roseana Sarney em 2006) ou seus indicados (Edison Lobão Filho em 2014) perdem as disputas para o governo do estado. Em 2009, a candidata derrotada em 2006 assume o cargo após a cassação do mandato do vencedor, Jackson Lago, por abuso de poder econômico durante a campanha (compra de voto). Vale lembrar que o mesmo foi apoiado pelo então governador José Reinaldo Tavares, afilhado político de José Sarney, que rompe com seus criadores políticos durante o mandato.

A pesquisa ainda revelou como se deu a atuação do ex-presidente em pleitos em nível municipal. A mesma era mínima, uma vez que a rede de poder constituída ao longo dos anos fazia com que o mesmo fosse delegado a líderes regionais, que detinham a primazia nas localidades, devendo lealdade ao núcleo da família Sarney. O exemplo trazido no trabalho foi o caso de Pinheiro, onde em 1988 José Sarney, então presidente, precisou intervir na disputa sob o perigo de que o candidato apoiado pelos líderes fosse derrotado. Ter sido presidente naquele momento pode ser a explicação para o fenômeno, uma vez que diversos políticos pinheirenses buscavam ser “o candidato de Sarney” enquanto seu “filho ilustre” era presidente e poderia alocar volumosos recursos na cidade. Diferente do final da década de 1980, em 2008, quando a família Mendes, já estabelecida como a principal liderança política regional, a disputa para a prefeitura foi dominada pelos aliados, sem nenhuma intervenção dos Sarneys durante todo o processo. O domínio era tal que não havia a necessidade de uma “intervenção”, tal como ocorrera vinte anos antes.

Idas e vindas na história política brasileira, maranhense e pinheirenses foram necessárias para explicar com maior clareza como se dão os jogos políticos locais. Esse caráter diacrônico dá uma dimensão maior do processo como um todo e faz escapar da armadilha de dar como dado o poder político à família Sarney. Aliado a isso, buscou-se explorar diferentes formas de exercício do poder, tal como as relações entre os políticos em diferentes esferas, os usos dos meios de comunicação não apenas como forma de

domínio, mas como retribuição de lealdades, bem como a transmissão de patrimônios políticos familiares envolvidos nos jogos.

Referências bibliográficas

- ABÉLÈS, Marc. *La référence familiale*. In: **L'hérité en politique**. PATRIAT, C.; PARODI, J. (Orgs.). Paris: Economica, 1992.
- ABREU, Josias. **Coisas de Antanho (Crônicas)**. Organizado por José Jorge Leite Soares. Gráfica Estação, São Luís, 2006.
- ALMEIDA, Ana Maria; MOSCHKOVICH, Marília; POLAZ, Karen. *Pesquisando os grupos dominantes: notas de pesquisa sobre acesso às informações*. In: **Revista Pós Ciências Sociais**, v 9, nº 17, EDUFMA, São Luís, 2012.
- ARAGÃO, Elthon Ranyere Oliveira. **Raposas, herdeiros e outsiders: especialização política e dinâmica eleitoral em Pinheiro – MA**. Dissertação de mestrado, PPGCS-UFMA, 2010.
- ARRUDA, César Viegas. “*Coronelismo eletrônico?*” – a construção política do Grupo Sarney e o uso do aparelhamento da mídia no Maranhão. In: **Ciências Humanas em Revista**, v 5, São Luís, 2007.
- ASSIS, Ingrid Pereira de. **Descendentes de libaneses na política do Maranhão: ascensão econômica, relações pessoais e afirmação política**. Dissertação de mestrado, UFMA, 2012.
- BAILEY, Frederick. **Les règles du jeu politique**. Paris: Presses Universitaires de France, 1971.
- BARNES, J. *Redes sociais e processo político*. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). **Antropologia das Sociedades Contemporâneas**. Editora UNESP, São Paulo, 2010.
- BARREIRA, César; PALMEIRA, Moacir (orgs.). **Política no Brasil: visões de antropólogos**. Editora Relume Dumará, Rio de Janeiro, 2006.
- BARREIRA, Irllys. *Campanhas em família: as veias abertas das disputas eleitorais*. In: PALMEIRA, Moacir; BARREIRA, César. (Orgs.). **Política no Brasil: visões de antropólogos**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política, 2006.
- BARROS FILHO, J. **A tradição engajada: origens eleitorais no percurso de um agente**. Dissertação de mestrado, UFMA, 2007.
- BEAUD, Stéphane & WEBER, Florence. **Guia para a pesquisa de campo: produzir e analisar dados etnográficos**. Editora Vozes, Petrópolis, 2007.
- BOISSEVAIN, Jeremy. *Coaliciones*. In: FÉLIX, Requena Santos. **Análisis de redes sociales**. CIS-Siglo XXI, España, 2003.
- BORGES, Arleth Santos. *Oligarquia, Crise Política e Eleições 2004 na cidade de São Luís*. In: **Nordeste - O Voto das Capitais**. Hugo Cortez e Klaus Hermanns. (Org.) 1 ed. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2005.

BORGES, Arleth. **PT Maranhão 1980-1992: origens, organização e governos municipais**. EDUFMA, São Luís, 2008.

BOURDIEU, Pierre. *Les strategies matrimoniales dans le systeme des strategies de reproduction*. **Annalles**, nº 4-5, Paris, 1972.

BOURDIEU, Pierre. **Homo academicus**. Editions de Minuit, Paris, 1984.

BOURDIEU, Pierre. *Stratégies de reproduction et modes de domination*. In: **Actes de la recherche en sciences sociales**. Nº 105, Paris, 1994.

BORDIEU, Pierre. **As regras da arte**. Editora Companhia Das Letras, São Paulo, 1996a.

BORDIEU, Pierre. *O espírito de família*. In: **Razões práticas: sobre a teoria da ação**, Editora Papirus, Campinas, 1996b.

BOURDIEU, Pierre. *A ilusão biográfica*. In: **Usos e abusos da História Oral**. Janaína Amado e Marieta de Moraes Ferreira, coordenadoras. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998a.

BOURDIEU, Pierre. *O capital social – notas provisórias*. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Orgs.). **Escritos de Educação**. Editora Vozes, Rio de Janeiro, 1998b.

BOURDIEU, Pierre. *Modos de dominação*. In: **A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos**. Editora Zouk, São Paulo, 2002.

BOURDIEU, Pierre. *A delegação e o fetichismo político*. In: **Coisas ditas**. Editora Brasiliense, São Paulo, 2004.

BOURDIEU, Pierre. *A representação política*. In: **O poder simbólico**. 7ª edição. Rio de Janeiro, Editora Bertrand Brasil, 2007a.

BOURDIEU, Pierre. *As contradições da herança*. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Orgs.). **Escritos de Educação**. Editora Vozes, Rio de Janeiro, 2007b.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **Os herdeiros: os estudantes e a cultura**. Editora da UFSC, Florianópolis, 2014.

BORRALHO, José Henrique de Paula. **Terra e céu de nostalgia: tradição e identidade em São Luís do Maranhão**. Assis: UNESP, 2000. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista.

BRIQUET, Jean-Louis; SAWICKI, Frédéric. *L'analyse localisée du politique*. In: **Politix**. Vol. 2, 1989.

BRIQUET, Jean-Louis. *Les amis de mes amis... Registres de la mobilisation politique dans la Corse rurale*. In: **Mots**, Nº25, 1990.

BRIQUET, Jean-Louis. *Une histoire de famille*. In: **L'héritité en politique**. PATRIAT, C.; PARODI, J. (Orgs.). Paris: Economica, 1992.

BUZAR, Benedito. **Polítiqueiros, Politicalha, Politiquice, Politicagem e Política do Maranhão**. SIOGE, São Luís, 1989.

BUZAR, Benedito. **O vitorinismo**: lutas políticas no Maranhão de 1945 a 1965. Instituto Geia, São Luís, 2014.

BUZAR, Benedito. **Vitorinistas e oposicionistas (biografias)**. Editora Lithograf, São Luís, 2001.

CANÊDO, Leticia. *Estratégias familiares na produção social de uma qualificação política*. In: **Educação e Sociedade**. Nº 39, Ano XII, 1991.

CALDEIRA, José de Ribamar Chaves. **As interventorias estaduais no Maranhão**: um estudo sobre as transformações políticas regionais no pós 30. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP. Campinas, 1981.

CARVALHO, José Murilo de. *Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual*. In: **Dados**. v.40, n.2, Rio de Janeiro, 1997.

CEFAI, Daniel. *Como nos mobilizamos? A contribuição de uma abordagem pragmática para a sociologia da ação coletiva*. In: **DILEMAS**. Nº 4, Rio de Janeiro, 2009.

CERQUEIRA Guilherme; PINTO, Pâmela. *O milagre do Maranhão: uma análise do Maranhão Novo registrado pela lente de Isaac Rosenberg*. In: **Anais do IV Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho**, São Luís, 2006.

CHAMPAGNE, Patrick. **Formar a opinião**: o novo jogo político. Editora Vozes, Petrópolis, 1996.

COLLOVALD, Annie; SAWICKI, Frédéric; HEURTIN, Jean-Philippe. *A propos des élections municipales. La définition d'"une" élection*. In: **Politix**. Vol. 2, Nº7-8 1989.

CONCEIÇÃO, Francisco; FERREIRA, Camila. *Propriedade cruzada: distribuição de concessões de rádio e televisão, formação de grupos de mídia e (re)estruturação de espaços públicos*. In: **Revista Cambiassu**, nº 8, São Luís, 2011.

CORADINI, Odaci L. *Origens sociais, mediação e processo eleitoral num município de imigração italiana*. In: PALMEIRA, Moacir; BARREIRA, Irllys (Orgs.). **Candidatos e candidaturas**: enredos de campanha eleitoral no Brasil. São Paulo: Anna Blume, 1998.

CORADINI, Odaci. **Em nome de quem?**: Recursos sociais no recrutamento de elites políticas. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política, 2001.

CORADINI, Odaci. *Relações profissionais e disputas eleitorais*. In: **Política no Brasil: visões de antropólogos**. BARREIRA, César. (Org.). Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política, 2006.

CORADINI, Odaci. *Categorias sócio-profissionais, titulação escolar e disputas eleitorais*. In: **Revista de Sociologia e Política**. V. 20, nº 41, Curitiba, 2012.

CORCUFF, Philippe; LAFAYE, Claudette. *Une relecture critique du Pouvoir périphérique* In: **Politix**. Vol. 2, Nº7-8. 1989.

CORRÊA, Rossini. **Formação Social do Maranhão: o presente de uma arqueologia**. São Luís, SIOGE, 1993.

COSTA, Dayana dos Santos Delmiro. **Mulheres e especialização política: trajetórias e recursos eleitorais entre as deputadas estaduais/federais no Maranhão**. Dissertação de mestrado, PPGCS-UFMA, 2009.

COSTA, Wagner Cabral da. *Do "Maranhão Novo" ao "Novo Tempo": trajetória da oligarquia Sarney no Maranhão*. São Luís, UFMA, (1997).

COSTA, Wagner Cabral da. *A Raposa e o Canguru: crises políticas e estratégia periférica no Maranhão (1945/1970)*. In: **História do Maranhão: Novos Estudos**. Org: Wagner Cabral da Costa. EDUFMA, São Luís, 2004.

COSTA, Wagner Cabral da. **Sob o signo da morte: o poder oligárquico de Victorino a Sarney**. EDUFMA, São Luís, 2006.

COUTINHO, Milson. **A presença do Maranhão na Câmara dos Deputados: notas bibliográficas**. Edições Legenda, São Luís, 2007.

COUTO, Carlos Agostinho. **Estado, mídia e oligarquia: poder público e meios de comunicação como suporte de um projeto político para o Maranhão**. EDUFMA, São Luís, 2009.

ECHEVERRIA, Regina. **Sarney: biografia**. Editora Leya, São Paulo, 2011.

ELIAS, Norbert. *Modelos de jogos*. In: **Introdução à Sociologia**. Lisboa: Edições 70, 1999.

ELIAS, Norbert. **Os Estabelecidos e os Outsiders**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2000.

FARIAS, Rómulo. **Coronelismo “eletrônico”: por um reposicionamento do problema**. V Enecult, Salvador, 2009.

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. Edusp, São Paulo, 2002.

FENAJ, Federação Nacional dos Jornalistas. **Governo Sarney: 527 outorgas em menos de três anos de governo**. Brasília, 1988.

FERREIRA, Camila; GONÇALVES, Francisco. *Propriedade cruzada: distribuição de concessões de rádio e televisão, formação de grupos de mídia e (re)estruturação de espaços públicos*. In: **Revista Cambiassu**, ano XIX, nº 8. Edufma, São Luís, 2011.

FERREIRA, Franklin Douglas. *20 anos da captura da TV Difusora por Sarney/Lobão: política, negócios e clientelismo eletrônico em torno da retransmissão da Rede Globo no Maranhão*. In: **Anais da V Jornada Internacional de Políticas Públicas**. São Luís, 2011.

FILLIEULE, Olivier; PUDAL, Bernard. *Sociologie du militantisme: problématisations et déplacement des méthodes d'enquête*. In: **Penser les mouvements sociaux: conflits sociaux et contestation dans les sociétés contemporaines**. FILLIEULE, Olivier; AGRIKOLIANSKY, Eric; SOMMIER, Isabelle (Orgs.). La Découverte, Paris, 2010.

FREIRE, Vitorino. **A laje da Raposa**. Rio de Janeiro: Guavira, 1978.

FRITZ, Gérard; FRITZ, Jean-Claude. *Les cercles de famille*. In: PATRIAT, Claude; PARODI, Jean-Luc. (Orgs.) **L'hérité en politique**. Paris: Economica, 1992.

FURTADO FILHO, Douglas. **Da povoação do Pinheiro à Princesa da Baixada: história cronológica do município de Pinheiro**. Editorado pelo autor. São Luís, 2003.

GARRAUD, Philippe. *La ville en heritage*. PATRIAT, C.; PARODI, J. (Orgs.) **L'hérité en politique**. Paris: Economica, 1992.

GAXIE, Daniel; LEHINGUE, Patrick. **Enjeux Municipaux: La constitution des enjeux politiques dans une election municipale**. Paris: Presse Universitaire de France, 1984.

GERSTLÉ, Jacques. *Le renouvellement des études sur les campagnes électorales* In: **Politix**. Vol. 2, Nº5. 1989.

GONÇALVES, Maria de Fátima da Costa. **A reinvenção do Maranhão dinástico**. São Luís: Edições UFMA/PROIN (CS), 2000.

GONÇALVES, Maria de Fátima da Costa. **A invenção de uma rainha de espada: reatualizações e embaraços na dinâmica política do Maranhão Dinástico**. Coleção Dissertações e Teses do CCSO/UFMA. EDUFMA, São Luís, 2008.

GRILL, Igor Gastal. **As bases sociais dos compromissos: a constituição de um espaço de concorrência eleitoral no sul do Rio Grande do Sul**. Dissertação de mestrado, UFRGS-IFCHPPG Ciência Política, 1999.

GRILL, Igor. *Parentesco e política no Rio Grande do Sul*. In: **Antropolítica**. Nº 18, Niterói, 2005.

GRILL, Igor Gastal. **“Heranças políticas” no Rio Grande do Sul**. EDUFMA, São Luís, 2008a.

GRILL, Igor Gastal. *As bases sociais da especialização política no Rio Grande do Sul e no Maranhão*. In: GRILL, Igor. (Org.). **Elites, profissionais e lideranças políticas (RS e MA): pesquisas recentes**. EDUFMA, São Luís, 2008b.

GRILL, Igor Gastal. *Descendentes de imigrantes na política do Rio Grande do Sul e do Maranhão: ascensão social, afirmação eleitoral e cooptação política*. In: Ferretti, S.; RAMALHO, J.R. (Orgs.). **Amazônia: desenvolvimento, meio ambiente e diversidade sociocultural**. EDUFMA, São Luís, 2009.

GRILL, Igor Gastal. *As bases sociais e políticas na seleção de prefeitos (2008)*. In: GRILL, Igor; LIMA, João Giberto do Nascimento; ARAGÃO, Elthon Ranyere Oliveira; COSTA, Dayana dos Santos Delmiro (orgs.). **Eleições municipais no Maranhão: bases sociais das candidaturas, especialização política e redes de relações**. EDUFMA, São Luís, 2010.

GRILL, Igor; LIMA, João Giberto do Nascimento; ARAGÃO, Elthon Ranyere Oliveira; COSTA, Dayana dos Santos Delmiro (orgs.). **Eleições municipais no Maranhão: bases sociais das candidaturas, especialização política e redes de relações**. EDUFMA, São Luís, 2010.

GRILL, Igor. *Ismos, Ícones e Intérpretes - as lógicas das etiquetas na política de dois estados brasileiros (MA e RS)*. In: **Revista de Sociologia e Política**. V 20, nº 43, Curitiba, 2012.

GRILL, Igor. As fronteiras móveis da “oligarquia” e a “elite política” maranhenses. In: MARENCO, André. **Os eleitos: representação e carreiras políticas em democracias**. Editora da UFRGS, Porto Alegre, 2013.

HEREDIA, Beatriz; TEIXEIRA, Carla Costa; BARREIRA, Irllys (orgs.). **Como se fazem eleições no Brasil**. Editora Relume Dumará, Rio de Janeiro, 2002.

HEREDIA, Beatriz. *Lutas entre iguais: as disputas no interior de uma facção política*. In: PALMEIRA, Moacir; BARREIRA, César. (Orgs.). **Política no Brasil: visões de antropólogos**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política, 2006.

HERZ, Daniel. **Quadro síntese das concessões e permissões outorgadas durante o governo Sarney**. 1988.

KUSCHNIR, Karina. **O cotidiano da política**. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 2000.

LANDÉ, Carl. *Introduction: the dyadic basis of clientelism*. In: SCHMIDT, S.W.; ali.(Orgs.). **Friends, followers and factions**. A Reader in political clientelism. Berkeley: University of California Press, 1977.

LE BART, Christian. *L’Heritage dans la competition*. PATRIAT, C.; PARODI, J. (Orgs.) **L’hérédité en politique**. Paris: Economica, 1992.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 4ª edição. Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1997

LIMA, João Gilberto do Nascimento. **Bases sociais, facções e mediação**: processo de seleção de “elites locais” e a dinâmica de concorrência eleitoral em um município maranhense. Monografia de conclusão de curso em Ciências Sociais – UFMA, 2009.

LIMA, Maria Antónia Pedroso de. **Grandes famílias grandes empresas**: ensaios antropológicos sobre uma elite de Lisboa. Editora Dom Quixote, Lisboa, 2002.

MAGALHÃES, Nara. **O povo sabe votar**: uma visão antropológica. Editora Vozes, Petrópolis, 1998.

MAIA, Mara Jane Sousa. *Os fatores sócio-políticos das concessões de rádio e televisão no Maranhão, período de 1985-1990*. In: **Revista Cambiassu**, Ano IV, nº 5. Edufma, São Luís, 1993.

MARENCO, André. *O que podemos explicar estudando carreiras políticas?*. In: MARENCO, André (Org.). **Os eleitos**: representação e carreiras políticas em democracia. Editora da UFRGS, Porto Alegre, 2013.

MAYER, Adrian. *A importância dos quase-grupos no estudo das sociedades complexas*. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas**. Editora UNESP, São Paulo, 2010.

MUXEL-DOUAIRE, Anne. *Une histoire exemplaire: obstinations et nouveauté dans la transmission d'une traditions politique familiale*. In: **Pouvoirs**, n.º 42, 1987.

OFFERLÉ, Michel. *Usages et usure de l'hérédité en politique*. In: **Revue française de science politique**, nº5, 1993.

PACHÊCO FILHO, Alan Kardec Gomes. **A construção midiática do político José Sarney: 1962-1970**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco. UFPE, 2001.

PALMEIRA, Moacir; GOLDMAN, Márcio. (orgs.). **Antropologia, voto e representação política**. Rio de Janeiro: Contra-capla Livraria, 1996.

PALMEIRA, Moacir; HERÉDIA, Beatriz. *Os comícios e a política de facções*. In: **Anuário Antropológico**, v. 94, p. 31-94, 1996a.

PALMEIRA, Moacir. *Política, facções e voto*. In: PALMEIRA, Moacir e GOLDMAN, Márcio. (orgs.). **Antropologia, voto e representação política**. Rio de Janeiro: Contra-capla Livraria, 1996b.

PALMEIRA, Moacir. *Eleição municipal, política e cidadania*. In: **Política no Brasil**: visões de antropólogos. BARREIRA, César. (Org.). Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política, 2006.

PATRIAT, C.; PARODI, J. (Orgs.). **L'hérédité en politique**. Paris: Economica, 1992.

PINÇON, Michel; PINÇON-CHARLOT, Monique. *Sociologia da alta burguesia*. In: **Sociologias**. n. 18, 2007.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira*. São Paulo, 1969.

REIS, Flávio. **Grupos políticos e estrutura oligárquica no Maranhão**. Unigraf, São Luís, 2007.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. *Novas Configurações das Eleições na Idade Mídia*. In: **Opinião Pública** (UNICAMP), Campinas, v. VII, n. 2, p. 168-181, 2001.

SANTOS, André Marenco dos; GRILL, Igor; SEIDL, Ernesto; SOUZA, Carlos Augusto (orgs). **Peças e engrenagens dos jogos políticos no Brasil**. Editora Oikos, São Leopoldo; EDUFMA, São Luís, 2012.

SANTOS, Suzy dos. *E-Sucupira: o coronelismo eletrônico como herança do coronelismo nas comunicações brasileiras*. In: **Revista da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Comunicação**, vol. 7, 2006.

SAWICKI, Frédéric; SIMÉANT, Johanna. *Inventário da sociologia do engajamento militante. Nota crítica sobre algumas tendências recentes dos trabalhos franceses*. In: *Sociologias*. Nº 28, Porto Alegre, 2011.

STADNIK, Célia. **A hipótese do fenômeno do “Coronelismo Eletrônico” e as ligações dos parlamentares federais e governadores com meios de comunicação de massa no Brasil**. Monografia de conclusão de curso – Jornalismo. Faculdade dos Meios de Comunicação Social, PUC-RS, Porto Alegre, 1991.

SEIDL, Ernesto. *Estudar os poderosos: a sociologia do poder e das elites*. In: SEIDL, Ernesto; GRILL, Igor (orgs). **As ciências sociais e os espaços da política no Brasil**. Editora FGV, Rio de Janeiro, 2013.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo**. Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 2007.

SOARES, José Jorge Leite. **Lugar das águas: Pinheiro 1856-2006**. L. Moreira Editora, São Luís, 2006.

SOARES, José Jorge Leite. *Curacanga: crônicas*. Editora Halley, São Luís, 2012.

SOUZA NETO, Hélio Marinho de. **As chamas do poder: uma análise sobre os incêndios que eclodiram nos bairros proletários de São Luís na década de 50**. Monografia de graduação em História, UFMA, 2003.

VIEGAS, Ana Cláudia. **Trocas, Facções e Partidos: Um Estudo da Vida Política em Araruama**. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro, PPGAS, Museu Nacional, 1997.

VIVEIROS, Jerônimo de. **Quadros da vida pinheirense**. Organização: José Jorge Costa Leite. Instituto Géia, São Luís, 2007.

WOLF, Eric. *Parentesco, amizade e relações patrono-cliente em sociedades complexas*. In: **Antropologia e poder**: contribuições de Eric Wolf. (Orgs.) RIBEIRO, Gustavo Lins; BIANCO, Bela Feldman. Ed. UnB, Brasília, 2003.

Outras fontes

Entrevistas

Leonaldson Castro. Entrevista realizada em Pinheiro pelo pesquisador em 2008.

José Arlindo. Entrevista realizada em Pinheiro pelo pesquisador em 2008.

Gilmar Soares. Entrevista realizada em Pinheiro pelo pesquisador em 2008.

Victor Mendes. Entrevista realizada em Pinheiro pelo pesquisador em 2008.

José Jorge. Entrevista realizada em São Luís pelo pesquisador em 2008.

Filuca Mendes. Entrevista realizada em São Luís pelo pesquisador em 2011.

Valter Soares. Entrevista realizada em Pinheiro pelo pesquisador em 2012.

Jornais

O Estado do Maranhão
Cidade de Pinheiro

Internet

www.tse.gov.br

www.donosdamidia.com.br

www.mc.gov.br

Vídeos

Maranhão 66 – Glauber Rocha

O milagre do Maranhão – Isaac Rosenberg